UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA-DCET/CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS – PROET

HELIENEIDY RIBEIRO CARVALHO

TERRITORIALIDADES JUVENIS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA - BA: ESTUDOS DE CASOS PARA ABORDAGENS TERRITORIAIS

SALVADOR

2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA-DCET/CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS – PROET

HELIENEIDY RIBEIRO CARVALHO

TERRITORIALIDADES JUVENIS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA - BA: ESTUDOS DE CASOS PARA ABORDAGENS TERRITORIAIS

Dissertação apresentada à banca examinadora da linha de pesquisa II – Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional, do Programa de Pós- Graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro

SALVADOR
2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA-
DCET/CAMPUS I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS – PROET

FOLHA DE APROVAÇÃO

HELIENEIDY RIBEIRO CARVALHO

TERRITORIALIDADES JUVENIS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA - BA: ESTUDOS DE CASOS PARA ABORDAGENS TERRITORIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em estudos territoriais da Universidade do Estado da Bahia no âmbito da linha de pesquisa II – Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-regional, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais.

Salvador, fevereiro de 2024

Banca Examinadora:

_____
Dr. Janio Roque Barros de Castro
Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Orientador
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

_____
Dra. Simone Ribeiro Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Perecerista Interna
Doutora em Educação e Contemporaneidade – PPgEduC/UNEB.

_____
Dra. Mariana Martins de Meireles
Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB – Perecerista Externa
Doutora em Educação e Contemporaneidade – PPgEduC/UNEB.

SALVADOR
2023

Este trabalho é dedicado a todos os jovens que empreendem a busca por seu espaço no mundo, lutando com ética, consciência e razão, a fim de preservar a sobrevivência de seus sonhos e paixões.

AGRADECIMENTOS

Meu coração se alegra neste momento ao expressar minha profunda gratidão a todos que estiveram do meu lado e contribuíram para a conclusão desta fase em minha formação profissional. Em especial, meus agradecimentos são para meus familiares, notadamente meus pais, que nunca soltaram minha mão, e meu irmão em quem, sei, posso sempre confiar. Às minhas sobrinhas prestativas e, sobretudo, aos meus amores, meu marido e meu filho que, pois, juntos, superamos desafios e persistimos. Não posso deixar de expressar minha gratidão à Ione Celeste, minha querida professora e orientadora da graduação que, ao longo de tantos anos, continua a me incentivar na pesquisa. Agradeço também aos colegas e amigos, Aléssia Santa Rosa minha parceira de curso e amiga de todas as horas, e Alberto Amorim que gentilmente se dedicou a produção e adaptação dos mapas e imagens presentes neste trabalho. Ao meu orientador, professor Janio Roque Barros de Castro, que desempenhou papel fundamental para que esta pesquisa se concretizasse. À coordenação e secretaria do PROET, meu sincero agradecimento pela disponibilidade e eficiência nas questões burocráticas sempre que precisei. Aos colegas de turma, agradeço por compartilharem suas experiências ao longo deste processo de aprendizagem. À gestão do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, o diretor professor Edvan Pedreira e a vice-diretora e amiga Dagmar Duarte, expresso minha gratidão pela sensibilidade e cooperação com meu trabalho como professora da unidade escolar e como estudante do programa de Mestrado ao longo destes dois anos de aulas, pesquisa e escrita. A todos os colegas de trabalho, em especial a Valdirene Alves, secretária escolar, agradeço por seu apoio constante na minha função de gestora escolar na rede municipal. Aos amigos, agradeço por compreenderem que minha ausência foi consequência de uma escolha inadiável: o Mestrado. Agradeço a Deus, que me fortaleceu e sustentou até aqui, não permitindo que eu duvidasse da minha capacidade, mesmo diante das adversidades. Peço a Deus sabedoria para utilizar o conhecimento adquirido de maneira altruísta e em benefício da sociedade.

RESUMO

O presente estudo refere-se a uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O recorte espacial da pesquisa é a cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia, analisada a partir das circularidades de jovens estudantes do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, que é uma importante unidade educacional integrada à rede estadual de ensino público do estado da Bahia. O objetivo geral é compreender como os jovens estudantes do Ensino Médio da referida escola pública constroem suas territorialidades, expressas em diferentes formas de apropriação dos espaços públicos da área urbana da cidade de Feira de Santana. Do ponto de vista metodológico, inicialmente, fez-se uma revisão bibliográfica para a construção de um referencial teórico-conceitual, a fim de lastrear um Estudo de Caso assentado em uma abordagem qualitativa. Fez-se uso de documentos institucionais, como o Plano Diretor Municipal, para abordar políticas públicas para juventude na cidade, considerando questões como usos e apropriações de espaços públicos por diferentes sujeitos sociais, com especial ênfase nos jovens e adolescentes. Consta dos resultados da atividade investigativa que muitos desses jovens estudantes, entrevistados durante a pesquisa, destacam que a falta de segurança e infraestrutura impedem ou diminuem o uso de importantes espaços públicos de Feira de Santana, mesmo em áreas consideradas centrais e que já apresentaram elevada circularidade em um passado recente, a exemplo da década de 1990. Nota-se um quadro de parcial desvalorização de espaços públicos e, por outro lado, uma busca mais frequente pelos shoppings, considerados opções justificadas por questões relacionadas não apenas a conforto e segurança, como também à leitura desses equipamentos como espaços nos quais ampliam-se as probabilidades de encontros com outros coletivos do mesmo recorte etário. Os espaços públicos urbanos e os shoppings apresentariam diferentes formas e intensidades de sociabilidades que expressam relações identitárias de jovens que circulam sozinhos ou em grupos de formação recente, de constituição efêmera ou consolidados por relações afetivas mais duradouras.

Palavras-chave: juventudes, territorialidades, espaços públicos, espaço urbano.

ABSTRACT

The present study concerns a master's research project linked to the Postgraduate Program in Territorial Studies – PROET, at the State University of Bahia (UNEB). The spatial focus of the research is the city of Feira de Santana, in the state of Bahia, analyzed through the circulations of young high school students from Luís Eduardo Magalhães Model School, an important educational unit integrated into the state public education network of Bahia. The overall objective is to comprehend how young high school students from the mentioned public school construct their territorialities, expressed through different forms of appropriation of public spaces in the urban area of Feira de Santana. From a methodological perspective, a bibliographic review was initially conducted to build a theoretical-conceptual framework, supporting a Case Study based on a qualitative approach. Institutional documents, such as the Municipal Master Plan, were utilized to address public policies for youth in the city, considering issues such as the uses and appropriations of public spaces by different social subjects, with a special emphasis on young people and adolescents. The results of the investigative activity indicate that many of these young students, interviewed during the research, highlight that the lack of security and infrastructure hinders or diminishes the use of important public spaces in Feira de Santana, even in areas considered central and that previously exhibited high levels of circulation in the recent past, such as the 1990s. There is a partial devaluation of public spaces, and on the other hand, a more frequent preference for shopping malls, considered options justified not only by comfort and security but also by the perception of these facilities as spaces where the possibilities of encounters with other collectives of the same age group are enhanced. Urban public spaces and shopping malls would present different forms and intensities of sociabilities expressing identity relations of young people who circulate alone or in recently formed groups, of ephemeral constitution or consolidated by more enduring affective relationships.

Keywords: youth, territorialities, public spaces, urban space.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.	Artigo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAP	Centro de Apoio Pedagógico
CIS	Centro Industrial do Subaé
CMLEM	Colégio Modelo luís Eduardo Magalhães
EPU	Espaços Públicos Urbanos
Fig.	Figura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LCE	Lei Complementar Estadual
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LO	Lei Orgânica
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDU	Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDLI	Plano Diretor Local Integrado
PDLI	Plano Diretor de Logradouros e Instalações
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
SEC	Secretaria da Educação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Território de identidade do Portal do Sertão..... 40

Figura 2 - Região Metropolitana de Feira de Santana e área de Expansão..... 42

Figura 3 - Principais avenidas e rodovias que cortam a cidade de Feira de Santana..... 44

Figura 4 - Mapa Turístico e Comercial de Feira de Santana..... 46

Figura 5 - Fachada do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana..... 48

Figura 6 - Ambientes internos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana- Ba..... 49

Figura 7 - Trecho da área urbana de Feira de Santana – Colégio Modelo de Feira de Santana..... 50

Figura 8 - Imagem aérea do Terminal Rodoviário de Feira de Santana..... 51

Figura 9 - Fachada do Terminal Rodoviário de Feira de Santana..... 52

Figura 10 - Fachada lateral do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana e do Terminal Rodoviário Intermunicipal..... 52

Figura 11 - Serviço de Atendimento do Cidadão (SAC- Rodoviária) 53

Figura 12 - Equipamentos públicos que compõem o quarteirão do Colégio Modelo..... 54

Figura 13 - Parque da Lagoa em dia de feriado..... 59

Figura 14 - Jovens circulando pelo shopping em tarde de domingo..... 60

Figura 15 - Comemoração do final do Campeonato brasileiro de futebol 2023 na Rua São Domingos..... 62

Figura 16 - Pista de Skate na Av. Getúlio Vargas, centro de Feira de Santana.... 64

Figura 17 - Respostas resumidas dos estudantes dos grupos focais..... 74

Figura 18 - Imagens do entorno da Lagoa Grande..... 82

Figura 19 - Fachada do Shopping Boulevard-Feira de Santana..... 83

Figura 20 - Notícias sobre violência em Feira de Santana 2023..... 89

Figura 21 - Feira de Santana: expansão urbana, entre 1959 e 2018..... 106

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade / Mora em Feira de Santana / Origem escolar..... 68

Gráfico 2 – Perfil social..... 70

Gráfico 3 - Aspectos socioeconômicos..... 73

Gráfico 4 - Locomoção dos estudantes..... 79

Gráfico 5 - Horário / Transporte / Espaço de lazer..... 86

Gráfico 6 - Sentimento de topofobia..... 88

QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados..... 77

Quadro 2 - Síntese das entrevistas (II. Circularidades e dinâmicas espaciais) 80

Quadro 3 - Notícias sobre violência em Feira de Santana 2023..... 95

TABELAS

Tabela 1 - Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023: 50 cidades mais violentas do Brasil..... 57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

1.1 Metodologia 14

2. ESPAÇO PÚBLICO, TERRITORIALIDADE E JUVENTUDES: ARTICULAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS **20**

2.1. O espaço público 24

2.2. As territorialidades 28

2.3 As juventudes e as territorialidades juvenis 32

3. ESPAÇO URBANO E TERRITORIALIDADES JUVENIS: LEITURAS DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES DE FEIRA DE SANTANA **38**

3.1. A cidade de Feira de Santana: um importante centro regional 38

3.2. Circularidades juvenis: relações com os espaços de públicos urbanos 55

3.3. A diversidade nos olhares sobre a cidade: as percepções dos jovens estudantes 66

4. **REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA, E AS FORMAS DE USOS PARA PRÁTICAS JUVENIS.....92**

4.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: entre o discurso e a prática 92

4.2. Espaço Público urbano: Restrições e limitações ao uso e à apropriação pelos jovens 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES **112**

REFERÊNCIAS **116**

SALVADOR. **Lei nº 9069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba Acesso em: 21 jul. 2023. 120

APÊNDICES 123

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SUJEITO LOCAL 124

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA 129

APÊNDICE C- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). 131

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude se tornaram cada vez mais frequentes nos debates acadêmicos constituindo-se tema aprofundado e analisado por diversas áreas do conhecimento, demonstrando diversas perspectivas de abordagens. O interesse por temáticas como os jovens e o território, as práticas de sociabilidade das juventudes, as diferentes manifestações de territorialidades, além de movimentos culturais juvenis têm ganhado ênfase nas pesquisas e produções acadêmicas nas Ciências Humanas e Sociais, sendo marcante nas diversas vertentes da Geografia humana.

Esse trabalho tem o objetivo de estudar a juventude de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia, e quais relações desenvolvem com o espaço público da cidade na construção de suas territorialidades. O objeto de investigação deste trabalho é a juventude estudante do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM). O objetivo principal é o de compreender a construção das territorialidades dos jovens estudantes ao longo das circularidades traçadas em sua vida cotidiana. A pergunta central desse trabalho é: Como os alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana constroem suas territorialidades no espaço urbano desse município? Aliada a essa questão principal, apresenta-se outra para auxiliar na compreensão do objeto investigado, a saber: existem políticas públicas municipais que considerem a importância das peculiaridades juvenis no espaço urbano de Feira de Santana? A questão norteadora basal anuncia o objetivo geral da pesquisa, que teve como objetivos específicos: analisar as territorialidades juvenis no espaço urbano de Feira de Santana, a partir das circularidades e experiências vividas cotidianamente no contexto urbano por alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães e compreender as diferentes formas de apropriação do espaço público urbano de Feira de Santana, por sujeitos do grupo analisado.

A práxis pedagógica proporciona reflexões críticas diante da abordagem de temas que permeiam o cotidiano escolar dos jovens, e permite experimentar metodologias e estratégias de trabalho, capazes de potencializar a compreensão e discussões de questões voltadas à melhora do processo de ensino-aprendizagem. Diante deste contexto, a pesquisa sobre territorialidades juvenis, surgiu a partir da observação de jovens e seu cotidiano escolar. Mais, precisamente com a articulação e desenvolvimento de projetos escolares empenhados na promoção de abordagens temáticas presentes no cenário dos jovens estudantes - violências,

racismo, inclusão/exclusão social, relações de poder, construção e afirmação de práticas territoriais e expressões identitárias - constituindo uma das práticas pedagógicas favoráveis ao acesso e à compreensão das demandas juvenis.

Nesta perspectiva, surgiu o interesse pelo tema como objeto de pesquisa, inicialmente uma motivação pessoal proporcionada pela experiência profissional na educação por mais de duas décadas; leituras sobre a complexidade das relações juvenis com o espaço urbano; e ainda pelo trânsito interdisciplinar promovido com a atividade de articuladora da área de Ciências Humanas e Sociais por doze anos. Entretanto, a formação inicial em Licenciatura em História e a regência de classe em turmas do primeiro ano do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana (CMLEM) desde1999 até os dias atuais, com o contato diário com adolescentes entre 14 e 17 anos, é o que mais subsidia o interesse pelo tema territorialidades juvenis.

A discussão sobre os temas que circundam as práticas juvenis sempre emerge em momentos de atividades coletivas e de estudos de assuntos mais ligados ao cotidiano dos jovens estudantes. Deste modo, um dos momentos de maior reflexão sobre identidade têm sido, ao longo dos últimos nove anos, o desenvolvimento e a culminância do no projeto escolar “Novembro Negro”.

Buscando um momento para inserção e discussão sobre violências, racismo, identidade étnica, e inclusão, o “Dia da Consciência Negra”, oficialmente inserido no calendário escolar no mês de novembro, se tornou marco para o desenvolvimento de uma atividade pedagógica transdisciplinar do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) de Feira de Santana-Bahia, onde o Projeto Novembro Negro vem sendo desenvolvido por professores da Área de Ciências Humanas.

O processo de elaboração do projeto escolar se iniciou em julho de 2014 quando a escola recebeu a visita do Projeto Expográfico, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Exposição Museal Ciência, Raça e Literatura, no formato itinerante, com visitas guiadas para os estudantes do Ensino Médio. A partir daí o projeto escolar Novembro Negro do CMLEM foi se fortalecendo, ampliando e alcançando todas as turmas e a comunidade como uma ação coletiva transdisciplinar que envolve todos os segmentos da unidade escolar.

Resumindo, a atividade denominada Projeto Novembro Negro, foi oficialmente inserida no calendário escolar, e por nove anos se desenvolve como atividade pedagógica transdisciplinar no CMLEM pela Área de Ciências Humanas. O processo de elaboração desse projeto possibilitou a reflexão sobre a diversidade étnico-cultural na sociedade feirense, e sua representação no ambiente escolar, a partir do reconhecimento das relações identitárias,

dentro das culturas juvenis no território cultural do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana. Com a introdução no calendário escolar do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, conforme as leis nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, n.º10.639, de 2003, que inseriu o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, o projeto foi acolhido pela gestão e pela comunidade escolar, se tornando marcante nos eventos culturais dessa unidade escolar.

A culminância da atividade ocorre sempre na semana do dia 20 de novembro. Inicialmente, o objetivo geral do projeto Novembro Negro era o de possibilitar a reflexão sobre a diversidade étnico-cultural na sociedade brasileira-feirense e sua representação no ambiente escolar. Entretanto, a partir dos estudos e pesquisas sobre territorialidades, o olhar sobre este projeto foi ganhando nova ótica, buscando outras percepções sobre as circularidades dos jovens estudantes. Isso porque, os estudantes eram guiados à proporção que pesquisavam sobre as influências da cultura africana no processo da construção identitária do Brasil brasileira, reconhecendo-se como parte deste processo e podendo refletir acerca dos lugares ocupam hoje; das representações tidas sobre si mesmos e seus colegas; e a relação com os espaços nos quais vivenciam suas experiências.

As discussões, e narrativas sobre as vivências e experiências juvenis foram apontando a necessidade de investigar sobre os estudantes do Ensino Médio e suas relações identitárias e territoriais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, documento que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo da Educação Básica, destaca a importância da diversidade cultural e do ensino de cultura africana nas escolas. De tal modo, reconhece a pluralidade étnico-racial presente na sociedade brasileira e enfatiza a importância de promover o respeito, a valorização e a compreensão das diferentes culturas presentes no país, realçando a necessidade de combater qualquer forma de discriminação e preconceito, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos. Neste documento é apresentado o termo juventudes, relacionado a uma pluralidade, conforme citação:

> Considerar que há juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, ainda, assegurar aos estudantes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus projetos de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Brasil, 2018, p. 137).

Logo, a legislação educacional brasileira também respalda a importância da pluralidade cultural. Até porque, a Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de origem, raça, cor, sexo, religião ou qualquer outra forma de discriminação. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatiza a valorização da diversidade cultural e étnico-racial na educação, promovendo a igualdade e a justiça social. A pluralidade cultural deve permear todos os aspectos do currículo escolar, desde a seleção de conteúdos e materiais didáticos até a organização das atividades e o ambiente escolar. Os estudantes devem ter a oportunidade de conhecer e refletir sobre diferentes culturas e suas contribuições para a sociedade.

O debate teórico desse estudo se desenvolve abordando, inicialmente, quatro dimensões temáticas: *territorialidade urbana; territorialidade juvenil; juventudes; espaços públicos.* Entretanto, ao longo da investigação surgiram outros conceitos e definições igualmente importantes para a pesquisa, a exemplo de "circularidades" e "apropriação*"* do espaço público.

De antemão, as observações do comportamento juvenil demonstram que os jovens estabelecem interações e conexões com outros jovens e grupos presentes nos espaços físicos ou simbólicos, construindo redes de amizade e pertencimento. Essas interações sociais são fundamentais para a formação de identidades coletivas e individuais, influenciando os comportamentos, valores e aspirações dos jovens. A territorialidade juvenil, portanto, está intrinsecamente ligada às relações sociais tecidas e o reconhecimento desta territorialidade oferece aos jovens oportunidades para o exercício da cidadania e participação ativa na sociedade. Daí a relevância do estudo do tema que emerge da necessidade de conhecer as circularidades dos jovens estudantes do Ensino Médio, traçando o perfil das relações destes jovens com o espaço público urbano e a influência desta relação na construção das juventudes locais. Feito isso a partir da compreensão dos trajetos, deslocamentos, lugares que frequentam e se apropriam. Tal conhecimento pode ser aplicado na elaboração de ações que comportam desde as práticas pedagógicas de sala de aula até a elaboração de políticas públicas voltadas para a camada etária juvenil.

1.1 Metodologia

O percurso metodológico do desenvolvimento de uma pesquisa, revela um conjunto de princípios, técnicas e abordagens que permitem aos pesquisadores investigar e compreender fenômenos sociais complexos de maneira sistemática e detalhada, garantindo a validade, a confiabilidade, bem como a relevância dos resultados obtidos. A escolha da metodologia para

a pesquisa irá fornecer ferramentas adequadas para controlar e medir as variáveis, garantindo assegurando que os dados coletados sejam precisos e consistentes, estabelecendo critérios de amostragem adequados ao aplicar os métodos de análise apropriados à temática e objetivo da pesquisa. Assim, o tipo de pesquisa ora desenvolvido buscou explicações mais aprofundadas sobre aspectos particulares do comportamento juvenil e o contexto de suas relações e circularidades, encontrando em Minayo (2002) sua melhor definição:

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p.21).

O método de investigação na abordagem qualitativa se adequou ao tema de estudo, visto que aborda a compreensão e interpretação dos resultados, com a finalidade de observar e compreender fenômenos complexos por meio de análises que precisam enfrentar a identificação do problema. Isso, por vezes, envolve interpretações subjetivas, como sensações, pensamentos, opiniões, sentimentos e percepções. Portanto, a pesquisa qualitativa busca compreender a trajetória que levou ao problema em questão ao invés de buscar números para alcançar um resultado efetivo.

A compreensão desses elementos subjetivos é essencial para a investigação, pois favorece uma visão aprofundada do fenômeno em estudo. Portanto, é fundamental reconhecer a natureza imprevisível do desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Até porque, os resultados podem apresentar novas informações capazes de produzir conhecimentos elucidativos às questões propostas, se constituindo no método mais apropriado para investigar, analisar e compreender as juventudes e suas circularidades no contexto urbano.

A revisão bibliográfica compreendeu, neste estudo, obras de autores contemporâneos sobre a temática; a observação no ambiente escolar; no entorno em lugares de maior circulação de jovens; entrevistas individuais por meio de questionário com questões estruturadas; e análise documental sem perder de vista que "[...] a pesquisa bibliográfica realiza-se, quase exclusivamente, com material disponível em bibliotecas, compondo assim o aporte teórico e metodológico.

Estas estratégias de coleta de dados permitiram uma compreensão mais precisa das territorialidades juvenis construídas pelos alunos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. Tal abordagem se propôs a ouvir os sujeitos sociais no contexto investigativo da pesquisa, a fim de analisar como se expressam as territorialidades juvenis no espaço urbano

de Feira de Santana construídas pelos alunos dessa unidade escolar. Assim sendo, a pesquisa foi trazida para um processo descritivo e indutivo. Nesse contexto, a professora Arilda Godoy (1995) esclarece sobre o campo empírico, ao esclarecer o motivo pela escolha da estratégia do estudo de caso, nos seguintes termos:

> O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (Godoy, 1995, p.7).

Para o Estudo de Caso proposto, os instrumentos de coleta de dados compreenderam entrevistas, realizadas com os colaboradores da pesquisa, traçando o perfil sociocultural dos jovens estudantes das três séries do turno diurno do Ensino Médio do CMLEM, visando mapear suas circularidades. Com este objetivo elaborou-se um questionário no qual as questões e a ordem estão dispostas do mesmo modo para todos os entrevistados, justamente por ser uma entrevista padronizada do tipo estruturada (Apêndice A). Neste sentido, Oliveira (2011) afirma sobre esse tipo de entrevista:

> [...] são aquelas nas quais as questões e a ordem em que elas comparecem são exatamente as mesmas para todos os respondentes. Todas as questões devem ser comparáveis, de forma que, quando aparecem variações entre as respostas, elas devem ser atribuídas a diferenças reais entre os respondentes (Oliveira, 2011, p. 37).

Na fase de coleta de dados foi utilizado um questionário original, elaborado segundo os objetivos propostos no estudo, com perguntas estruturadas e respostas de múltipla escolha, contendo doze questões segmentadas em duas partes (Apêndice B). A primeira parte para a caracterização do indivíduo participante, sendo perguntado: sexo/gênero, idade, como se declara cor/raça, religião, condição de moradia, se mora com a família, quantas pessoas tem na família. Na segunda, as questões foram voltadas para as circularidades dos estudantes, como: quais lugares frequenta; espaços da cidade que mais os atraem; grupos ou 'tribos' que integram; espaços urbanos frequentados durante a semana e finais de semana; lugares perigosos ou proibidos; e qual a sugestão de intervenção nos espaços públicos. Este questionário foi realizado na plataforma do *Google Forms*[1] e apresentado de forma online na rede social *WhatsApp* e no E-mail institucional *e-nova*[2]*,* sendo possível a participação apenas

[1] *Google Forms,* é parte do conjunto de aplicativos do Google Drive e está integrado a outros serviços do Google. Constitui-se em uma ferramenta gratuita de criação de formulários online oferecida pelo Google, ela permite que os usuários criem pesquisas, questionários, enquetes e formulários personalizados de maneira prática e eficiente.

uma vez por e-mail. O questionário ficou acessível durante 20 dias no mês novembro de 2023.

Cada colaborador recebeu um *link* contendo uma breve explicação sobre a pesquisa e acesso direto ao questionário. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, vide Apêndice C) foi apresentado individualmente e pessoalmente para os entrevistados que se identificaram durante a coleta dos dados. O formulário do *Google Forms*, repassado para todas as turmas/ séries do diurno do CMLEM pelos líderes de classe através do aplicativo *WhatsApp* teve mais de 190 respostas. Complementando as entrevistas, tem-se as observações dos jovens estudantes no estabelecimento de suas relações identitárias, *in loco*, nas áreas comuns e de convivência do colégio, fundamentais à "[...] observação não-participante, outro dispositivo de coleta de informações, o observador entra em contato com o grupo, a comunidade ou a realidade estudada, porém, não se envolve, nem se integra a ela; permanece de fora" (Oliveira, 2011, p.40).

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi o grupo focal. Ao longo do terceiro ciclo ou unidade escolar, todo o CMLEM se volta para a culminância do projeto "Novembro Negro". Durante o desenvolvimento desta atividade pedagógica da área de Ciências Humanas nas aulas de Geografia da segunda série, foram organizados grupos focais com a discussão em torno do tema: "Construção da identidade negra no Brasil: uma viagem histórica, literária e cultural".

Segundo Gatti (2005), os participantes do grupo focal são selecionados com base em características compartilhadas, como idade, gênero e contexto social, entre outras. Isso ocorre porque é essencial que esses participantes tenham alguma afinidade com o tema em discussão. Essa afinidade fortalece a formulação de perguntas originadas de suas experiências, contribuindo assim para o aprimoramento da comunicação durante a interação grupal. Este autor enfatiza que os membros do grupo focal devem ter características comuns, sempre.

O grupo focal é apresentado aos alunos como uma conversa entre amigos, quando um grupo pequeno de pessoas se reúne para compartilhar informações, pensamentos e expectativas sobre um tema específico. Foi solicitado aos participantes que trouxessem suas experiências pessoais e percepções do seu contexto social para a discussão. Essas interações tiveram como moderadora a professora de Geografia, que ajudou a manter o foco e estimular a troca de ideias.

---

[2] É um conjunto de aplicativos e serviços do Google projetados para simplificar as operações diárias de instituições. No âmbito do projeto e-Nova Educação, essa oferta resulta de um acordo estabelecido entre o Governo do Estado e o Google, sendo totalmente gratuita, sem encargos e com duração indeterminada. Esse serviço engloba o e-mail institucional adotado pela Secretaria da Educação, proporcionando a criação de uma conta para cada participante envolvido na construção da educação pública estadual da Bahia.

Por proporcionar uma quantidade significativa de informações sobre o assunto em curto período, algo que muitas outras técnicas de pesquisa como observação, entrevistas individuais e questionários geralmente não conseguem fazer de forma tão eficaz, pois consomem mais tempo para coletar dados ou preparar os instrumentos, o grupo focal foi escolhido como instrumento para traçar o perfil das circularidades dos alunos nos espaços urbanos de Feira de Santana, dentro do processo de autoconhecimento e percepção de suas identidades culturais.

No roteiro de trabalho foram apresentadas, como guia das discussões e reflexões, questões como:1) você consegue fazer uma ligação entre juventude e questões étnicas e culturais em Feira de Santana? 2) quais os lugares frequentados por grupos jovens em Feira de Santana? 3) quais os grupos ou 'tribos' urbanos frequentam ou conhecem na cidade? 4) como gostaria que fossem os espaços públicos em Feira de Santana, principalmente os de lazer? 5) quais espaços públicos você tem acesso, ou gostaria de ter? e 6) quais os locais ou espaços em Feira de Santana você não frequenta e por quais motivos? As respostas dos jovens estudantes revelam como eles circulam e vivenciam a cidade.

Com o compromisso de observar os mais estritos princípios éticos na condução de pesquisas nas Ciências Humanas, o estudo passou pela avaliação e aprovação do Comitê de Ética da UNEB, pois envolvia a participação de indivíduos menores de idade. Os responsáveis pelos jovens consentiram a participação ao assinar o TCLE. Além disso, os jovens também deram consentimento ao assinar o TCLE. Teve-se ainda a autorização do diretor da instituição para a realização dessa pesquisa. Durante a coleta de dados, os participantes foram plenamente informados sobre os possíveis riscos e benefícios da pesquisa, e ficou claro que poderiam interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento, por qualquer motivo, sem qualquer consequência negativa para eles.

Este trabalho é composto pela introdução (primeira seção textual) que apresenta a temática analisada; a justificativa pela escolha do tema; os objetivos; e a metodologia da pesquisa; e a organização desta dissertação. A discussão teórica sobre as dimensões temáticas abordadas se desenvolve ao longo da segunda seção textual, com uma análise conceitual, "Espaço público, territorialidade e juventudes: articulações teórico-conceituais", iniciada com os conceitos de espaço público, territorialidades, seguindo-se de uma apreciação teórica sobre o conceito de juventudes e a relação da juventude com os espaços públicos na construção das territorialidades juvenis.

O aporte teórico conceitual sobre espaço público, territorialidade e juventudes, sustenta-se em uma breve revisão bibliográfica sobre a temática com a seleção de alguns

pesquisadores para a composição do referencial teórico, apresentando a contribuição de Rogério Haesbaert (1997, 2001, 2004, 2008), Marcos Aurélio Saquet (2007) e Agripino Coelho Neto (2016). Ângelo Serpa (2004, 2007, 2017) contribuem para a análise sobre lugar, território e espaços públicos urbanos. Jânio Roque Castro (2012) dá aporte com suas pesquisas sobre diversidade, cultura e espaço urbano. Juarez Dayrell (1999; 2005) com suas análises sobre juventudes, sociabilidade juvenil e territórios juvenil. Nécio Turra Neto (2008; 2011) colabora com suas obras sobre juventudes, território/ desterritorialização, reterritorialização e sociabilidade juvenil. Ainda sobre juventudes e culturas juvenis contemporâneas tem-se os subsídios dos estudos de Clarice Cassab (2011; 2018), de Oscar Sobarzo (2006) e Lana Cavalcante (1999, 2012).

A terceira seção textual, "Espaço urbano e territorialidades juvenis: leituras dos estudantes do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana", é composta por três subseções, às quais partem da contextualização da cidade de Feira de Santana e suas principais mudanças que impactaram as relações econômicas, socioculturais e o cenário urbano. Também apresenta o CMLEM e o motivo de sua escolha como *lócus* da pesquisa. A segunda subseção traz uma análise sobre as circularidades juvenis, discorrendo sobre o conceito de circularidade, bem como traçando um perfil dos jovens colaboradores apresentando como os estudantes do Modelo constroem e vivenciam seus territórios na cidade, assim como as formas de apropriação e interação com os espaços públicos. A terceira seção é finalizada com a exposição da diversidade das juventudes através do olhar que os jovens estudantes trazem dos espaços públicos, expostos em painéis fotográficos com fotos produzidas pelos colaboradores da pesquisa. Revela-se, com isso, os lugares por onde circulam em seu cotidiano; o significado desses espaços em suas vidas; como se apropriam desses; e os desafios e oportunidades na relação dos jovens com tais espaços. As principais fontes utilizadas, na construção desta seção, foram os resultados dos instrumentos de coleta de dados e a observação *in loco*.

A quarta seção textual intitulada "Reflexões sobre espaços públicos em Feira de Santana, e as formas de usos para práticas juvenis", apresenta reflexões sobre o espaço público em Feira de Santana na perspectiva do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade, investigando suas as diretrizes, ações e determinações voltadas à faixa etária juvenil. Outra reflexão é acerca das restrições e limitações ao uso e à apropriação dos espaços públicos pelos jovens, analisando aspectos do plano diretor que afetam esta participação e acesso.

Já as últimas ponderações, na seção "Considerações finais: reflexões críticas e proposições", não encerram a discussão, mas abrem possibilidades para outros questionamentos e proposições diante dos problemas e demandas apresentados ao longo da pesquisa na perspectiva de uma abordagem mais inclusiva e participativa no planejamento urbano, visando criar um ambiente que atenda às necessidades e aspirações da juventude.

2. ESPAÇO PÚBLICO, TERRITORIALIDADE E JUVENTUDES: ARTICULAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A cidade de Feira de Santana, ao longo das últimas décadas, tem passado por transformações significativas em seu espaço urbano, levando à emergência de novas formas de expressão das territorialidades juvenis. Nesse contexto, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães tem se destacado como um importante espaço de construção de identidades territoriais por parte dos seus alunos. Portanto, é necessário compreender como essas territorialidades juvenis se manifestam no espaço urbano de Feira de Santana, e como se constroem as práticas e estratégias utilizadas pelos alunos do colégio.

A pesquisa desenvolvida partiu da exploração de conceitos fundamentais para a compreensão da temática proposta. O percurso teórico conceitual é composto por pesquisadores e estudiosos que se aprofundaram nos temas referentes a espaço público, territorialidades, juventudes e a inter-relação destes conceitos.

Entretanto, antes de dissertar sobre os três principais conceitos das subseções a seguir é importante dar atenção a três outros conceitos: espaço, cidade e cultura, que norteiam as análises e discussões. O primeiro é analisado pelo professor Milton Santos (1978) e definido como:

> O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171).

Este autor compreende que o espaço se organiza a partir da combinação de diferentes variáveis, sendo o espaço geográfico resultante da organização historicamente posta pela humanidade em seu processo produtivo e de vivências, o que proporciona a desigualdade na evolução espacial.

> O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 1979, p.10).

O professor Marco Aurélio Saquet (2008) ao abordar a conceituação de espaço fez uma leitura da obra de Milton Santos e afirma que:

> Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos, é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território. (Saquet, 2008, p.7)

Nesta abordagem teórica de 'espaço' apresentada por Santos (1978; 1979) e Saquet (2008), compreende-se o espaço como resultado das relações sociais, fruto do trabalho e das experiências humanas que com a Geografia Cultural, segundo Claval (2002), adquiriu a noção de espaço vivido, construído a partir das individualidades; das experiências; e subjetividades dos indivíduos ou grupos nas suas relações sociais. Tuan (2011) analisou que "[...] Na literatura geográfica espaço e lugar têm sido tratados com frequência como tópicos separados, envolvendo diferentes metodologias. O espaço é abstrato e o lugar é concreto" (Tuan, 2011, p. 11).

O segundo conceito é o conceito de cidade, que mesmo não sendo temática principal necessita de uma definição, visto que figura como cenário das relações aqui analisadas. Assim, uma definição que coaduna com a mesma abordagem teórica de espaço, ora apresentada, é trazida por Carlos (2004) em suas leituras sobre a cidades, a partir da obra de Henri Lefebvre, nas quais explica,

> [...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social, na medida em que se trata da realização do ser social ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade (Carlos, 2004, p.5).

Portanto, Carlos (2004) diz que o espaço se torna um reflexo palpável das oportunidades para a sociedade, assim como de suas potenciais realizações. Nesse contexto, a cidade se apresenta como um cenário de possibilidades, o "lugar do possível". As cidades vivenciam um período em que a sociedade urbana "[...] está se constituindo a partir da

generalização do processo de urbanização do mundo, evidenciando uma realidade concreta e virtual, e nessa direção" (Carlos, 2004. p. 6).

A teoria do "Direito à Cidade" foi desenvolvida por Henri Lefebvre em 1968, propondo uma abordagem crítica em relação à urbanização e às cidades. O autor argumentou que o acesso à cidade e à vida urbana não deve ser restrito apenas a alguns setores da sociedade, mas ser um direito fundamental de todos os cidadãos. A realização do direito à cidade requer, assim, uma teoria abrangente que compreenda tanto a cidade quanto a sociedade urbana como um todo, utilizando os conhecimentos da ciência, da filosofia e da arte. Para este autor, a classe operária é concebida como o agente, portador ou suporte social dessa busca pela realização do direito à cidade, assumindo um papel central na luta por uma transformação revolucionária no ambiente urbano, segundo Lefebvre (2008):

> O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008, p.134).

Assim, Lefebvre (2008) defende que as cidades devem ser planejadas e organizadas de maneira a proporcionar acesso equitativo a todos os seus benefícios, como moradia adequada, transporte público, empregos, espaços públicos, educação e serviços sociais. O direito à cidade enfatiza a importância da participação ativa dos cidadãos no processo de planejamento urbano, assim como na tomada de decisões que afetam o esse ambiente. Este autor sustentava que a população deveria ser consultada quanto ao futuro das cidades. Esta teoria apresenta, também, a dimensão política com um aspecto revolucionário, visto que, a luta por um verdadeiro direito à cidade envolve transformações sociais às quais questionam as organizações e estruturas de poder existentes objetivando a superação das desigualdades e injustiças urbanas. Este mesmo espaço, o das relações humanas, se constitui como produto social, segundo afirma Lefebvre:

> Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou "idealidade" comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. O espaço social implica múltiplos conhecimentos (Lefebvre, 2006, p. 99).

O espaço urbano é concebido por Lefebvre (2006) como um "produto social", moldado pelas relações econômicas, políticas e sociais, ao tempo em que critica a

mercantilização do espaço urbano no qual o lucro muitas vezes prevalece sobre as demandas das sociedades. Por isso o direito à cidade tem sido base teórica de argumentação de movimentos sociais, acadêmicos e urbanistas nas abordagens relacionadas à desigualdade, acesso à moradia e justiça social nas áreas urbanas, na busca de promoção do planejamento de cidades mais inclusivas e democráticas. O professor Jânio Castro (2011) em uma apreciação sobre Cultura e espaço urbano afirma precisamente que:

> A cidade é uma produção coletiva de múltiplos agentes sociais e de diferentes técnicas ao longo do tempo. O desenho urbano e as práticas sociais na / da cidade são reflexos não apenas da dinâmica política e socioeconômica como também é produto e reproduz o contexto cultural no qual está inserido (Castro, 2011, p.4).

Espaço, cidade e cultura são categorias que se permeiam. Se o espaço é um produto social é porque existe alguma manifestação cultural dos grupos que se estabelecem em um lugar e o transforma. A cidade é consequência dessa interação entre espaço e cultura. Como enfatiza Barros:

> Antes de tudo, será oportuno lembrar que a cidade é frequentemente considerada como o "lugar da cultura", ou pelo menos como um "lugar de cultura", aqui remetendo ao aspecto da "produção cultural" que encontra nos meios urbanos múltiplos meios de concretização e circulação (Barros, 2011, p. 2).

Todavia, a cultura assume conceitos multifacetados, uma vez que transcende fronteiras disciplinares, permitindo a exploração dos conhecimentos independentemente das hierarquias sociais. É uma herança dinâmica que se renova constantemente sem a necessidade de um testamento formal, onde as novas gerações são responsáveis pela contínua reinterpretação e reinvenção da cultura, à medida que cada uma delas assume a responsabilidade de moldar o mundo de acordo com suas próprias perspectivas políticas, sociais e econômicas.

Segundo Claval (2007), as transmissões de experiências com as interações sociais têm sido de interesse da Geografia Cultural ao entender que "[...] A cultura é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material. Ela permite sua inserção no tecido social. Dá uma significação à sua existência e a dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro" (Claval,2007, p. 89).

Pensar o espaço, a cidade e a cultura sob a perspectiva da geografia humana, é analisar as vivencias sociais e a construção dos espaços a partir de valores próprios a esses. É compreender as transformações sociais ao longo do tempo nas relações do homem com o espaço, e o enfrentamento dos grupos à interação com outras ou novas culturas.

> As culturas não existem como realidades estáveis. Cada um recebe uma herança diferente de técnicas, atitudes, conhecimentos, porque não vive nos mesmos lugares e no mesmo tempo que os outros. Culturas mudam com a introdução de tecnologias novas de comunicação, com a difusão dos saberes escolares, com a facilidade menor ou maior de viagens. (Claval, 2009, p. 54)

Apontar o caminho por onde seguiu a compreensão conceitual desta pesquisa é necessário para a compreensão das intricadas relações dialógicas entre os conceitos e categorias aqui apresentados, pois fundamentam as sociedades humanas em seu modo de organização e expressão ao longo do tempo. Analisar tais relações possibilita o entendimento do espaço urbano e seu planejamento, o reconhecimento da diversidade cultural, suas demandas e contribuições, bem como o fomento de políticas afirmativas para as comunidades. Este processo segue no sentido do reconhecimento das formas de uso e apropriação do espaço urbano por juventudes na construção e reconhecimento de suas identidades, que se constituem no objeto de pesquisa: as territorialidades juvenis. Neste sentido, Claval (1996) recorre a citação de Denis-Constant Martin (1994): "[...] A narrativa identitária reconstrói quatro pilares da experiência humana: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença", que são os elemento que forjam as sociedades humanas.

2.1. O espaço público

A conceituação de espaço público na fundamentação teórica dos estudos sobre juventude se torna imprescindível, visto que a relação entre a juventude e o espaço público faz parte da construção das dinâmicas sociais e urbanas. A juventude desempenha um papel central na transformação dos espaços públicos, ao tempo em que é influenciada por eles, pois participa, se apropria e reconfigura os espaços públicos, gerando impactos nas suas identidades, práticas e expressões culturais.

Nas cidades, portanto, o espaço público é um elemento fundamental nas dinâmicas sociais, já que proporciona locais de encontro, interação e expressão da cultura juvenil, gerando relações complexas, pois "[...] As pessoas não utilizam os espaços públicos urbanos apenas para cumprir atividades burocráticas ou apenas para consumir produtos." (Castro, 2012, p.189-190). Os jovens têm a capacidade de se apropriar dos espaços públicos e atribuir-lhes novos significados. Eles transformam praças, parques, ruas e outros locais urbanos em espaços de expressão cultural, lazer e sociabilidade. Através da arte de rua, eventos culturais, ocupação de praças e outros tipos de intervenções urbanas, os jovens reconfiguram os espaços

públicos, tornando-os mais inclusivos, vivos e representativos de suas identidades e interesses. Nasce daí as relações de poder dentro dos territórios sobre os espaços públicos.

O conceito de território teve em Raffestin (1993), um dos primeiros conceituadores, partindo da ideia de que o território é uma produção a partir do espaço, o qual revela as relações marcadas pelo poder do exercido por grupos ou pessoas, sendo intrínseco em todas as relações sociais. Desse modo, Raffestin (1993) afirma que:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a. prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p. 143-144)

O professor Ângelo Serpa apresenta, por meio de uma análise crítica e contextualizada de seus projetos e intervenções urbanas, uma maneira de compreender o espaço público como elemento fundamental para a construção de identidades e fomento da participação cidadã e transformação social. Nesse sentido, Ângelo Serpa (2017), ao analisar categorias como lugar, território, espaços públicos urbanos e sua apropriação pelos sujeitos, elucida que:

> [...]mais que associar a priori os conceitos de lugar e território a qualidades específicas (lugar = vivido; território = poder), acredita-se que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência. [...]a partir da análise das estratégias e táticas de apropriação dos espaços públicos urbanos, relacionando os conceitos de lugar e território às diferentes maneiras como os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão se apropriar de ruas, parques e praias no cotidiano da cidade contemporânea (Serpa, 2017, p.588).

Nesta perspectiva, pode-se compreender que a construção das identidades e sociabilidades juvenis estão intrinsicamente associadas às relações com os espaços públicos, pois nesses os jovens vivenciam suas identidades individuais e coletivas, buscando espaços que permitam a expressão de suas subculturas, identidades étnicas, interesses e preferências. Através da criação de "tribos urbanas" e grupos de afinidade, os jovens constroem relações de pertencimento e solidariedade, fortalecendo suas identidades e encontrando apoio emocional e social. O espaço público, deste modo, desempenha papel fundamental na formação e consolidação das identidades juvenil. Logo,

> Discutir o papel do espaço público na cidade contemporânea constitui-se, antes de tudo, em um desafio, não só para a Geografia, mas também para todas as ciências e

> filosofias que se pretendam políticas e ativas. O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade de ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, pouco se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos (Serpa, 2007, p.9).

A importância da obra de Serpa (2017) neste referencial teórico parte de sua abordagem sensível e engajada que coloca o cidadão como protagonista na construção da cidade, estimulando a participação cidadã e valorizando as identidades locais. Isto é, contribuindo para a construção de espaços públicos mais democráticos, solidários e acolhedores, que refletem a diversidade e as aspirações das comunidades, percebendo a relação entre as pessoas e o ambiente urbano. Além de reafirmar o espaço público como um lugar de encontro, expressão e transformação sociais, fortalecendo as identidades locais a participação cidadã e a promoção de maior equidade social. Como fica evidenciado pelo autor ao assegurar que:

> No espaço público da cidade contemporânea, o "capital escolar" e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. O conceito de habitus é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural. A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo ‘desigual’ e ‘diferente’ Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, "hierárquica" (Serpa, 2004, p.26).

As dinâmicas sociais urbanas e o conceito de apropriação do espaço público são, por sua vez, objetos de estudo de Oscar Sobarzo **(**2006) que contribuiu para uma compreensão mais abrangente e crítica das práticas sociais, identidades e cidadania na esfera pública. Ao ressaltar, cabe esclarecer, a importância de reconhecer e valorizar as formas diversas de apropriação do espaço e promover espaços públicos inclusivos e participativos. Para este autor, a apropriação do espaço urbano deve ser compreendida como elemento essencial à construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Assim, Sobarzo (2006) explicita, ao falar da dominação e apropriação do espaço que:

> A realidade hoje nos impõe grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, shopping centers, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos questionam o significado do espaço público. Os novos espaços “públicos” realmente semi públicos ou pseudo públicos são muitas vezes caricaturas da vida social,

> negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais "clean" e, em último termo, negando-a (Sobarzo, 2006, p.98).

Sobarzo (2006), diante de toda sua trajetória como geógrafo, apresenta em sua obra os possíveis desafios surgidos na apropriação do espaço público, como a desigualdade de acesso, a exclusão de certos grupos sociais e a falta de representatividade. Também enfatiza a importância de políticas públicas inclusivas e de processos participativos para garantir uma apropriação mais equitativa e plural dos espaços públicos. Além disso, o autor aponta a necessidade de repensar o planejamento urbano, considerando a diversidade de práticas e usos do espaço público. Baseando-se no livro *O lugar no/do espaço* da autora Ana Fani (Carlos, 1996), Sobarzo analisa o conceito de lugar a partir da tríade habitante-identidade-lugar.

O direito à cidade, espaço e cultura urbana, é outra questão relevante no contexto da abordagem desta pesquisa e, para isso, conta-se com a contribuição da professora Lana Cavalcanti (2012) que oferece aporte teórico à discussão, porque teoriza sobre a cidade ao defender o ensino a partir da cidade. E, para tal, discute sobre as relações de jovens com as áreas urbanas, vez que a altercação sobre o direito à cidade tem ganhado destaque nos estudos urbanos e nas políticas públicas nas últimas décadas. A autora utiliza o conceito, inicialmente proposto por Henri Lefebvre na década de 1960, de direito à cidade como busca da garantia do acesso igualitário aos recursos urbanos e a participação ativa dos cidadãos na construção e transformação das áreas urbanas. O conceito de Lefebvre de Direito à Cidade, foi apropriado por Cavalcanti (2012) por se apresentar como uma resposta à crescente urbanização e às desigualdades socioespaciais presentes nos centros urbanos. No entanto, é importante considerar a dimensão geracional nessa discussão. Os jovens são agentes ativos nas dinâmicas urbanas e têm necessidades e demandas específicas em relação à cidade. Lana Cavalcanti (1999) ressalta que, para compreender as relações dos jovens com as áreas urbanas, é preciso considerar a interação entre a cultura urbana e os espaços físicos que eles habitam, preconizando que:

> Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar "globalizada" ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços. A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo suas particularidades e diferenças. É defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática que busca mediar interesses e ações de uma ordem sócio-econômica mais geral com os interesses e ações mais imediatas e elementares nem por isso menos importantes para a vida humana do cotidiano de seus moradores (Cavalcanti, 1999, p.43).

Compreende assim que a cultura urbana desempenha papel fundamental na vida dos jovens e nas dinâmicas das áreas urbanas. A autora engloba manifestações artísticas, como

música, dança, grafite e teatro, bem como práticas cotidianas, comportamentos e modos de vida. A cultura urbana muitas vezes surge como uma forma de resistência às normas estabelecidas e como uma expressão da identidade juvenil. Os jovens utilizam a cultura urbana como ferramenta para reivindicar espaços e direitos na cidade, além de estabelecer conexões com outros jovens e comunidades, pois:

> A cidade é, para os crianças e jovens em idade escolar, em primeiro lugar, a sua morada, o seu abrigo. Ela é o lugar no qual as pessoas produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, na convivência de seus amigos e familiares. Esse aspecto afetivo da moradia é tão fortemente vivido por crianças e jovens que chega a ser fator predominante em sua definição de lugares em que gostariam de morar (Cavalcanti, 1999, p.46).

Mesmo diante da importância do Direito à Cidade e da valorização da cultura urbana na vida dos jovens, segundo Cavalcanti (1999) ainda existem desafios a serem enfrentados, como a segregação socioespacial, a falta de acesso a equipamentos públicos de qualidade e a violência urbana, para citar alguns exemplos. Além disso, as transformações nas dinâmicas urbanas, como a "gentrificação" e a especulação imobiliária, podem afetar negativamente as oportunidades de participação e a permanência dos jovens nessas áreas. Todo esse cenário pode ser apreendido pelos jovens, afirma a autora, quando:

> A percepção da cidade, pelo caminho da observação de suas paisagens por crianças e jovens, permite distinguir os lugares de consumo (restrito ou geral), os lugares interditados, os lugares permitidos. [...]Essa interdição tem a ver com segregação social, com segregação urbana [...] (Cavalcanti, 1999, p.48).

É nas cidades que os jovens constroem suas identidades, estabelecem relações e reivindicam espaços de participação local. Esse olhar é fundamental para a elaboração de políticas públicas que atendam as demandas emergentes das circularidades juvenis na cidade.

2.2. As territorialidades

Os jovens, ao se apropriar dos espaços, constroem identidades, estabelecem relações sociais e expressam suas práticas culturais. Para Sobarzo (2017, p.95) "[...] o espaço público se constitui por um tipo de propriedade e por uma possibilidade de uso". Assim, Compreender as territorialidades juvenis é essencial para uma análise abrangente das dinâmicas sociais contemporâneas. Esta revisão bibliográfica busca uma base teórica e conceitual sobre o tema, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar as

territorialidades juvenis e compreender as diferentes abordagens teóricas, como a perspectiva simbólica, cognitiva e relacional da territorialidade, para entender a forma como os indivíduos estabelecem e mantêm relações com os espaços.

A perspectiva simbólica enfoca os significados atribuídos aos espaços, considerando-os como expressões de identidade, memória e pertencimento. A perspectiva cognitiva analisa como as pessoas percebem, interpretam e constroem representações mentais dos territórios. Já a perspectiva relacional explora as interações e as relações sociais que ocorrem nos territórios, destacando a importância dos encontros, conflitos e negociações entre os indivíduos e grupos.

Haesbaert (1997) apresenta um entendimento sobre território a partir das relações de poder - o poder simbólico e dos sujeitos que ressignificam e se identificam com os territórios. Deste modo, entende que:

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, p. 42).

Fundamentado numa abordagem multidimensional do conceito de território, levando em consideração questões políticas, econômicas, culturais, Haesbaert (2008) valoriza a análise crítica da multiterritorialidade ao afirmar que

> Buscamos (re)trabalhar esta noção em torno da questão que se coloca hoje sobre as novas formas da relação espaço-cultura, especialmente aquelas moldadas pela vinculação entre o aumento da mobilidade e a chamada hibridização cultural que, pretensamente, a acompanha, resultando na configuração de novas identidades, múltiplas e móveis, que certos autores, equivocadamente, denominam "identidades desterritorializadas" (Haesbaert, 2008, p.396).

Assim, o conceito de territorialidade engloba as múltiplas formas pelas quais os sujeitos sociais e grupos estabelecem e mantêm relações com os espaços que ocupam. O autor incorpora dimensões físicas, sociais, culturais e simbólicas, refletindo as interações, significados e práticas relacionadas aos territórios. A compreensão das diferentes abordagens teóricas da territorialidade permite uma análise mais abrangente e contextualizada desse fenômeno complexo. Haesbaert (2009) compreende o conceito de território a partir de três perspectivas fundamentais. Primeiramente, a vertente jurídico-política, que define o território como um espaço delimitado e controlado por uma autoridade, principalmente o Estado, e mediado por relações de poder, e a multidimensionalidade desse poder.

> [...] O território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, (...) nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (Haesbaert, 2009, p.105)

Em segundo lugar, pela vertente cultural, quando concebe o território como um produto resultante da apropriação simbólica e/ou identitária sobre o espaço. Por fim, a perspectiva econômica enxerga o território como um produto espacial resultante do conflito entre classes sociais e as relações entre classe e trabalho.

A territorialidade é um conceito multidimensional que abrange as relações entre os indivíduos e os espaços que eles ocupam. No contexto das juventudes, a territorialidade assume particularidades, refletindo a forma como os jovens constroem sua identidade, estabelecem relações sociais e expressam suas práticas culturais. Portanto, examinar as obras acadêmicas acerca da temática das territorialidades e territorialidades juvenis para compreender as implicações desse fenômeno é imprescindível no contexto deste estudo. Deste modo, a revisão bibliográfica apresenta teóricos consagrados no campo das pesquisas geográficas e sociais sobre territorialidade.

O professor Rogério Haesbaert (2004), um dos principais pesquisadores da temática territorialidade, afirma que:

> [...]toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. [...] Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas. (Haesbaert, 2004, p. 19)

Outra importante contribuição na análise das relações entre as categorias espaço, sociedade e poder, numa crítica sobre a territorialidade, é a obra de Marcos Aurélio Saquet. Para o autor já mencionado, a territorialidade refere-se às práticas sociais que envolvem a apropriação, delimitação e controle de um determinado espaço por parte de grupos sociais específicos. Essas práticas podem ser observadas em diferentes escalas, desde as relações cotidianas entre indivíduos e comunidades, até as dinâmicas mais amplas de disputa territorial entre nações e estados. Isto se evidencia quando Saquet (2007) afirma:

> A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla e por isso, os

> territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos e relações. (SAQUET, 2007, p.129).

A revisão bibliográfica sobre as concepções de território e territorialidade desenvolvidas no pensamento geográfico foram brilhantemente sintetizadas e apresentadas pelo professor Coelho Neto (2016) em um de seus artigos, no qual traça um panorama entre os clássicos teóricos consagrados na pesquisa sobre a temática e suas diversas percepções. Nessa perspectiva, o referido pesquisador enfatiza:

> [...] não podemos mais ignorar que o termo [território] não está mais refém das fronteiras acadêmicas, pois, seu uso social adquiriu maior amplitude, a exemplo do acionamento pelos movimentos sociais para potencializar suas reivindicações políticas e dar a adoção nas políticas governamentais como categoria da prática (Coelho Neto, 2016, p.15)

Além da proposta de "[...] ressaltar os aspectos mais acentuados pela literatura que ajudam a formar/compor o conteúdo mais geral dos dois conceitos [território e territorialidade]" (Coelho Neto, 2016, p.15) sobre o tema "Territorialidade: uma proposta teórico-conceitual", este autor apresenta uma gama de autores (Ratzel (1990), Souza (2009), Soja (1971), Gottmann (1975), Raffestin (1980), Haesbaret (1995, 1997, 2002,2004, 2006, 2009, 2010), Sack (1986, 2011), Souza (1995), Saquet (2007), Cristovão Brito (2008), promovendo a discussão entre eles sobre os conceitos de território e territorialidade, de modo esclarecedor e que contribuiu para o referencial teórico aqui utilizado.

O objetivo de apontar uma 'possibilidade operacionalizável' ligada às ações coletivas é a culminância do pensamento de Coelho Neto (2016) é a maior contribuição para a análise teórico-conceitual do seu estudo sobre territorialidade, constituindo-se também como ponto de partida para a compreensão da territorialidade juvenil. Para este autor, territorialidade surge do nexo entre os grupos sociais e o espaço, segundo apreendeu de Sack (1986):

> A territorialidade foi concebida como uma relação que se estabelece entre a sociedade e o espaço, implicando uma apropriação material e/ou simbólica, assegurando a reprodução da vida material dos grupos sociais. Assim, a formação de territórios seria um componente essencial para a realização da vida social. A territorialidade, nessa perspectiva, seria concebida como a forma como a sociedade, ou mais especificamente, como os grupos sociais se organizam no espaço, sendo, desse modo, como definiu Sack (Coelho Neto, 2016, p. 23).

Então, os indivíduos e grupos organizados territorialmente adquirem e atribuem significados específicos ao espaço. Isso abrange um conjunto de aspirações, valores, interesses e uma compreensão do mundo e de sua relação com a espacialidade. Além disso, envolve práticas e interações com o ambiente em que vivem, bem como um processo de

identificação com seu território. Esses elementos são essenciais para compreender as territorialidades. Portanto, Coelho Neto (2016) propõe o termo "territorialidade" para descrever os vínculos construídos entre os grupos organizados e o espaço, permitindo uma apropriação e uma atribuição de significado que possibilitam a criação de novas formas de reprodução social Assim, a conceituação de territorialidade e território, posta como uma proposição teórico-conceitual, apresentadas por ele é:

> A territorialidade equivale a um comportamento espacial, no qual o espaço é um mediador das relações sociais que os grupos estabelecem entre si.
> [...] a concepção mais geralmente aceita de território equivale a uma fração do espaço controlado/ dominado/ apropriado material e/ou simbolicamente por um indivíduo ou por um grupo/ organização social, cujas mediações são marcadas por relações de poder. Essa definição incorpora uma série de aspectos que compuseram as mais proeminentes conceituações de território na literatura geográfica. (COELHO NETO, 2016, p. 27)

Após a sua revisão da literatura sobre territorialidade, Coelho Neto (2016) afirma que "[...] na acepção que advogamos, [a territorialidade] implica um processo que envolve, no primeiro plano, uma relação entre indivíduos/grupos sociais e, simultaneamente, num segundo plano, as relações que o indivíduos/grupos sociais estabelecem com o espaço" (Coelho Neto, 2016, p. 27).

2.3 As juventudes e as territorialidades juvenis

Nas pesquisas contemporâneas sobre a temática juventude, que tenham como recorte espacial os jovens em ambiente escolar, territorialidades juvenis, expressões identitárias no espaço urbano e as culturas juvenis, encontra-se sempre referências bibliográficas ligadas a departamentos ou observatórios que pesquisam e estudam exclusivamente juventudes. O sociólogo Juarez Dayrell (1999; 2005), Coordenador do Observatório da Juventude da UFMG, enfatiza conceitos como: diferenças, diversidade cultural e identidades, uma abordagem territorial, presente também o conceito de espaço, numa perspectiva sociológica.

Segundo Dayrell (1999, 2005), as expressões culturais da juventude que refletem suas experiências diárias surgem em contextos nos quais novas formas de interação territorial são reinventadas e os espaços retratados em suas obras são experimentados diariamente pelos jovens de maneiras tão diversas quanto as múltiplas manifestações juvenis existentes. Não apenas a interpretação dos territórios é única para cada indivíduo, mas também a maneira como vivencia esses espaços. E o universo estudantil, sua multidimensionalidade, abrange

diversas vivências em um único lugar, com grupos que coexistem e competem por esse território conforme explica Dayrell (2005):

> Sem nos deter num conceito específico, quando falamos em culturas juvenis nos referimos a modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam certos significados e valores não tanto no âmbito das instituições como no âmbito da própria vida cotidiana. [...] O processo de construção das culturas juvenis tem de ser entendido no contexto da origem social e das condições concretas de vida na qual os jovens estão sendo socializados (Dayrell, 2005, p. 35-36).

Os principais conceitos estudados por Dayrell (2005) são desenvolvidos em uma perspectiva multidisciplinar na qual o sociólogo busca uma percepção geral do sujeito, sendo assim a juventude compreendida como categoria social. Portanto, afirma que a juventude não é apenas uma fase biológica, mas também uma categoria social construída historicamente que varia de acordo com o contexto cultural e social. Essa juventude ainda é analisada como sujeito social, quando o autor destaca a importância de compreender os jovens como sujeitos sociais ativos, capazes de produzir e transformar sua realidade.

A cultura juvenil, em Dayrell, é apresentada como portadora das manifestações culturais próprias da juventude, como música, dança, moda e linguagem, que são formas de expressão e identidade dos jovens. Já o conceito de territórios juvenis é visto por este mesmo pesquisador como os espaços de convivência dos jovens, como escolas, praças e bairros, e como esses espaços são apropriados e significados por estes. Para descrever a forma como os jovens transitam e se relacionam com diferentes espaços e contextos sociais, o autor utiliza o conceito de multiterritorialidade, destacando a importância da escola como espaço de sociabilidade e construção da identidade juvenil, onde ocorrem interações e conflitos entre diferentes grupos. Portanto, deve-se observar que:

> Um estilo expressa tanto o processo de globalização, com questões universais, quanto relações locais e a leitura própria do contexto no qual se inserem. Enfim, apontam para a importância atribuída pelos **jovens** à convivência com um grupo de iguais, o compartilhar de sentimentos de pertencimento e as experiências cotidianas possibilitadas pela vivência mediada pelo estilo" (Dayrell, 2005, p. 44).

Diversas são as abordagens e contribuições de Dayrell (2005) quanto à juventude, entretanto, além das citadas, outra pertinente para esta pesquisa é a relação entre juventude e políticas públicas, analisadas sob a ótica de alcance das demandas juvenis, avaliando sua efetividade e propondo novas abordagens que considerem a diversidade e as demandas dos jovens.

Seguindo a mesma temática de Dayrell sobre territorialidades, sociabilidades e culturas juvenis está o professor Nécio Turra Neto (2008) que aprofundou-se em suas

pesquisas sobre juventudes, a partir da perspectiva geográfica. Ou seja, buscando os conceitos de juventude e território e a compreensão da rede de sociabilidade juvenil; os processos da construção de práticas de desterritorialização; e a reterritorialização nas relações com o espaço. Postula o autor:

> No campo mais especificamente dos estudos de juventudes, o privilegiamento dos termos território, espaço e lugar ganha diferentes matizes e mesmo diferentes denominações, o que permite dizer que estamos num campo em que ainda não há um quadro conceitual comum fora da própria discussão sobre a noção de juventudes (Turra Neto, 2008, p. 471).

Os conceitos de juventude, sociabilidade, culturas juvenis, lugar e território analisados por Turra Neto (2008) estão diretamente associados ao seu objeto de pesquisa: a apreensão e análise da sociabilidade juvenil no meio urbano, considerando o tempo, o espaço, as redes e os territórios. Isso numa abordagem focada no processo de constituição de um lugar, ao longo do tempo, e como as práticas e espaços de sociabilidade disponíveis foram se transformando no processo ou sendo alteradas pelas próprias transformações na sociedade local, sempre em articulação com contextos relacionais mais amplos.

Outra contribuição deste pesquisador para o desenvolvimento desta pesquisa foi o procedimento metodológico, que também se constituiu na análise da contemporaneidade e da sociabilidade juvenil na cidade, pensando nos múltiplos processos que envolveram a constituição das redes de sociabilidade juvenil na cidade e pensando nos múltiplos processos que estão envolvidos na constituição das redes de sociabilidade. Neste sentido Turra Neto (2008) enfatiza que:

> [...] é preciso frisar que não são todos os/as jovens, em todos os contextos que realizam sua **sociabilidade** em grupos de estilo. Há formas variadas de agrupamentos juvenis, como em torno de times de futebol, em torno da escola, de grupos folclóricos, de igrejas e mesmo em torno de eventos e lugares da moda (Turra Neto, 2008, p.408).

Tendo como referencial teórico principal dois grandes expoentes do conhecimento geográfico, Milton Santos e Rogério Haesbaert, Turra Neto procurou compreender o lugar tanto na sua trajetória/história, quanto como um contexto/condição para a existência dos referidos grupos juvenis. Ou seja, buscou ver como o espaço geográfico, na sua dimensão de lugar, influencia na vida dos jovens que aderem a culturas juvenis "des-reterritorializadas". (Turra Neto, 2008, p.8). A contribuição de Turra Neto(2008) se estende do conceitual ao metodológico, uma vez que as metodologias aplicadas aos estudos sobre juventudes provêm

de outros campos do conhecimento, como a Antropologia, a História e a Sociologia, há bem mais tempo que a Geografia, e têm seu foco de estudo nos sujeitos sociais. Afirma o autor:

> As configurações espaciais que emergem dessas juventudes são bastante variadas e evidenciam um amplo campo de pesquisas a ser explorado pela Geografia. É pela consideração da sociabilidade juvenil que muitos autores e autoras aventuraram-se a discutir a dimensão espacial inerente à condição juvenil (Turra Neto, 2008, p. 409).

O procedimento metodológico utilizado foi o da história oral, para o trabalho com a memória. Já as metodologias foram a da observação participante e dos "grupos de diálogo". A partir dessas pode se ter acesso às suas formas contemporâneas de acontecer e de se territorializar na cidade. Cardoso e Turra Neto (2011) enfatizam o papel do geógrafo diante da Geografia cultural concluindo que:

> Como geógrafos, consideramos que essa 'virada' carece ainda de um ponto de vista da nossa disciplina – daquela Geografia que se coloca no papel de refletir sobre a espacialidade humana –, no sentido de dar maior precisão a conceitos amplamente empregados, atualmente, nos estudos sobre juventudes, como lugar-local, relação global-local, território e territorialidade, desterritorialização/reteritorialização e espaço. Nesse sentido, estamos diante de um fértil campo de pesquisa que certamente não se limita à Geografia, e que exige uma preocupação maior com o que podemos aqui chamar de dialética socioespacial, tarefa teórica e conceitual defendida zelosamente por Soja [...] (Cardoso; Turra Neto, 2011, p.5).

Já os estudos da professora Clarice Cassab (2018), traz reflexões sobre a relação entre os jovens e os territórios que habitam. A autora explora como os jovens se apropriam dos espaços e os transformam em lugares de vivência e expressão de suas identidades, evidenciando a importância de compreender os territórios não apenas como espaços físicos, mas como construções simbólicas e sociais significadas pelos jovens. A autora afirma que os jovens se apropriam dos territórios, sejam eles urbanos ou rurais, por meio de suas vivências cotidianas, relações sociais e práticas culturais. Eles ressignificam e atribuem valores aos espaços, transformando-os em lugares que refletem suas identidades, experiências e aspirações. Cassab (2018) ressalta a diversidade de territórios ocupados pelos jovens, que vão além dos espaços institucionais, como a escola, abrangendo espaços informais e alternativos de sociabilidade e convivência. Essa diversidade de territórios proporciona aos jovens uma variedade de experiências e oportunidades de expressão, permitindo-lhes construir suas identidades de forma mais ampla e autêntica. Neste sentido, Cassab (2018) acentua:

> Fortemente carregada por um sentido de devir, a juventude emerge em conformidade com o indivíduo e a sociabilidade moderna. Ao sujeito jovem é dado o tempo de preparação para ocupar sua função numa sociedade que também lhe é exterior. Em seus corpos está impresso a promessa do futuro (uma vez garantido o

> controle de seus instintos e ímpetos naturais), em especial, pela via da inserção no mundo do trabalho. Sendo ele a alavanca e a base para o ingresso do indivíduo moderno nessa teia competitiva de relações que caracterizam a vida moderna (Cassab, 2018, p.19).

Assim, o modo como os jovens se relacionam nos territórios no contexto urbano, marcado por desigualdades socioespaciais, violência e falta de infraestrutura adequada, demonstra que mesmo diante dessas adversidades, eles encontram maneiras criativas e resilientes de se apropriar desses territórios, buscando espaços de sociabilidade, lazer, expressão artística e participação política. Esta perspectiva contribui para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste sentido Cassab (2011) esclarece:

> A juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais. Esse é o sentido de se afirmar a juventude como uma categoria socialmente construída. Ou seja, uma representação forjada, tanto pelos grupos sociais, quanto pelos próprios jovens, e que busca traduzir um conjunto de comportamentos, atitudes, aparências a ela atribuídos. Dessa forma, a categoria juventude distancia-se de uma simples definição etária para se aproximar daquela fundamentada na compreensão de que ela é uma representação simbólica e uma situação vivida em comum pelos indivíduos jovens. Sendo categoria social, a juventude é constantemente construída e reconstruída no próprio movimento da sociedade, diferenciando-se espacial e temporalmente. E, como visto, é caudatária dos diferentes momentos históricos nos quais foi se construindo o sentido de ser jovem. O esforço, portanto, é o de entender a juventude como uma categoria social constantemente sendo (re)pensada. O que significa questionar a existência de uma juventude homogênea no tempo e no espaço (Cassab, 2011, p.159).

Outro aspecto importante explorado pela autora é a interseção entre os territórios físicos e os territórios virtuais, que são cada vez mais relevantes na vida dos jovens contemporâneos. A internet e as tecnologias digitais oferecem aos jovens novas formas de conexão, sociabilidade e expressão, ampliando os horizontes de seus territórios e possibilitando a construção de identidades múltiplas e híbridas. A produção teórica de Cassab (2011) sobre a temática juventude, como já citado, apresenta uma contribuição ao se aprofundar nas análises sobre a diversidade de territórios ocupados pelos jovens, inclusive dos espaços institucionais, informais e virtuais, ampliando a perspectiva de compreensão da juventude contemporânea e da importância dos territórios na formação das identidades juvenis.

Compreendendo que a juventude é uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada por mudanças físicas, emocionais e sociais significativas durante aa quais os jovens buscam explorar e estabelecer sua identidade, desenvolvendo conexões com o mundo ao seu redor, inclusive com o espaço em que vivem, pode-se inferir que a territorialidade juvenil emerge como um fenômeno complexo e multifacetado. Portanto,

envolvendo a apropriação simbólica e prática do território pelos jovens, bem como a construção de significados e relações de pertencimento, fundamentais para a formação identitária.

Em sua tese de doutorado, Turra Neto (2008) afirma que "[...] A ideia de juventudes, no plural, está no centro das abordagens contemporâneas. Abramo (1994) já apontava essa virada de perspectiva quando a Sociologia começou a se dar conta da diversificação de cenários e manifestações juvenis, nos idos dos anos de 1970-80" (Turra Neto, 2008, p.434). Então, se a territorialidade juvenil refere-se à forma como os jovens se relacionam com o espaço físico e social ao seu redor, estabelecendo laços emocionais, identitários e práticos com determinadas áreas geográficas, é possível perceber a existência de 'juventudes', uma vez que essa relação com o território é influenciada por diversos fatores, como cultura, contexto socioeconômico, gênero e etnia, dentre outros, proporcionando aos jovens desenvolver uma série de práticas, comportamentos e representações simbólicas que contribuem para a construção de suas territorialidades e da diversidade de manifestações de juventude. Em obra recente, o geógrafo e professor Vitor Hugo Nedel Oliveira(2023) afirma que:

> Pensar as 'Geografias das Juventudes' implica em entender, necessariamente, que os fenômenos sociais – incluindo os juvenis – não são descolados do espaço. Ao contrário, estão intrinsecamente vinculados ao espaço – mesmo que seja o virtual – e, tais espacialidades – diferente/desiguais como as juventudes – produzem relações igualmente diversas. A análise de tais fenômenos juvenis, sob a ótica da Ciência Geográfica, ganha não apenas riqueza conceitual e analítica, mas também uma interpretação 'com os olhos da Geografia' em suas especificidades teóricas e metodológicas (Oliveira, 2023, p.10).

É imprescindível ressaltar que as territorialidades juvenis não são homogêneas, pois os jovens são marcados por múltiplas identidades, como gênero, classe social, etnia, sexualidade, entre outras, que se expressam em estilos (de vida e apresentação pessoal). A heterogeneidade da juventude propicia aos jovens experiências interconectadas, nas quais estão sujeitos enfrentarem formas específicas e únicas de discriminação, pois a opressão que resulta da interação complexa das várias identidades. Este fenômeno é a interseccionalidade identitária, ou seja, a interação e sobreposição de diversas dimensões de identidades submetidas a um sistemas de opressão que uma mesma pessoa pode enfrentar em várias áreas, seja de gênero, raça, classe social, sexualidade, habilidades ou qualquer outra característica.

A interseccionalidade identitária reconhece que as experiências e desafios das pessoas são moldados por uma multiplicidade de fatores, e não pode ser compreendida de forma

completa se apenas uma dimensão de identidade for considerada isoladamente. O termo trata, assim, de um certo arranjo no qual diversos sistemas, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe, por exemplo, se entrecruzam, criando complexas situações de opressão e vulnerabilidade. (Caldeira, 2019, p. 116).

Essas identidades influenciam suas práticas espaciais, suas formas de apropriação do espaço e suas relações com outros grupos e segmentos da sociedade, buscando contribuir para uma análise crítica e reflexiva das territorialidades juvenis, no sentido de entender as formas como os jovens se apropriam e constroem seus espaços de pertencimento. Oliveira (2022) diz que:

> Em sentido contrário a esse entendimento homogeneizante, os jovens criam e ressignificam símbolos, que mudam a maneira de interagir com o espaço e os fenômenos que o adentram, ou seja, eles, como indivíduos ativos, assimilam aquilo que lhes é externo a partir de sua realidade e, assim, a transformam do modo como eles se identificam no mundo ao mesmo tempo em que este mesmo mundo a estrutura (Oliveira, 2022, p. 4).

Essa compreensão é fundamental para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e participativas, que considerem as demandas e aspirações dos jovens, promovendo o desenvolvimento de cidades mais inclusivas.

3. ESPAÇO URBANO E TERRITORIALIDADES JUVENIS: LEITURAS DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES DE FEIRA DE SANTANA

A cidade é o cenário onde se tecem as tramas das sociabilidades juvenis. A partir dos trajetos de seus itinerários, os jovens usam e se apropriam dos espaços urbanos. O processo de territorialização dos espaços vão se moldando ao longo das circularidades em suas vivências cotidianas estabelecidas em suas rotinas, na qual deveres e lazeres se entrelaçam de maneira intrínseca.

Ao se deslocar pelos meandros urbanos, os jovens não apenas percorrem distâncias físicas, como experimentam um processo de territorialização dos espaços. Essa apropriação não se restringe apenas à dimensão geográfica, mas transcende para uma esfera mais subjetiva e simbólica. Os espaços urbanos, assim, deixam de ser meros cenários para se tornarem palcos ativos onde as vivências cotidianas dos jovens se desdobram. Cada deslocamento, seja por obrigação ou prazer, contribui para a construção de um mapa subjetivo que reflete não apenas os contornos físicos da cidade, mas também as experiências pessoais e coletivas dos jovens.

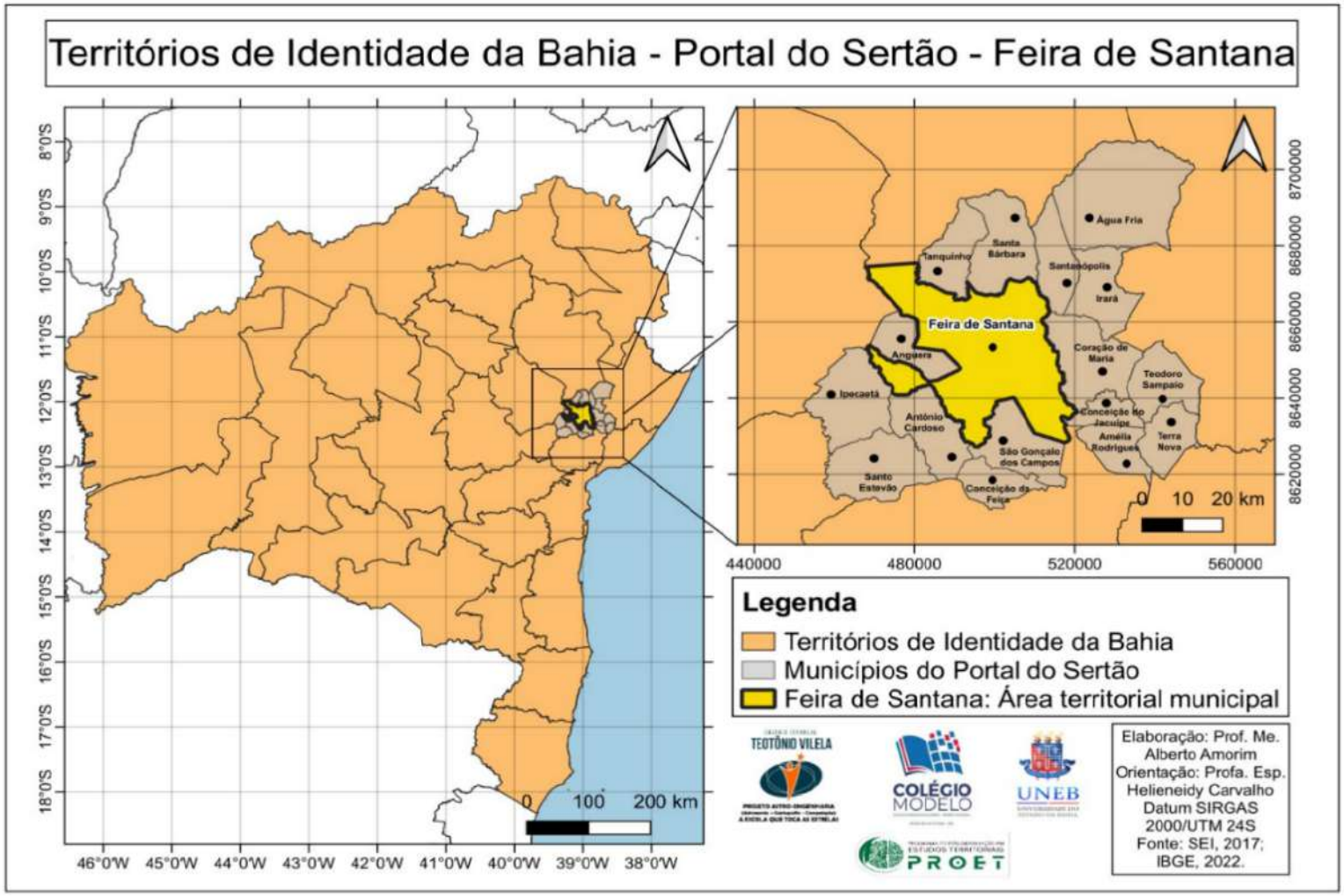
3.1. A cidade de Feira de Santana: um importante centro regional

Antes de tudo é necessário conhecer o cenário no qual se tecem as relações juvenis no processo de construção de suas territorialidades. A cidade de Feira de Santana é um importante polo com atividade comercial consolidada e importantes atividades industriais, se destacando por ser a segunda maior cidade do Estado da Bahia. Ao longo da história, a cidade construiu e consolidou uma posição estratégica do ponto de vista rodoviário se constituindo em um importante centro regional do Brasil, com uma população de 614.872 habitantes (IBGE, 2022) e sendo sede de uma região metropolitana.

Segundo Santo (2012) Feira de Santana é reconhecida como um polo regional de grande importância, bem como um centro de convergência rodoviário de âmbito regional e nacional. Sua localização estratégica possibilita a interceptação de diversas demandas por serviços, especialmente provenientes do interior do Estado, sobretudo nas áreas de educação, saúde e comércio. Caso não fosse pela presença e atuação de Feira de Santana, essas demandas seriam direcionadas para Salvador, a capital do Estado.

Segundo a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SEC-BA), o planejamento com base nos Territórios de Identidade leva à reflexão sobre a necessidade de repensar as prioridades das políticas públicas, visando promover a cidadania nas áreas rurais e alcançar uma inclusão espacial genuína com a integração das zonas rurais e urbanas dos municípios com menos de 50 mil habitantes. No entanto, o aspecto fundamental é a capacidade de estabelecer um sistema justo na gestão pública do país, direcionando o que há de melhor em cada política pública para as áreas rurais. Isso não apenas aumenta o interesse da população em permanecer em seus territórios, mas também de preservar a rica cultura e aproveitar os conhecimentos, habilidades e talentos locais para impulsionar o desenvolvimento de forma significativa. Dentro desta organização, o município de Feira de Santana faz parte do Território de Identidade 19 ou Portal do Sertão (Fig. 1) constituído por 17 municípios.

Figura 1 - Território de identidade do Portal do Sertão



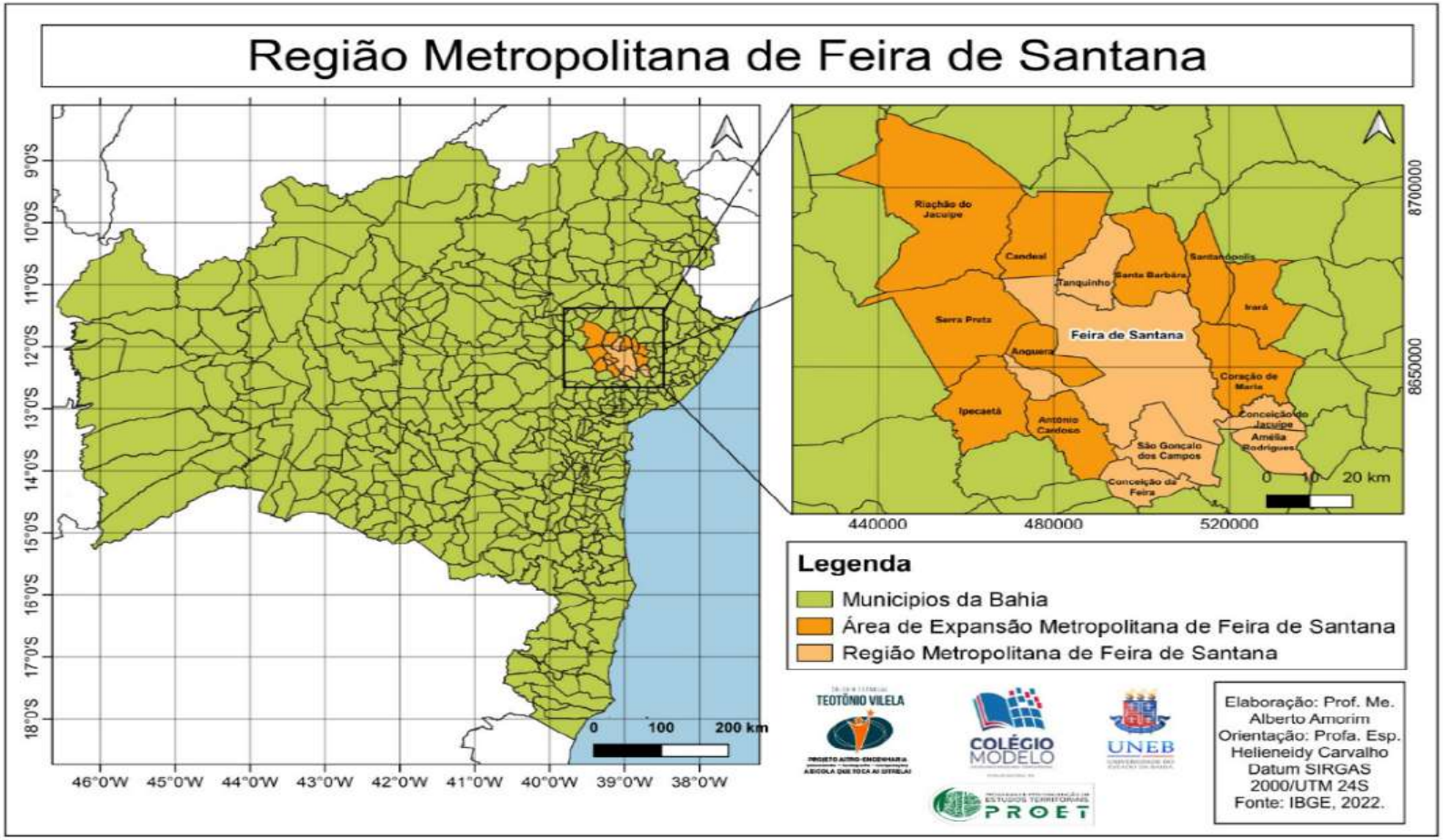
Fonte: IBGE 2022. Elaborado por Alberto Amorim e adaptado por Helieneidy Carvalho (2023)

As características socioeconômicas e a localização geográfica estratégica do município ganhou a denominação Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) (Fig.2), criada a 6 de julho de 2011 quando o então governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, sancionou a Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011). A RMFS (Fig. 2) é composta pelos seguintes municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis e Serra Preta. Conforme Ipea (2015):

> A RM de Feira de Santana é composta por seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, além de uma área de expansão composta pelos municípios de Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Barbára, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe. (Ipea, 2015, p.15)

Vale ressaltar que antes da criação da RMFS, em 2007, o Governo da Bahia adotou uma abordagem voltada para a valorização das comunidades locais, buscando compreender e atender às necessidades específicas de cada região. O objetivo proposto era o de promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável em todo o estado. Deste modo, atualmente, a Bahia é dividida em 27 Territórios de Identidade, criados em função das características únicas de cada região.

Figura 2 - Região Metropolitana de Feira de Santana e área de Expansão

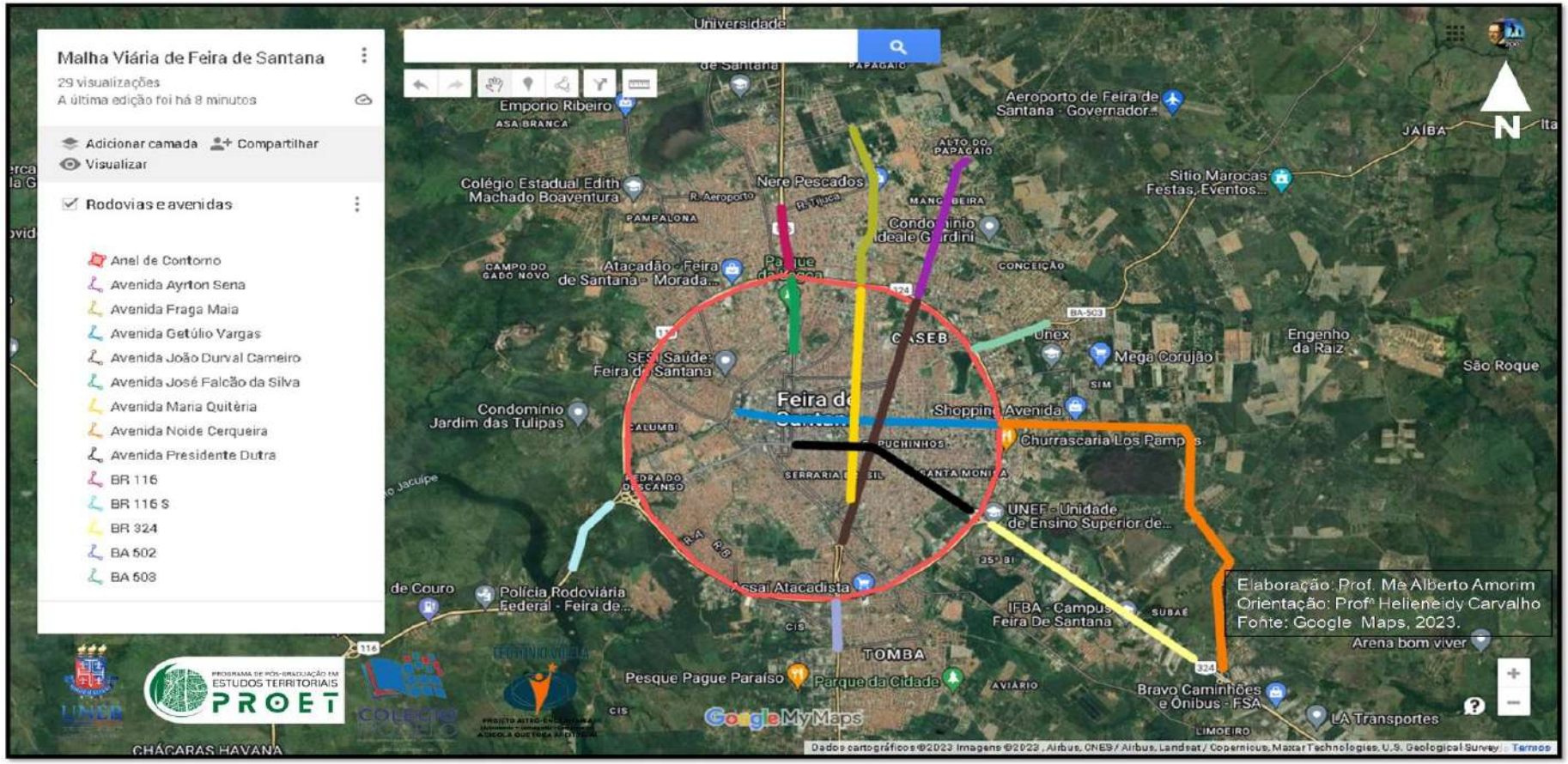


Fonte: IBGE 2022. Elaborado por Alberto Amorim e adaptado por Helieneidy Carvalho (2023)

Cruzada por importantes rodovias (Fig. 3), a cidade se estabeleceu como um eixo rodoviário de grande importância no estado da Bahia, Nordeste e Brasil. Esse eixo é composto por um anel de contorno conectando as rodovias BR-324, BR-116 Sul (Rio-Bahia), BR-116 Norte (Transnordestina), BR-101 e as estradas BA-052, BA-502, BA-503 e BA-504 com acesso às BR-242 e BR-110.

A cidade Feirense é a sede de uma importante região metropolitana, localizada no interior do estado da Bahia e, ao longo das últimas décadas tem vivenciado uma intensa expansão urbana, proporcionando muitas transformações no estilo de morar e vivenciar a cidade. Essas conexões estabelecem ligações entre Nordeste, centro sul do Brasil e, também, de Salvador com o interior. Feira de Santana possui a segunda maior economia da Bahia; mantém ampla variedade de vínculos econômicos e relações comerciais, abrangendo diversas regiões. Sua economia é diversificada, englobando setores como agropecuária, comércio, indústria e serviços de apoio urbano.

Figura 3 - Principais avenidas e rodovias que cortam a cidade de Feira de Santana

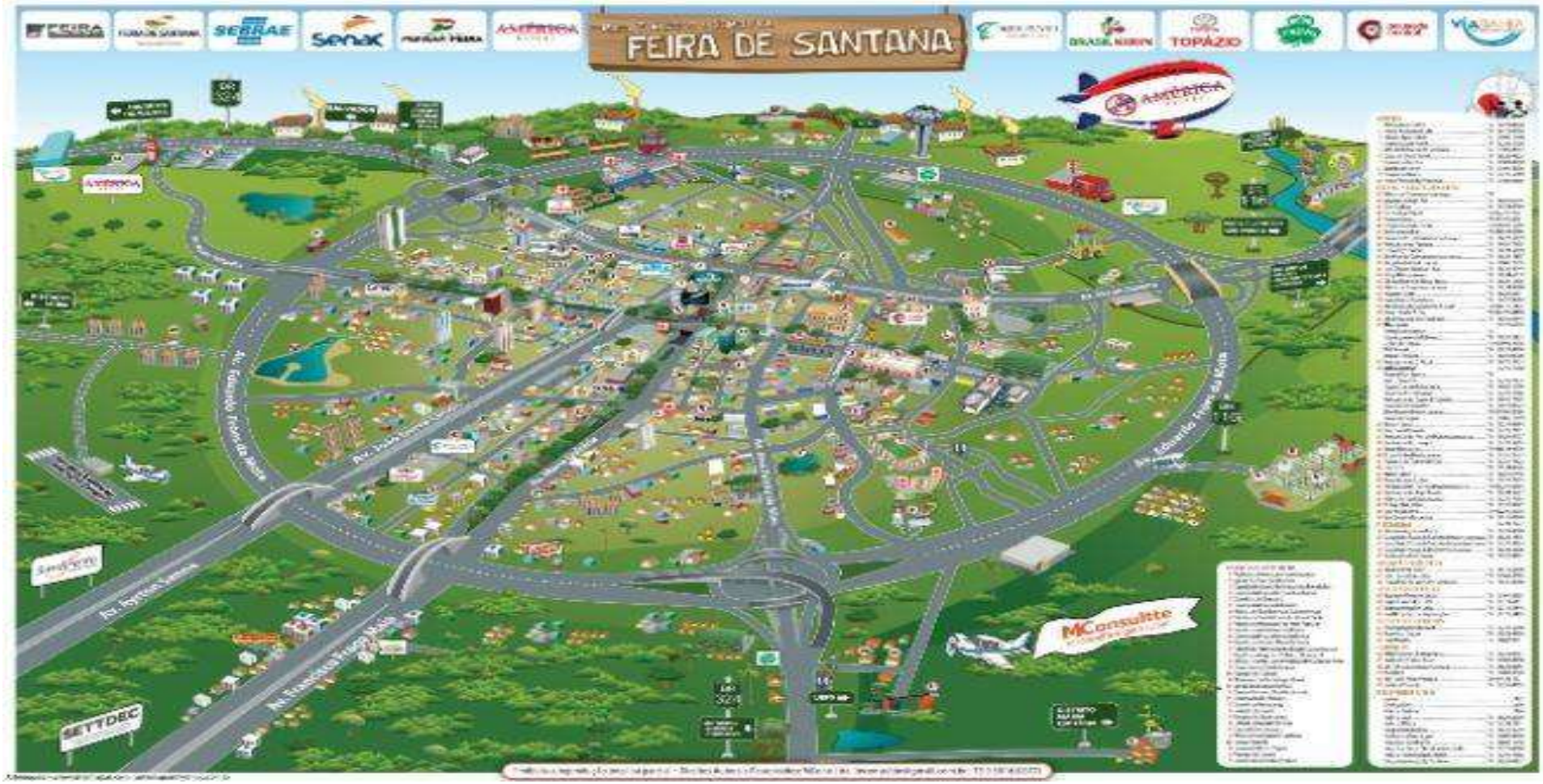


Fonte: Google Maps (2023). Elaborado por Alberto Amorim e adaptado por Helieneidy Carvalho (2023)

A cidade Feirense é a sede de uma importante região metropolitana, localizada no interior do estado da Bahia e, ao longo das últimas décadas tem vivenciado uma intensa expansão urbana, proporcionando muitas transformações no estilo de morar e vivenciar a cidade. Essas conexões estabelecem ligações entre Nordeste, centro sul do Brasil e, também, de Salvador com o interior. Feira de Santana possui a segunda maior economia da Bahia; mantém ampla variedade de vínculos econômicos e relações comerciais, abrangendo diversas regiões. Sua economia é diversificada, englobando setores como agropecuária, comércio, indústria e serviços de apoio urbano.

Além disso, a cidade se destaca como distribuidora da produção regional e, portanto, centro de negócios e atividades dinâmicas, sendo ainda um importante polo educacional na região Nordeste do Brasil. Possui ampla gama de instituições de ensino que oferecem diversos níveis de formação acadêmica, desde a educação básica até a pós-graduação. Essa característica tem impulsionado o desenvolvimento educacional e econômico local, tornando-a atrativa para estudantes e pesquisadores. Em uma campanha publicitária de 2017, a Prefeitura de Feira de Santana, através da Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico e instituições do setor privado, produziu e divulgou o Mapa Turístico e Comercial de Feira de Santana (Fig.4).

Figura 4 - Mapa Turístico e Comercial de Feira de Santana



Fonte: Washington Nery (2017).

Segundo professor Roberto Lobato Correia (2003) as cidades latino-americanas se destacam pela notável organização espacial, refletida numa diversidade de cenários de vida. No caso específico de Feira de Santana, não há uma diferenciação de sua organização espacial das grandes cidades do restante do Brasil e mesmo da América Latina. Nas regiões residenciais, encontramos bairros que variam consideravelmente. Alguns são verdadeiros paraísos, habitados por uma população de alto poder aquisitivo. As pessoas ali residentes são proprietárias dos meios de produção ou têm empregos bem remunerados, desfrutando de belos imóveis, infraestrutura de qualidade e serviços excelentes, como abastecimento de água; saneamento básico; eletricidade; ruas asfaltadas; áreas verdes; clubes; segurança policial; lojas de alto padrão; clínicas médicas de primeira classe; e escolas de excelência.

Por outro lado, existem bairros onde vive a população de renda mais baixa e abrigam operários não qualificados, humildes trabalhadores do setor de serviços, subempregados e desempregados. As habitações nessas áreas variam de favelas dispersas pelo espaço urbano a conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, ou casas construídas precariamente pela própria população durante seu tempo de lazer. Esses bairros geralmente estão localizados na periferia da cidade e carecem de infraestrutura básica e serviços, além de possuir preços de terra mais acessíveis.

Entre esses extremos, encontramos os bairros habitados por diferentes frações da classe média. Tais locais se destacam por apresentar aspectos que ora os aproximam dos bairros ricos, ora dos bairros de renda mais baixa, refletindo realidades e estilos de vida distintos na cidade.

É neste contexto de desigualdades que se dá a circulação de jovens estudantes pelas vias urbanas da cidade de Feira de Santana em seus itinerários entre escola, casa, trabalho e eventos sociais. Essa circulação revela um movimento marcante e perceptível, principalmente no entorno de unidades escolares, da diversidade de grupos identitários com seus estilos que, em determinados horários, se espalham pelo centro urbano. Seja na “saída da escola”, perto do meio dia ou no final da tarde, momentos nos quais os jovens retornam principalmente para suas residências.

Dentre as maiores instituições de ensino da educação básica feirense está o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, parte de um projeto que compõe uma rede de colégios estaduais da Bahia inaugurada ao fim da década de 1990. No ano de 1998, logo após o súbito falecimento do deputado federal Luís Eduardo Magalhães, filho do ex-governador da Bahia e então senador Antônio Carlos Magalhães, foi decretada a construção de “colégios modelo”, exclusivos para o Ensino Médio nas principais cidades da Bahia. Todos levaram o nome de

Luís Eduardo Magalhães em homenagem ao idealizador do projeto. A construção dos colégios foi iniciada logo após a publicação do ato oficial nº 7.293 no Diário Oficial do Estado do dia 05/05/1998, sendo construídos em menos de um ano. Todas as unidades foram edificadas a partir de um projeto arquitetônico único, com a mesma fachada e disposição de ambientes. Na Fig. 5 é possível visualizar a fachada do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, situado na esquina entre a rua Vasco Filho e a borda da BR 324, na Avenida Presidente Dutra

Figura 5 - Fachada do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

O "Modelo" dos colégios da rede Luís Eduardo Magalhães, como ficaram conhecidos, se destaca por oferecer uma estrutura física adequada, recursos tecnológicos e uma equipe docente qualificada. Além disso, todos seguem uma abordagem pedagógica inovadora que estimula a participação ativa dos estudantes, a pesquisa, o pensamento crítico e a criatividade. Os "Colégios Modelo" também buscam estimular o protagonismo dos estudantes, proporcionando oportunidades para que se envolvam em projetos de pesquisa, extensão e

atividades extracurriculares, contributivas para a formação integral. Com este propósito, a estrutura interna das unidades escolares da rede é composta por 20 salas de aula; sala de estudo e biblioteca; laboratório de química; área de recreio coberta /refeitório; quadra esportiva não coberta; laboratório de biologia; e auditório climatizado com 250 assentos .

Figura 6 - Ambientes internos do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana- Ba.

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

Além disso, há um incentivo constante à participação em olimpíadas de conhecimento e eventos científicos e culturais, ampliando o horizonte de aprendizado dos alunos e a formação da cidadania. O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana (Fig. 7) foi inaugurado no dia 05 de maio de 1999, sendo recebido com muita expectativa pela comunidade feirense e circunvizinha por atender, não apenas quantitativamente a demanda do

Ensino Médio do município, mas, sobretudo, devido à esperança por um ensino público com qualidade e compromisso.

Figura 7 - Trecho da área urbana de Feira de Santana – Colégio Modelo de Feira de Santana

Fonte: Brasil Data Cube (2023). Adaptado por Alberto Amorim. Reproduzido pela autora (2023).

Com um corpo docente composto por 58 professores e 1.611 alunos matriculados, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães opera com aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo que no turno noturno abriga menos de 300 alunos, de acordo com dados do sistema de matrículas de 2022. Vale ressaltar que a localização geográfica dessa unidade desempenha papel fundamental na formação de sua comunidade, juntamente com a ampla gama de ofertas educacionais, que inclui o Novo Ensino Médio; educação integral; ensino noturno com programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e uma diversidade de cursos profissionalizantes.

A unidade de ensino acolhe estudantes de todos os bairros, distritos e municípios circunvizinhos, situando-se geograficamente na região central da cidade, cercada por pontos de ônibus urbanos ao lado do terminal rodoviário e às margens da BR 324, que no trecho urbano chama-se Avenida Presidente Dutra. Trata-se de uma avenida estruturante de intenso movimento, sendo via de acesso ao importante equipamento urbano que é a rodoviária intermunicipal e estadual. Conforme a Fig. 8, tem-se a fachada do Terminal Rodoviário de Feira de Santana (ao centro); no canto superior direito o CMLEM.

Figura 8 - Imagem aérea do Terminal Rodoviário de Feira de Santana

Fonte: Carlos Augusto. Jornal Grande Bahia (16/06/2015).

Figura 9 - Fachada do Terminal Rodoviário de Feira de Santana

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023)

Figura 10 - Fachada lateral do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana e do Terminal Rodoviário Intermunicipal

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

A Fig. 9 mostra a fachada do Terminal Rodoviário e, na Fig. 10, é possível observar a proximidade entre a Rodoviária e o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Feira de Santana.

Figura 11 – Serviço de Atendimento do Cidadão (SAC- Rodoviária)

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

A Fig. 11 mostra a proximidade entre a Rodoviária, a Escola em estudo e o SAC. No mesmo quarteirão do Colégio Modelo (Fig. 12) , na Rua Vasco Filho, estão outras duas grandes escolas estaduais, ambas em atividade desde a década de 1960: o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde do Centro Baiano (antigo Colégio Estadual de Feira de Santana) e o Instituto de Educação de Tempo Integral Gastão Guimarães (antiga escola Normal), além da unidade de Serviço de Atendimento do Cidadão (SAC- Rodoviária) inaugurado em 2012 e do Centro de Apoio Pedagógico (CAP), órgão de educação estadual.

Figura 12 - Equipamentos públicos que compõem o quarteirão do Colégio Modelo

Fonte: Google Satélite (2023). Elaborada por Alberto Amorim. Reproduzida pela autora (2023).

Diante desse contexto, e tendo sido parte do corpo docente da instituição desde sua inauguração em 1999, me propus a fazer um estudo de caso envolvendo os jovens estudantes do Ensino Médio, representados pelos alunos do Colégio Modelo de Feira de Santana com o intuito de investigar de que maneira eles constroem suas identidades no espaço urbano da cidade. Vale destacar um fator de grande relevância, que é o fato de os alunos do Ensino Médio se encontrarem em uma fase de transição geracional, geralmente com idades entre 14 e 18 anos, migrando da segunda infância para a adolescência. Isso aumenta consideravelmente o potencial de mobilidade e interação no espaço urbano, uma vez que, como afirmou Castro (2012, p. 189-190), "[...] as pessoas não utilizam os espaços públicos urbanos apenas para realizar tarefas burocráticas ou consumir produtos".

3.2. Circularidades juvenis: relações com os espaços de públicos urbanos

Ao se sentirem parte integrante de um território, os jovens podem se engajar em ações coletivas e processos de transformação social começando pela consciência de si mesmos, o que poderá proporcionar a participação como sujeitos sociais ativos desenvolvendo habilidades de liderança e responsabilidade, assumindo o protagonismo na sociedade. Nesta seção, então, serão apresentados, através das falas dos entrevistados, os usos, acessos, percursos, equipamentos urbanos, espaços públicos e privados frequentados pelos jovens estudantes do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, com um recorte etário de 14 a 18 anos.

Observar as territorialidades juvenis em Feira de Santana se torna necessário para a compreensão dos processos de ocupação e vivência dos espaços urbanos por parte dos jovens estudantes na faixa etária de 14 a 18 anos, ou seja, alunos do Ensino Médio. Uma análise do panorama atual permite explorar as relações entre os jovens e os espaços de lazer da cidade, destacando as dinâmicas sociais, culturais e espaciais presentes nessa relação, tornando possível perceber as territorialidades juvenis. Neste sentido Claval (1996) evidencia a influência do mundo exterior na construção da “pessoa”, nas suas escolhas e responsabilidades. Assim, afirma que

> A adolescência é um momento difícil porque os jovens devem aprender a contar apenas consigo mesmos, fazendo suas próprias regras a partir do que lhes foi ensinado, o que os obriga a tornar coerentes seu sistema de valores. Esse trabalho de interiorização e de hierarquização modela o caráter do indivíduo e o transforma em “pessoa”. O resultado dos ajustes que se desenvolvem assim, antes da entrada na idade adulta, e que os ritos de passagem formalizam, varia de uma cultura à outra. Aqui, admite-se que muitas das escolhas são ditadas do exterior, o que restringe consideravelmente a responsabilidade de cada um. (Claval, 1996, p.6).

Compreendendo esse processo de troca de experiências, de influências e determinações, mas não o estabelecendo com regra dogmática, pode-se buscar nas personalidades uma fração dos espaços frequentados, bem como nos espaços os vestígios de seus frequentadores. No exercício das práticas culturais juvenis, "[...] os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados. Um exemplo claro é o sentido que os jovens atribuem ao lugar onde vivem" (Dayrell, 2007, p.8).

Na abordagem sobre territorialidade como pilar para a construção da identidade dos grupos juvenis e do sentimento de pertencimento, Haesbaert (2001, 2007), destaca a multiterritorialidade como a habilidade das pessoas de estabelecer conexões e relações com diversos territórios, não ficando mais restritas a um único local. Para este autor, a concepção de multiterritorialidade reconhece que, na era da globalização, as fronteiras geográficas e as limitações tradicionais do espaço estão se tornando menos rígidas. Existe, portanto, a capacidade das pessoas e das entidades de estabelecer laços, conexões e interações com diversos territórios, superando as barreiras geográficas e políticas que antes limitavam a mobilidade e a influência. Pode-se inferir que isto também se aplica às circularidades juvenis nos espaços públicos, uma vez que, em grupos ou individualmente os jovens circulam por diversos espaços culturalmente diversos.

Inversamente à territorialização, segundo Haesbaert (2002), baseando-se nas contribuições teóricas de Deleuze e Guattari (1997) se processa a desterritorialização como o movimento de abandono do território, sendo "a operação da linha de fuga". A reterritorialização, por sua vez, é o movimento de construção do território. Se a desterritorialização é um movimento de fragmentação, enfraquecimento, restrições ou mesmo remoção de uma relação com um território, a reterritorialização é o processo que ocorre em resposta a isso. A desterritorialização, frequentemente, gera a necessidade de reterritorialização diante das consequências e desafios advindos da globalização e da mobilidade, estando esses processos em constante interação.

A reterritorialização no espaço urbano é uma constante que acompanha as dinâmicas das cidades e, neste sentido, promove movimentos de adaptação ou resistência nas populações, principalmente nos grupos juvenis com leituras próprias dos espaços. Segundo Carlos (2007), o processo de reprodução do espaço na metrópole revela uma tendência à destruição dos referenciais urbanos. Isso ocorre devido à incessante busca pelo novo, visto como símbolo de progresso e modernidade que transforma a cidade em um cenário efêmero. Novas formas urbanas são construídas sobre as antigas, resultando em profundas alterações na

morfologia e criando uma paisagem em constante mutação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas, paralisadas ou mesmo cooptadas por relações conflituosas gerando, contraditoriamente, estranhamento e identidade.

Essa dinâmica de destruição de referenciais individuais e coletivos fragmenta o espaço, realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano e, consequentemente, afeta a identidade resultando na perda da memória social. Elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem metropolitana, desvanecem-se no processo incessante de construção de novas formas urbanas. A evidência da destruição dos referenciais urbanos se manifesta no desaparecimento das marcas do passado histórico na cidade, provocando não apenas estranhamento devido à rápida mudança das formas, mas também sinalizando o empobrecimento das relações de vizinhança; a transformação das interações humanas com os objetos próximos; e o desmoronamento das relações familiares.

Tabela 1: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023: 50 cidades mais violentas do Brasil

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

TABELA 02

50 cidades mais violentas do país, segundo a taxa de Mortes Violentas Intencionais [1], com população acima de 100 mil habitantes

Brasil - 2022

No.	Município	UF	Taxa de Mortes Violentas Intencionais (2022)	No.	Município	UF	Taxa de Mortes Violentas Intencionais (2022)
1	Jequié	BA	88,8	26	Marabá	PA	51,8
2	Santo Antônio de Jesus	BA	88,3	27	Vitória de Santo Antão	PE	51,5
3	Simões Filho	BA	87,4	28	Itabaiana	SE	51,2
4	Camaçari	BA	82,1	29	Caucaia	CE	51,2
5	Cabo de Santo Agostinho	PE	81,2	30	São Lourenço da Mata	PE	50,3
6	Sorriso	MT	70,5	31	Santana	AP	49,4
7	Altamira	PA	70,5	32	Paragominas	PA	49,3
8	Macapá	AP	70,0	33	Patos	PB	47,5
9	Feira de Santana	BA	68,5	34	Paranaguá	PR	47,3
10	Juazeiro	BA	68,3	35	Parauapebas	PA	46,9
11	Teixeira de Freitas	BA	66,8	36	Macaé	RJ	46,7
12	Salvador	BA	66,0	37	Caxias	MA	46,5
13	Mossoró	RN	63,5	38	Parnaíba	PI	46,3
14	Ilhéus	BA	62,1	39	Garanhuns	PE	44,9
15	Itaituba	PA	61,6	40	São Gonçalo do Amarante	RN	44,9
16	Itaguaí	RJ	61,6	41	Alvorada	RS	44,8
17	Queimados	RJ	61,2	42	Jaboatão dos Guararapes	PE	44,6
18	Luís Eduardo Magalhães	BA	56,5	43	Duque de Caxias	RJ	44,3
19	Eunápolis	BA	56,3	44	Almirante Tamandaré	PR	44,2
20	Santa Rita	PB	56,0	45	Castanhal	PA	44,2
21	Maracanaú	CE	55,9	46	Campo Largo	PR	43,3
22	Angra dos Reis	RJ	55,5	47	Porto Velho	RO	42,1
23	Manaus	AM	53,4	48	Ji-Paraná	RO	41,8
24	Rio Grande	RS	53,2	49	Belford Roxo	RJ	41,8
25	Alagoinhas	BA	53,0	50	Marituba	PA	41,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.

Em cidade com o potencial de expansão urbana como Feira de Santana, o fim dos lugares de socialização e de brincadeiras infanto-juvenis, como os terrenos baldios utilizados para jogos de futebol, de baleado, disputas de pipas e "raias" (expressão local), "rodar de bicicleta", foram consequências do crescimento imobiliário que cobriu quase absolutamente os espaços vazios da cidade, até então utilizados para diversão e lazer pela comunidade. A expansão urbana e o crescimento populacional não só trouxeram à cidade a prosperidade econômica, mas também a colocou em um cenário de visibilidade entre uma das cidades mais violentas do país. Segundo os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. "Anuário 2023", que trata da segurança no Brasil e inclui as cidades mais violentas do país referentes ao ano de 2022, Feira de Santana aparece como a 9º colocada (Tabela 1).

A questão da violência deve ser abordada aqui principalmente porque está intimamente ligada ao recorte etário juvenil, influenciando a forma de viver e se apropriar da cidade. Vejamos o que diz o Anuário da Violência 2023 sobre o perfil das vítimas da violência:

> Outro dado que não oscila em relação às séries descritas em edições anteriores do Anuário, mas cuja dinâmica é importante de se destacar é aquele que constata que 50,3% das vítimas de MVI [Morte Violenta Intencional] eram adolescentes e jovens com idade entre 12 e 29 anos. Dentre os mortos em intervenções policiais, esse grupo etário concentra 75% das mortes. (Anuário, 2023, p. 32).

O que deveria parecer um fator de prosperidade e desenvolvimento, elevou a cidade à categoria de uma das mais violentas do país, ao tempo em que tirou os espaços públicos de socialização infanto-juvenis e empurrou esse público para áreas privadas ou públicas com cercas e, principalmente, a certeza de segurança. Quando perguntado, ao grupo focal, sobre os locais ou espaços não frequentados, foram mencionados o Parque da Cidade; praças públicas; Mercado de Artes; ruas do centro comercial das cidades; e o *Feiraguay*[3]. Em todos os casos, o principal motivo foi a violência e a falta de segurança pública. Aliado à insegurança, está também a falta de acesso ao transporte público e a infraestrutura ruim dos espaços públicos.

Uma exceção à regra da insegurança nos espaços públicos é o Parque da Lagoa Radialista Erivaldo Cerqueira, em Feira de Santana, espaço de grande aceitação entre o

[3] O Feiraguay é um dos principais pontos da cultura comercial de Feira de Santana. O mercado conta com mais de 3 mil vendedores cadastrados em 630 boxes, e tem um fluxo diário de cerca de 6.500 clientes. Localizado no centro da cidade, o oferece produtos variados, desde alimentos frescos até utensílios domésticos e serviços comerciais, que atraem pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?s=a&link=secom/webtv.asp&idv=32749

público de jovens e familiares, visto contar com o policiamento da Guarda Municipal diariamente, além de ser totalmente cercado, conferindo uma sensação de segurança.

Na imagem da figura 13 é possível observar os frequentadores do parque: grupos de jovens, crianças, casais, além de famílias inteiras fazendo piquenique sob a sombra das árvores. O comportamento mais relaxado e descontraído dos frequentadores deste espaço público se dá por conta do policiamento constante e, principalmente, pela pequena dimensão espacial do parque, o que torna possível um monitoramento policial mais efetivo.

Figura 13 - Parque da Lagoa em dia de feriado

Fonte: Henenelly Carvalho (2023)

A busca por espaços de socialização com segurança se revela quando respondendo acerca dos espaços mais frequentados pelos grupos jovens de Feira de Santana, são feitas menções a espaços privados ou semipúblicos, pois:

> Os espaços partilhados são espaços públicos ou semi-públicos, ou seja, os espaços partilhados pelos indivíduos entre os quais certos elos de proximidade podem existir em razão da frequentação conjunta desses lugares. Trata-se de espaços tais como o habitat coletivo, o bairro, os espaços institucionais, os comércios e serviços de proximidade, os centros comerciais assim como os parques e espaços verdes da vizinhança. [...] O ordenamento dos espaços semi-púbicos, quer seja o bairro, as instituições, os transportes ou os espaços verdes se vincula às rendas apropriadas e controláveis em uma ótica de conforto e de segurança (Moser, 2016, p.19).

A percepção de segurança e conforto é o fator fundamental na atração do público aos espaços urbanos. Ao serem indagados sobre quais lugares os jovens mais frequentam em busca de lazer, espaços como *shopping center* (Fig. 14) e grandes empreendimentos privados de uso coletivo são compreendidos como espaços públicos, visto que por serem partilhados por diversos grupos etários e identitários conferem uma ideia do possível uso por todos, denominado por Moser (2016) como espaço semi-púbico.

Neste sentido, o instrumento grupo focal, proporcionou uma reflexão sobre o uso e apropriação dos espaços públicos feirenses pelos jovens estudantes, que ao responderem sobre "quais os espaços públicos você tem acesso ou gostaria de ter?" disseram:

> **Grupo Focal 2.1**: "Gostaríamos de ter acesso a um campo de futebol bem cuidado, pois a maioria deles está em condições precárias. Além disso, um espaço público que frequentamos e consideramos bom é o *shopping*"
> **Grupo Focal 2.2**: "Temos acesso a praças, parques, quadras esportivas e escolas, mas, gostaríamos de ter acesso a mais espaços culturais, teatros e áreas de convivência ao ar livre"
> **Grupo Focal 2.3**: "O shopping, açaiterias, cinemas e lanchonetes. Gostaríamos de ter acesso a praças públicas que contenham mais segurança e entretenimentos melhores."

Figura 14 - Jovens circulando pelo shopping em tarde de domingo

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

Segundo Sobarzo (2006), os espaços semipúblicos como as praças em loteamentos/condomínios fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques aquáticos privados, atraem mais adeptos devido à maior sensação de segurança; um critério especialmente relevante para os residentes de uma cidade com elevados índices de criminalidade e violência como Feira de Santana.

Em Feira de Santana, diariamente, o centro urbano experimenta movimentação intensa com pessoas percorrendo diversos itinerários. Nas proximidades das escolas, os pontos de ônibus concentram jovens estudantes e pessoas de diferentes faixas etárias. Os trajetos juvenis exibem características espaço-temporais distintas. Durante o dia, as principais opções de lazer para os jovens nos espaços públicos incluem quadras esportivas nos bairros mais populares, avenidas projetadas para atividades como caminhadas, corridas e ciclismo, assim como parques públicos ao redor de lagoas e pistas de *skate.* Além disso, há poucos terrenos baldios utilizados para partidas informais de futebol com os moradores locais.

No período noturno, é possível observar a concentração de grupos jovens em espaços específicos, onde diferentes formas de entretenimento festivo se destacam. Ao longo da última década, com a expansão urbana, Feira de Santana, mesmo não sendo litorânea e,

portanto, desprovida de praias, floresceu com a gastronomia como destaque nos espaços de lazer. As áreas mais procuradas para lazer e sociabilização estão situadas nas proximidades das principais avenidas estruturantes do sistema viário intraurbano da cidade, como a Avenida Presidente Dutra, Avenida Getúlio Vargas, Avenida Noide Cerqueira e Avenida Fraga Maia (Fig. 3). Essas vias arteriais atravessam a cidade, conectando diversos bairros e integrando-se a outras ruas que compõem a malha viária urbana.

Assim, tornando-se famosa pela sua vida noturna agitada e repleta de bares, restaurantes e lanchonetes que oferecem desde petiscos até culinárias japonesa e baiana, locais como a Rua São Domingos - onde se encontram alguns dos estabelecimentos mais antigos e tradicionais -, a Avenida Getúlio Vargas e a Avenida Presidente Dutra se transformaram em pontos de encontro para jovens, notadamente estudantes das escolas privadas próximas. Após o período pandêmico, a vida noturna agitada se dispersou, concentrando-se agora na Rua Artêmia Pires, próxima à Avenida Noide Cerqueira e atualmente, na Avenida Fraga Maia que se estende a partir da Maria Quitéria, próxima ao anel viário que circunda Feira de Santana. Esses espaços atraem pessoas de diferentes faixas etárias, mas a maior concentração ocorre entre os jovens, que se reúnem nos inúmeros bares temáticos, *pubs*, hamburguerias, restaurantes e *trailers* de comida na frente das lojas de conveniência dos postos de gasolina.

A Fig. 15 é uma imagem do trecho da rua São Domingos, onde se localizam o Bar Cortiço, com mais de 45 anos de tradição; o Açaí do Jota, mais antigo e com maior clientela juvenil, sempre lotado durante o dia e a noite; e o Bar Ponte Aérea, conhecido por seu público jovem com música ao vivo, *karaokê* e exibição de jogos dos campeonatos de futebol, constituindo-se o trecho de maior agitação. A figura em questão capturou uma noite de comemoração do fim do Campeonato brasileiro de futebol, quando várias pessoas convergiram para o local que teve música mecânica e fechamento da via pública temporariamente. Cabe ressaltar que o público dessa comemoração foi, em sua maioria, de pessoas de outras regiões da cidade e não moradores locais.

Figura 15 - Comemoração do final do Campeonato brasileiro de futebol 2023 na Rua São Domingos

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023)

Os adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos tendem, no decorrer da semana, a circular mais durante, envolvendo-se em diversas atividades cotidianas, incluindo momentos de lazer. Nos fins de semana, uma parcela desses jovens se reúne nos shopping centers para o chamado "rolezinho", um encontro informal com seus grupos. No entanto, dependendo da cultura, alguns grupos optam por se encontrar em parques. Por exemplo, jovens religiosos, principalmente católicos e evangélicos, e capoeiristas frequentam as margens da lagoa do Parque Erivaldo Cerqueira ou da Lagoa Grande durante o dia. Em certos momentos, esses espaços parecem proporcionar convivência harmoniosa. No entanto, surgem tensões quando grupos heterogêneos interagem, envolvendo diferenças de classe social, raça, gênero, endereço, traços culturais e diversas condições de vivenciar a juventude, conforme apontado por Oliveira (2023). Esse fenômeno é mais evidente em ambientes como *shopping centers*,

nos quais as disparidades socioeconômicas tornam perceptíveis as tensões na pseudo-interação entre jovens.

Nesse cenário de aparente igualdade na utilização e apropriação do espaço público, está encoberta uma segregação tanto material quanto simbólica, uma realidade que, segundo Serpa (2013), precisa ser reconhecida. Diante disso, o autor destaca a importância de levar em conta as dimensões culturais e econômicas ao examinar o espaço público e suas implicações. A dinâmica dos circuitos juvenis é uma evidência clara, pois os grupos que frequentam os "points" em Feira de Santana são reconhecidos socialmente pelos residentes, estabelecendo territórios visivelmente excludentes para alguns jovens, principalmente os provenientes de bairros economicamente menos privilegiados e que são socialmente estigmatizados.

Portanto, a vida cotidiana revela que o espaço público não é neutro, mas sim um campo de lutas sociais e políticas, moldado por relações de poder, desigualdades sociais e interesses conflitantes. Essa dinâmica reflete as complexas interações das dimensões políticas, econômicas e culturais da sociedade, conforme esclarecido por Carlos (2007).

As relações e interações sociais, tanto entre os jovens quanto com o ambiente ao seu redor, dão origem às dinâmicas circulares da juventude. Essas interações podem ocorrer em diversos espaços e contextos como escolas, comunidades e grupos de amigos, envolvendo a troca de conhecimentos, experiências e valores. Essa interação contribui de maneira significativa para a formação da identidade e o desenvolvimento dos jovens. Além disso, as dinâmicas circulares da juventude exercem influência nas atitudes, nos comportamentos e nas perspectivas dos jovens em relação à sociedade, apresentando uma série de desafios e oportunidades importantes para a construção e reconhecimento de suas identidades.

No entanto, a diversidade de perspectivas e experiências entre os jovens pode gerar inovações e soluções criativas para enfrentar desafios sociais. Porém, as dinâmicas circulares da juventude também apresentam desafios como a falta de participação efetiva dos jovens nas tomadas de decisões e a perpetuação de desigualdades sociais. De acordo com Melo (2015), os jovens enfrentam obstáculos ao se envolverem em espaços públicos, incluindo a escassez de recursos, representação limitada e, principalmente, a estigmatização. Superar essas barreiras exige uma revisão desses espaços e a implementação de estratégias inclusivas, frequentemente com a colaboração de organizações comunitárias. É fundamental observar iniciativas bem-sucedidas lideradas por jovens para aprendermos como criar espaços públicos inclusivos que capacitem e envolvam efetivamente a juventude.

Quando perguntados sobre os grupos juvenis urbanos, comumente chamados de ‘tribos’ urbanas, os estudantes nas discussões nos grupos focais elencaram vários. O Grupo

Focal 2.6, apontou os *skatistas* e outras expressões culturais como roqueiros e fãs de música alternativa, participantes da cultura *hip-hop*, *rappers*, *b-boys* e grafiteiros. Lembraram também dos jovens ligados à cultura *geek*, *nerd* e LGBTQI+, sendo este último grupo marcante na unidade escolar. Mas os *skatistas* foram os primeiros da lista. Os alunos do Grupo Focal (G.F) 2.3 escreveram: "É predominante a tribo dos esqueitistas [grafia dos alunos]. Na Getúlio Vargas é possível ver uma pista de *skate*, um espaço público que faz com que a população - principalmente jovens - pratiquem o esporte de maneira espontânea." (Fig. 16).

Figura 16 - Pista de Skate na Av. Getúlio Vargas, centro de Feira de Santana.

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

As "Circularidades Juvenis", em Feira de Santana, revelam uma dinâmica intrinsecamente ligada à rede de relações entre os jovens e os espaços públicos urbanos. Essa interação apresenta facetas múltiplas que transcendem a simples ocupação física dos ambientes urbanos, abrangendo também aspectos sociais, culturais e identitários da juventude.

Os jovens figuram como agentes ativos na construção de suas identidades, estabelecendo laços particulares com os espaços públicos da cidade. Essas relações, por vezes, refletem um processo de apropriação simbólica, transformando praças, ruas e outros locais urbanos em pontos de encontro, expressão cultural e vivências compartilhadas. Esses espaços tornam-se palcos para a manifestação da identidade juvenil, muitas vezes influenciada por elementos como arte urbana, diversidade musical, assim como múltiplas

manifestações culturais contemporâneas, fruto das diversas ‘tribos’ ou juventudes que constituem os cenários onde os jovens desenvolvem suas circularidade e interações sociais. Portanto, praças e locais de lazer tornam-se não apenas áreas físicas, mas também arenas sociais onde as relações interpessoais se desdobram. Nesses espaços surgem as oportunidades para a construção das redes sociais, trocas de experiências e o desenvolvimento de conexões nas comunidades.

Entretanto, as relações nem sempre são harmônicas ou desprovidas de desafios. Surgem obstáculos como a falta de infraestrutura adequada, questões de segurança e a escassez de espaços inclusivos, pensados e projetados tendo em vista um público jovem e suas demandas. Estes fatores podem influenciar negativamente as circularidades dos jovens pelo espaço urbano, bem como suas escolhas e modos de usar e até mesmo se apropriar dos espaços públicos. Melo (2015), analisando sobre as diversidade e sociabilidades juvenis circulando pela cidade afirma que:

> No contexto das cidades contemporâneas, os sujeitos juvenis coexistem com situações de vida que permeiam territórios de esperança, de invisibilidade e de desesperança, mas depreendemos das leituras teóricas que mesmo em meio às contradições os jovens circulam por alguns espaços, se apropriam e elaboram circuitos de sociabilidades e se fazem reconhecidos através de configurações singulares. Sem dúvida, existem alguns problemas, limitações e restrições que são entraves às suas diferentes práticas no espaço urbano, mas, mesmo assim, demonstram que constroem mecanismos de ação e resistência diante das experiências da vida citadina (Melo, 2015. p. 46).

Os jovens estudantes do ensino médio começam a sair de casa e percorrer novos itinerários no processo de descobrir e viver a cidade. Todos os participantes da pesquisa expressaram apreensões em relação à segurança nos espaços públicos urbanos. A prática de crimes, a sensação de vulnerabilidade e a falta de iluminação adequada são fatores que muitas vezes influenciam a maneira como esses estudantes percebem e utilizam os locais públicos. Essa preocupação com a segurança pode restringir suas atividades e liberdade de exploração na cidade.

3.3. A diversidade nos olhares sobre a cidade: as percepções dos jovens estudantes

A caracterização detalhada dos participantes de uma pesquisa é crucial, pois contribui significativamente para conferir maior significado à análise e interpretação dos dados. Através desse processo, torna-se viável examinar as informações coletadas a partir da perspectiva dos indivíduos que voluntariamente se disponibilizaram a participar da investigação. A compreensão geral das características dos participantes enriquece a

contextualização dos resultados, permitindo uma abordagem mais completa e informada na interpretação dos dados obtidos durante o curso da pesquisa.

Essa atenção aos detalhes acerca dos sujeitos envolvidos contribui para uma análise mais refinada e apropriada, promovendo uma compreensão mais visível dos resultados diante da diversidade que caracteriza os alunos do CMLEM, assim como em tantas outras escolas. Cavalcante (2009), ao falar sobre esta diversidade, reflete que:

> É possível refletir que: uma caminhada pelo recreio em uma das nossas tantas escolas brasileiras permitiria ao leitor o desvelamento de diferentes imagens, uma gama plural de cores e sons, sentimentos, revelações e desejos, carinhos, enfim, grupos de jovens e suas múltiplas faces (Cavalcante, 2009, p.19).

Diante disso, traçar o perfil dos sujeitos foi uma das estratégias adotadas durante a pesquisa. Através de um formulário da plataforma *Google Forms,* intitulado "Jovens feirenses: um perfil de suas circularidades no espaço urbano", os alunos do CMLEM, voluntariamente e sem identificação individual, responderam sobre seus perfis.

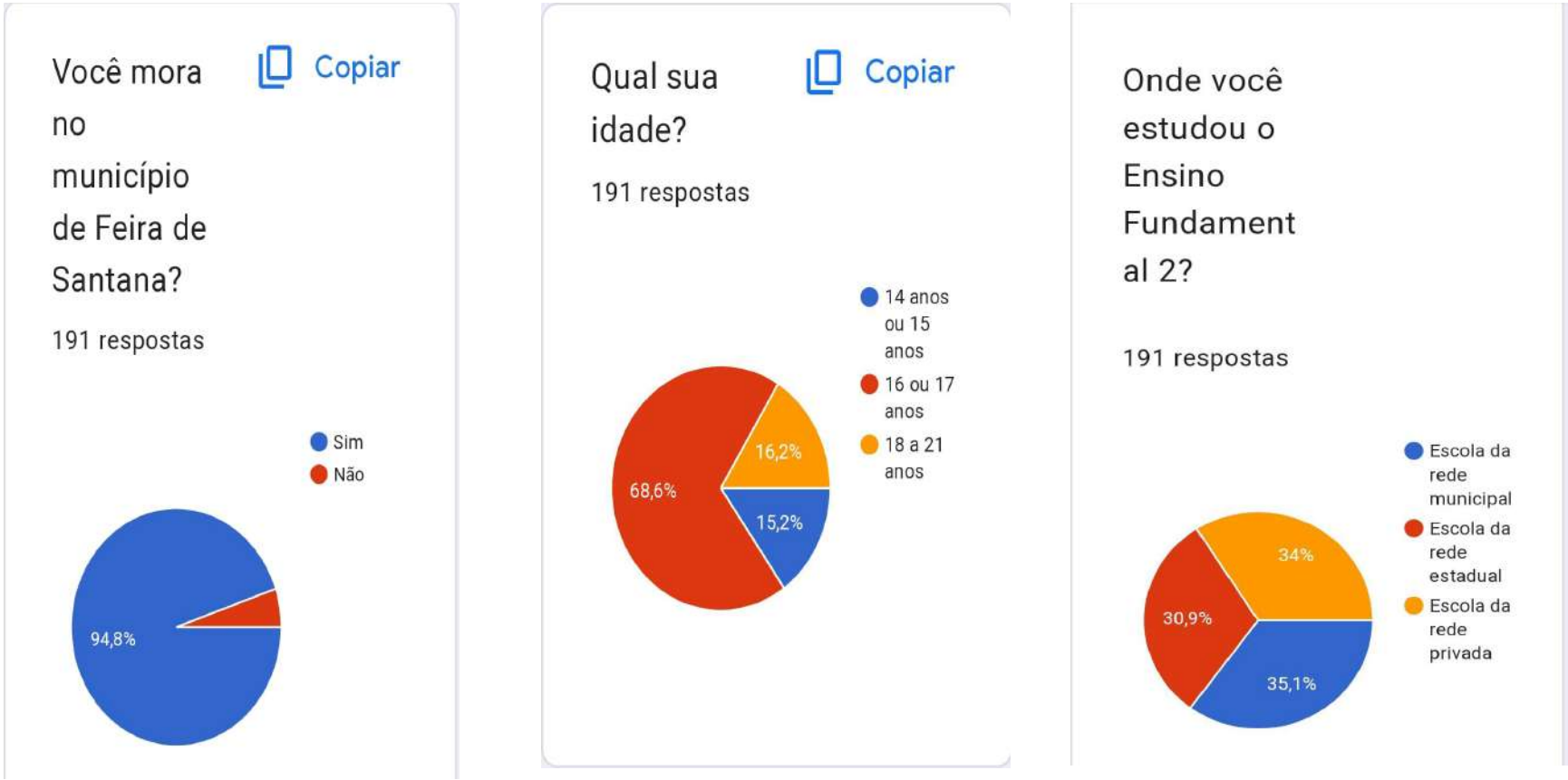
Pode-se observar em relação à faixa etária dos participantes do estudo que a maioria estava na faixa dos 16 - 17 anos, com idade regular apropriada entre série e idade, uma vez que os jovens convidados para participar do estudo são alunos do Ensino Médio. Esta idade eleva o grau de heterogeneidade nas vivências urbanas, com possibilidade de expansão de suas circularidades e trajetos no circuito urbano, com os afazeres familiares, estudantis, culturais e de lazer. Froés (2013) afirma que:

> A heterogeneidade, a diversidade e os distintos contextos sociais que os sujeitos jovens têm dentro de uma grande cidade ou em cidades menores, atingidas pela urbanização extensiva, possibilita uma gama infinita de possibilidades de conceituação deste segmento etário. As juventudes, múltiplas, complexas, com experiências flutuantes, em seus tempos, espaços, bairros, lugares e pedaços, de acordo com seus condicionantes de classe, vão constantemente (re)significando seus lazeres dentro da experiência urbana (Froés, 2013, p.53).

A maioria dos estudantes é da cidade de Feira de Santana em seus muitos bairros. Entretanto, existe a representatividade dos distritos feirenses e municípios vizinhos. Alunos dos distritos de Ipuaçu, Tiquaruçu, Matinha, Jaíba, Maria Quitéria e Humildes. Dos povoados da Mantiba, Terra Dura, São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe. Há outros não alcançados por esse formulário, respondido por apenas 191 alunos de um universo de aproximadamente mil alunos. Ainda quanto a origem dos sujeitos investigados, foi perguntado sobre onde fizeram o Ensino Fundamental II.

Mais uma vez pode-se perceber a heterogeneidade do grupo juvenil. Mesmo a maioria sendo originária da rede pública, há uma divisão proporcional das três redes apresentadas como opções, sendo os alunos advindos da rede estadual 30%; rede municipal 35% ; e da rede privada 34%.

Gráfico 1: Idade / Mora em Feira de Santana / Origem escolar



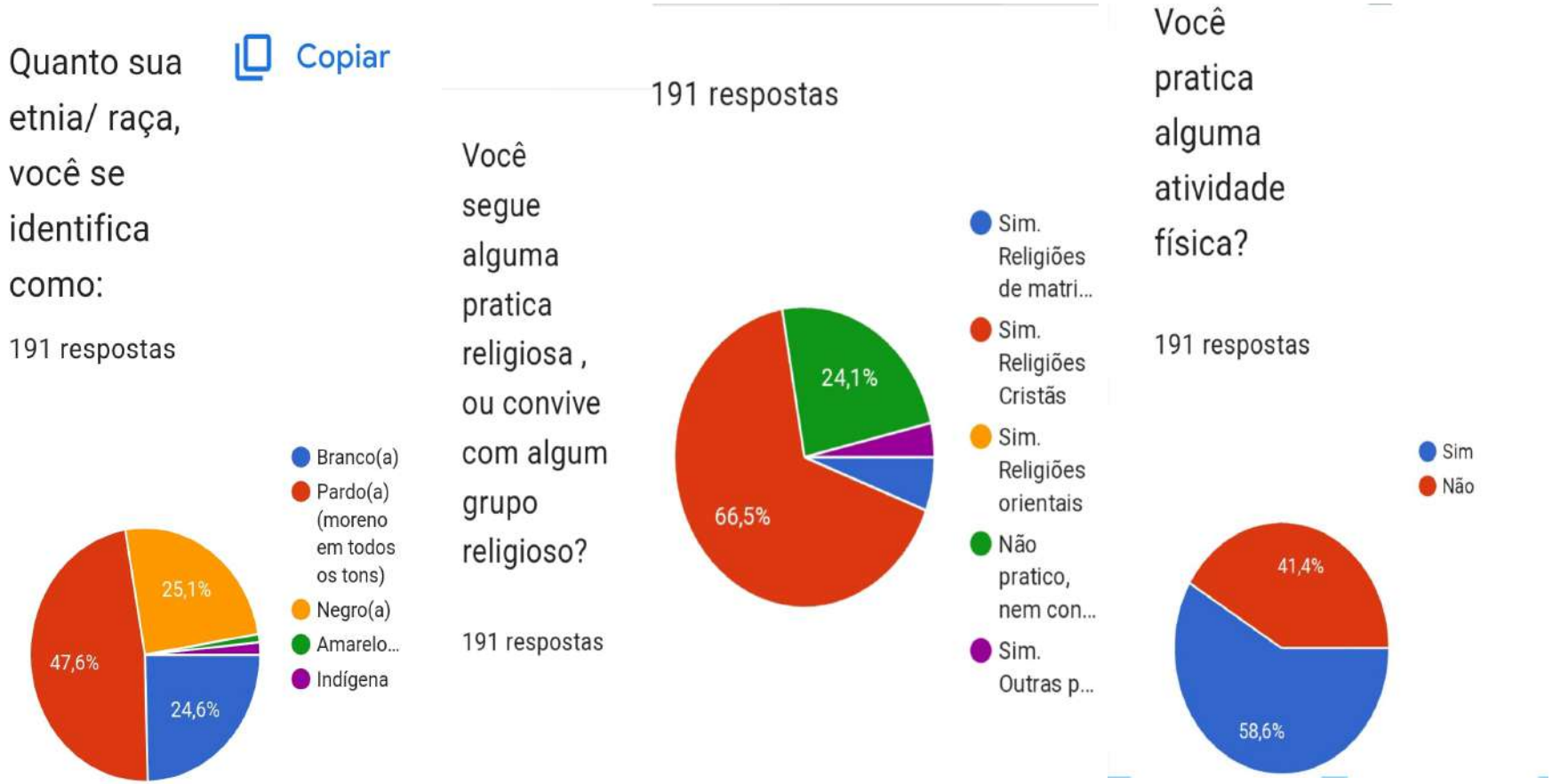
Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

A maioria dos sujeitos da investigação, no quesito sexo/gênero, foi do gênero feminino 66% correspondente a 131 participantes, tendo 29% ou 57 participantes se identificando como sendo do gênero masculino. Houve 1,5% ou 3 sujeitos que não se identificam com os gêneros masculino ou feminino, ou não quiseram responder. A diversidade de gênero é um fator que influencia nas formas de se apropriar da cidade, assim como as percepções que se constroem acerca do espaço público. Com a escalada crescente da violência no país, onde as mulheres, independentemente da idade e condição social, figuram nos noticiários como vítimas de violência urbana, a segurança tem sido a principal busca nos espaços públicos ou privados e, principalmente, nos trajetos entre estes espaços. (Gráfico 1).

Outras características muito relevantes no perfil do jovem estudante que vivencia a cidade referem-se à identificação étnica racial e à condição socioeconômica. A primeira, apresenta um universo de sujeitos que se reconhecem na maioria (70,7% =139 sujeitos) como pardos e/ou negros; os que se declararam brancos foram 47 alunos (24,6%); amarelos e/ou asiáticos perfizeram um total de 5 indivíduos (2,6%). Apesar da predominância de pardos e negros, existe uma parcela de alunos que se identifica como brancos, demonstrando mais uma vez a heterogeneidade destes sujeitos. Sobre este recorte étnico racial, uma reflexão apresentada por Oliveira (2020) analisa:

> É possível comparar a percepção da cidade de jovens brancos e negros? É possível comparar os espaços da cidade, nos quais são autorizados os trânsitos de brancos e negros? Devido a essa razão, optei nominar esse subcapítulo de “comparar o incomparável”. Apesar de não objetivar estudos comparativos, não cotejar as vivências urbanas de jovens brancos e negros, por exemplo, seria ingenuidade por parte do pesquisador, uma vez que as balas perdidas normalmente são encontradas nos corpos dos jovens negros que moram nas periferias do Brasil (Oliveira, 2020, p.108).

Gráfico 2 - Perfil social



Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

Questionar sobre prática de atividade física ou identificação com alguma religião (Gráfico 2), buscou compreender se estes estudantes desenvolvem atividades em grupos diferentes dos habituais da escola. Perceber a relação social atrelada a um grupo pré-estabelecido é uma forma de apreender alguma via de controle social por meio de relações sociais ordenadas como as religiosas e esportivas. Sem perder de vista que tais relações demandam itinerários que influenciam ou compõem as circularidades de seus participantes. Ou seja: sair para um culto religioso em determinados dias e horários da semana; para a prática de determinada atividade esportiva em lugar e horários específicos; caminhadas, corridas, ciclismo ou jogos de futebol nas vias e espaços públicos da cidade. Quanto à pergunta se participa de alguma religião ou convive com quem participa de atividade religiosa, considera-se certa influência da família, a partir de suas crenças no modo de vida dos jovens e suas escolhas sociais.

A pesquisa também intentou traçar um perfil da condição socioeconômica ao buscar respostas para perguntas sobre: condição de moradia; quantidade de moradores na mesma casa; renda familiar; rede de ensino que estudou anteriormente; e se exerce alguma função remunerada. Quanto à condição de moradia, mais de 80% responderam que mora em casa própria, contra 14% que declararam morar em imóvel alugado. Ponto significativo no sistema habitacional que teve uma expansão na última década possibilitando a aquisição da casa própria por muitas famílias. Entretanto, muitos dos empreendimentos imobiliários que vieram atender às demandas de moradias da população, também foram mola propulsora para o crescimento da violência e o estabelecimento da presença de organizações criminosas em determinadas regiões da cidade, principalmente os residenciais populares construídos pelos programas habitacionais para a populações de baixa renda. (Gráfico 3).

Atrelado à condição de moradia está a quantidade de pessoas que dividem o mesmo teto. As famílias, em sua maioria, apresentam, segundo os sujeitos entrevistados que souberam responder, uma renda média em torno de três mil reais, aproximadamente dois salários-mínimos e meio. Entretanto, pode-se perceber que a renda familiar é reforçada com a própria participação de 20% dos estudantes respondentes que trabalham ou recebem alguma remuneração ou auxílio em forma de bolsa estudantil. Se analisarmos que as famílias estão em uma configuração com média de três membros, isso vai impactar na renda *per capita* familiar. O número reduzido de pessoas dependente da mesma renda pode proporcionar uma perspectiva de melhor condição de vida, abrindo possibilidade de aquisição de bens e serviços não alcançados antes.

As percepções/ leituras dos jovens estudantes sobre a cidade insere-se em um contexto diferente e próprio do recorte etário. Para apreender esses olhares foram utilizados múltiplos instrumentos de pesquisa. Inicialmente, os dados foram coletados através de um questionário semiestruturado com questões fechadas e abertas, colhidos e resumidos pelo *Google Forms*. O resumo dos dados permitiu planificar e analisar, mantendo a perspectiva qualitativa na análise dos dados, já apresentados anteriormente. Este formulário contribuiu para mapear o perfil dos jovens e para identificar aspectos relativos às experiências que eles estabelecem ao vivenciar a cidade, e estabelecer suas territorialidades através do uso e apropriação dos espaços públicos.

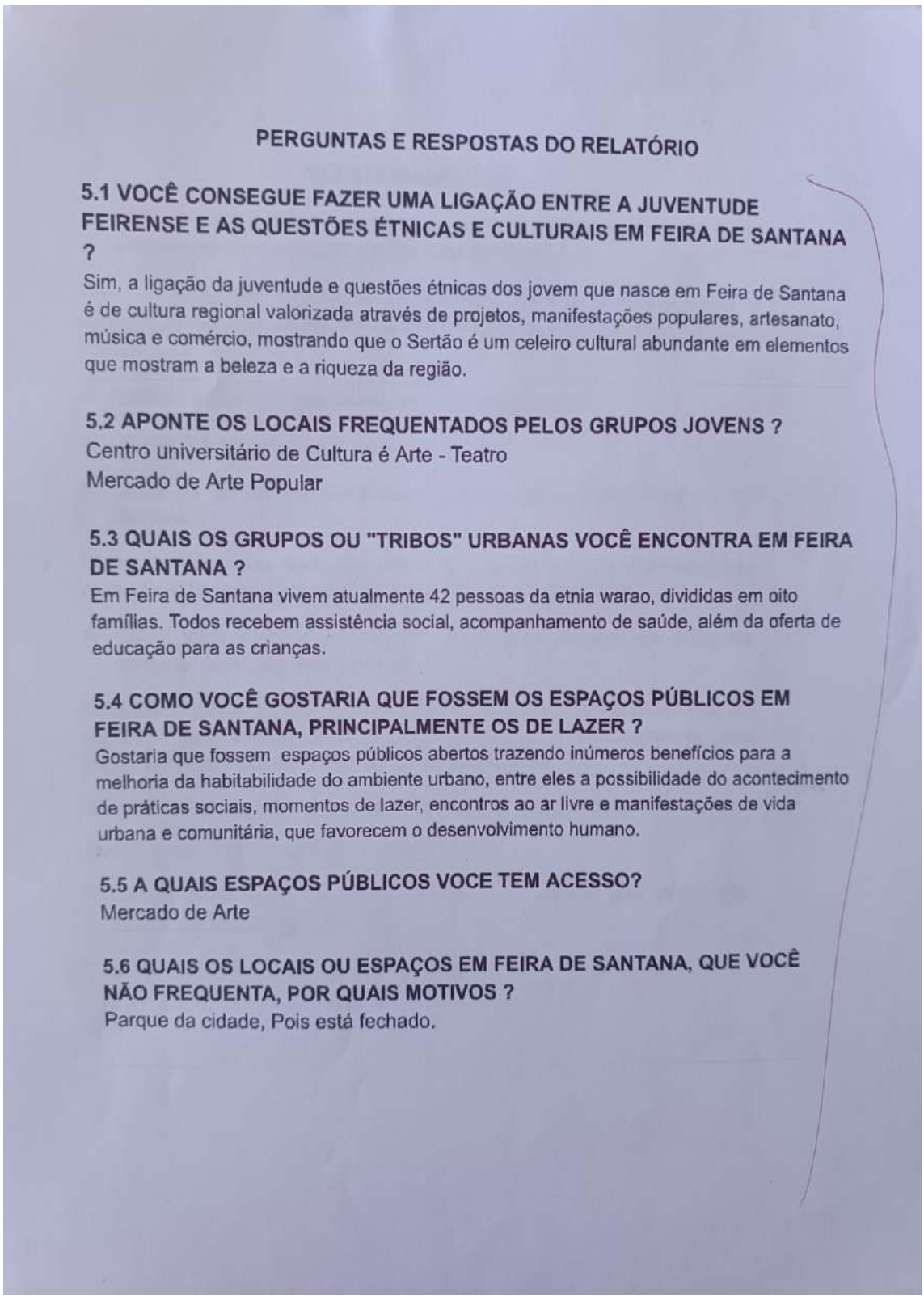
Durante as aulas de Geografia, nas turmas da segunda série do CMLEM, as discussões mediadas pela professora Aléssia Santa Rosa[4], durante atividade interdisciplinar do "Projeto Novembro Negro", criado e coordenado pela autora, desenvolveu-se em grupos focais sob a temática "Jovens na cidade de Feira de Santana". O objetivo era o de refletir sobre os lugares ocupados pelos jovens estudantes na cidade e como eles se relacionam com os espaços públicos. Nesta 10ª Edição do Projeto, em parceria com colegas dos componentes curriculares História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes, Educação Física, Organização política brasileira (OPB), História da África, desenvolvemos e estruturamos atividades para cada série. Para a segunda série, elaborei as questões norteadoras e a professora conduziu os debates em grupos focais, sendo cinco grupos em cada uma das dez turmas. Ao final da atividade, a professora Aléssia Santa Rosa, disponibilizou as folhas anexas com o resumo das respostas dos alunos nas reflexões desenvolvidas nos grupos focais, sendo estas analisadas e os dados apresentados aqui.

[4] Aléssia Santa Rosa é licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, especialista em Educação-UNEB e, mestranda do PROET-UNEB, professora efetiva da rede estadual de educação, lotada no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana.

Gráfico 3 - Aspectos socioeconômicos

Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023)

Figura 17 - Respostas resumidas dos estudantes dos grupos focais



PERGUNTAS E RESPOSTAS DO RELATÓRIO

5.1 VOCÊ CONSEGUE FAZER UMA LIGAÇÃO ENTRE A JUVENTUDE FEIRENSE E AS QUESTÕES ÉTNICAS E CULTURAIS EM FEIRA DE SANTANA ?

Sim, a ligação da juventude e questões étnicas dos jovem que nasce em Feira de Santana é de cultura regional valorizada através de projetos, manifestações populares, artesanato, música e comércio, mostrando que o Sertão é um celeiro cultural abundante em elementos que mostram a beleza e a riqueza da região.

5.2 APONTE OS LOCAIS FREQUENTADOS PELOS GRUPOS JOVENS ?

Centro universitário de Cultura é Arte - Teatro
Mercado de Arte Popular

5.3 QUAIS OS GRUPOS OU "TRIBOS" URBANAS VOCÊ ENCONTRA EM FEIRA DE SANTANA ?

Em Feira de Santana vivem atualmente 42 pessoas da etnia warao, divididas em oito famílias. Todos recebem assistência social, acompanhamento de saúde, além da oferta de educação para as crianças.

5.4 COMO VOCÊ GOSTARIA QUE FOSSEM OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA, PRINCIPALMENTE OS DE LAZER ?

Gostaria que fossem espaços públicos abertos trazendo inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano.

5.5 A QUAIS ESPAÇOS PÚBLICOS VOCE TEM ACESSO?

Mercado de Arte

5.6 QUAIS OS LOCAIS OU ESPAÇOS EM FEIRA DE SANTANA, QUE VOCÊ NÃO FREQUENTA, POR QUAIS MOTIVOS ?

Parque da cidade, Pois está fechado.

5 PERGUNTAS E RESPOSTAS DO RELATÓRIO

5.1 VOCÊ CONSEGUE FAZER UMA LIGAÇÃO ENTRE A JUVENTUDE FEIRENSE E AS QUESTÕES ÉTNICAS E CULTURAIS EM FEIRA DE SANTANA ?

R: Certamente, a juventude feirense desempenha um papel crucial nas questões éticas e culturais de Feira de Santana. Seja através do engajamento em atividades culturais que promovam valores éticos, ou na busca por mudanças sociais que reflitam uma ética mais inclusiva, os jovens muitas vezes são impulsionadores de transformações significativas na comunidade.

5.2 APONTE OS LOCAIS FREQUENTADOS PELOS GRUPOS JOVENS?

R: Shopping, Aria hall e entre outras casas de festas, restaurantes, bares, clubes.

5.3 QUAIS OS GRUPOS OU "TRIBOS" URBANAS VOCÊ ENCONTRA EM FEIRA DE SANTANA?

R: Negros, tribos indígenas, Brancos, ciganos.

5.4 COMO VOCÊ GOSTARIA QUE FOSSEM OS ESPAÇOS PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA, PRINCIPALMENTE OS DE LAZER ?

R: Gostaríamos de locais mais organizados, limpo, com mais segurança e acessibilidade pra todos. Para assim desfrutar melhor do espaço.

5.5 A QUAIS ESPAÇOS PÚBLICOS VOCÊ TEM ACESSO, OU GOSTARIA DE TER?

R: Temos acesso a locais como shopping, lojas, restaurantes, clubes, parques.

5.6 QUAIS OS LOCAIS OU ESPAÇOS EM FEIRA DE SANTANA, QUE VOCÊ NÃO FREQUENTA, POR QUAIS MOTIVOS ?

R: Locais que não tem um monitoramento adequado para manter todos em segurança.

.

RESPOSTAS

1. A juventude em Feira de Santana reflete a diversidade étnica e cultural da cidade, contribuindo para uma identidade única e rica. O convívio entre jovens de diferentes origens influencia na formação de uma comunidade culturalmente forte.

2. Costumamos frequentar locais como praças, centros culturais e eventos musicais. A Feirinha da Estação Nova e o Boulevard Shopping são pontos populares. Além de festas e encontros em espaços públicos.

3. Grupos adeptos a estilos musicais específicos, como forró, sertanejo, rock e hip-hop. Além disso, há grupos ligados a práticas esportivas, cultura geek, e movimentos culturais e artísticos.

4. Os espaços públicos em Feira de Santana devem ser inclusivos, oferecendo áreas verdes, espaços de lazer, bancos e iluminação adequada. A promoção de eventos culturais e esportivos pode fortalecer a coesão social. Infraestrutura acessível é essencial, e a segurança deve ser priorizada para garantir um ambiente acolhedor.

5. Frequentam espaços como a Praça do Nordestino, o Boulevard Shopping, a Feirinha da Estação Nova, além de bares e centros culturais. Muitos também desejam espaços mais dedicados a atividades esportivas, como quadras e campos bem mantidos.

6. Evitamos áreas por razões como segurança, falta de interesse nas atividades oferecidas ou distância.

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023)

A técnica da entrevista foi utilizada com um grupo mais reduzido, quando comparado ao número de participantes do questionário do *Google Forms.* Foram entrevistados cinco alunos de séries e idades, gêneros/ sexos diferentes. O roteiro da entrevista foi dividido em duas partes: I. Perfil do entrevistado; II. Circularidades e dinâmicas espaciais.

Quadro 1: I - Perfil dos entrevistados

Perguntas	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Idade	17 anos	16 anos	17	16	17
Gênero/Sexo (não foi perguntado)	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Bairro reside	Feira VII	Tomba	Olhos D'aguas	Sim	Papagaio
Série/Turno	3ª Matutino	2ª Vespertino	3ª Matutino	1ª Matutino	2ª Matutino
Transporte p/ locomoção urbana	Ônibus, carro de amigos, familiares, Uber	Transporte público	Ônibus e carro por aplicativo	Transporte público, veículo familiar	Transporte público
Trabalho remunerado	Sim	Não	Não	Não	Sim
Religião ou Crença	Budista não praticante	Matriz Africana Umbanda	Cristã Evangélica	Cristã Católico não praticante	Cristão não praticante
Quantidade de pessoas na mesma casa	Mora só com a mãe	Mora só com a mãe	Mora com 2 pessoas	Mora com 3 pessoas	Mora com 2 pessoas
Etnia/ Raça declarada	Preta	Parda	Parda	Branco	Pardo

Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

O perfil dos entrevistados no Quadro 1, se adequa ao traçado por meio do formulário *Google Forms.* Isto se deve ao fato de o CMLEM não apresentar distorção idade/série entre seus alunos. Deste modo, a idade de todos os entrevistados e dos que responderam ao *Forms* seguiu o esperado para o Ensino Médio. Apesar de parecer haver uma variação na renda familiar dos estudantes, não existe um fosso social entre eles. Observa-se que o meio de transporte mais frequentemente utilizado para circular pela cidade, principalmente para a locomoção no trajeto casa-escola, é o transporte público com mais de 65%. E neste trajeto entre suas residências e o CMLEM, 60% dos participantes responderam

que levam de 15 a 30 minutos; para outros 24% dos estudantes este tempo fica em pouco mais de 40 minutos. Os estudantes passam um tempo considerável em seus trajetos, o que os oportuniza perceber a dinâmica urbana, uma vez que saem dos bairros e convergem para o centro urbano e comercial onde se localiza o colégio, conforme consta no Gráfico 4.

Gráfico 4: Locomoção dos estudantes

Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

Quadro 2 - Síntese das entrevistas (II. Circularidades e dinâmicas espaciais)

Perguntas	**Entrevistado 1**	**Entrevistado 2**	**Entrevistado 3**	**Entrevistado 4**	**Entrevistado 5**
Lugares que frequenta?	Livraria, parque público, colégio, *shopping* popular, centro da cidade, bares	Casa de familiares e *Shopping*	Escola, igreja, casa de familiares	*Shopping*, casa de shows e festas, açaiterias, bares, boliche, Parque da lagoa	Escola, centro da cidade e, às vezes, o *shopping*.
Por que frequenta esses lugares?	São lugares coletivos de entretenimentos	Para passear e se distrair	Fazem parte do cotidiano	Diversão	Lugar de estudar, trabalhar e dar o 'rolê'.
Quais lugares da cidade te atraem?	Não tem muita opção de lazer ao ar livre nem coletivo	Na cidade não há nada de muito atrativo além do *shopping*	Parque da cidade, Parque da lagoa	Todos que frequento	Clube aquático, Parque da lagoa, bares da Av. Fraga Maia a noite.
Como você circula na cidade, com quem?	Ando mais sozinha, poucas vezes acompanhada	De ônibus, com colegas	De ônibus com colegas da escola, amigos, família, nunca sozinha	Com amigos e colegas de escola, de transporte público ou carro da família	Circula de transporte público e de bicicleta, sempre sozinho.
Você anda sempre com as mesmas pessoas durante a semana?	Varia bastante, dependendo de onde estou	Sim. Na maior parte do tempo	Não. Durante a semana círculo com colegas de escola. Fins de semana com a família ou amigos da igreja.	Não. Depende para onde vou. Tem grupos diferentes: do condomínio, da escola, do esporte.	Ando sempre só.
Você tem uma "tribo"?	Sim	Sim	Sim. Amigos da escola. Encontro com eles fora da escola também.	Sim. Mais de uma.	Não.
Onde é o ponto de encontro mais frequente para você?	Minha casa e um barzinho na Fraga Maia, o Água Fresca	No *shopping* ou na casa de algum amigo	Na escola ou um na casa do outro.	Na portaria da escola ou do condomínio que moro.	Não tenho.
Vocês interagem com outros grupos etários diferentes?	Sim, mais velho e mais novo	Sim. Conversando com outras pessoas.	Não. Sempre com grupo de pessoas da mesma faixa etária, de	Sim. Mas, não com frequência.	Sim. Os parentes e vizinhos mais velhos.

			17,18,19 no máximo.		
Durante a semana, você circula na cidade da mesma forma durante o dia e a noite?	Durante o dia ando de ônibus, porque tem mais gente e movimento. “eu sendo mulher sou vista como alvo mais fácil”, a noite prefiro andar de Uber, moto Uber	Não.	Não. Círculo a pé ou de ônibus durante o dia, e, a noite, somente de carro por aplicativo ou carona com familiares e amigos.	Não. A noite é pior que o dia em relação ao transporte e segurança. A noite saio só de carro próprio e para lugares que tenham segurança.	Não. É perigoso.
Quais os lugares considerados perigosos ou proibidos na cidade?	A cidade não é segura, você tem que criar a segurança para você naquele lugar	Parque da Cidade	Bairros não centrais, festas em lugares mais afastados como chácaras.	Os lugares públicos, principalmente à noite. Em alguns lugares com pouca segurança pública e muita criminalidade.	Todos os lugares são perigosos, dependendo de quem você é.
Como você circula na cidade aos finais de semana?	Uber ou carro dos amigos	Uber e ônibus	Usando carro por aplicativo, com a família, e amigos da igreja, com quem socializo mais.	Usando carro da família para sair com os amigos ou parentes.	Fico em casa, na maior parte do tempo.
O que você mudaria nos espaços públicos que frequenta?	Limpeza, segurança, saneamento, ações coletivas de entretenimento público voluntário para limpeza e comunicação.	Reformas para garantir qualidade e conforto nos espaços públicos e atrair mais pessoas, reforçaria a segurança nos locais.	Ampliar o lazer nos espaços existentes, atividades, atrações musicais. Shows, feiras, saraus, feiras de artesanato, de animais.	Melhorar a infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer ao ar livre, principalmente.	Não sei. Talvez, melhorar o transporte e o acesso para todos.

Fonte: Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

Ao fazer uma análise comparativa entre as respostas dos entrevistados, emerge a compreensão de Froes (2013). Este autor enfatizou que a diversidade, a heterogeneidade e os diversos contextos sociais que caracterizam os jovens em uma metrópole ou em cidades menores, impactadas pela expansão urbana, abrem um leque infinito de maneiras de compreender esse grupo etário. As juventudes, cada uma única e complexa, vivenciam experiências em constante mudança, moldadas pelos diferentes tempos, espaços, bairros, lugares e fragmentos que ocupam. Influenciadas por suas condições sociais, esses jovens

continuamente atribuem novos significados às suas formas de lazer no contexto da experiência urbana.

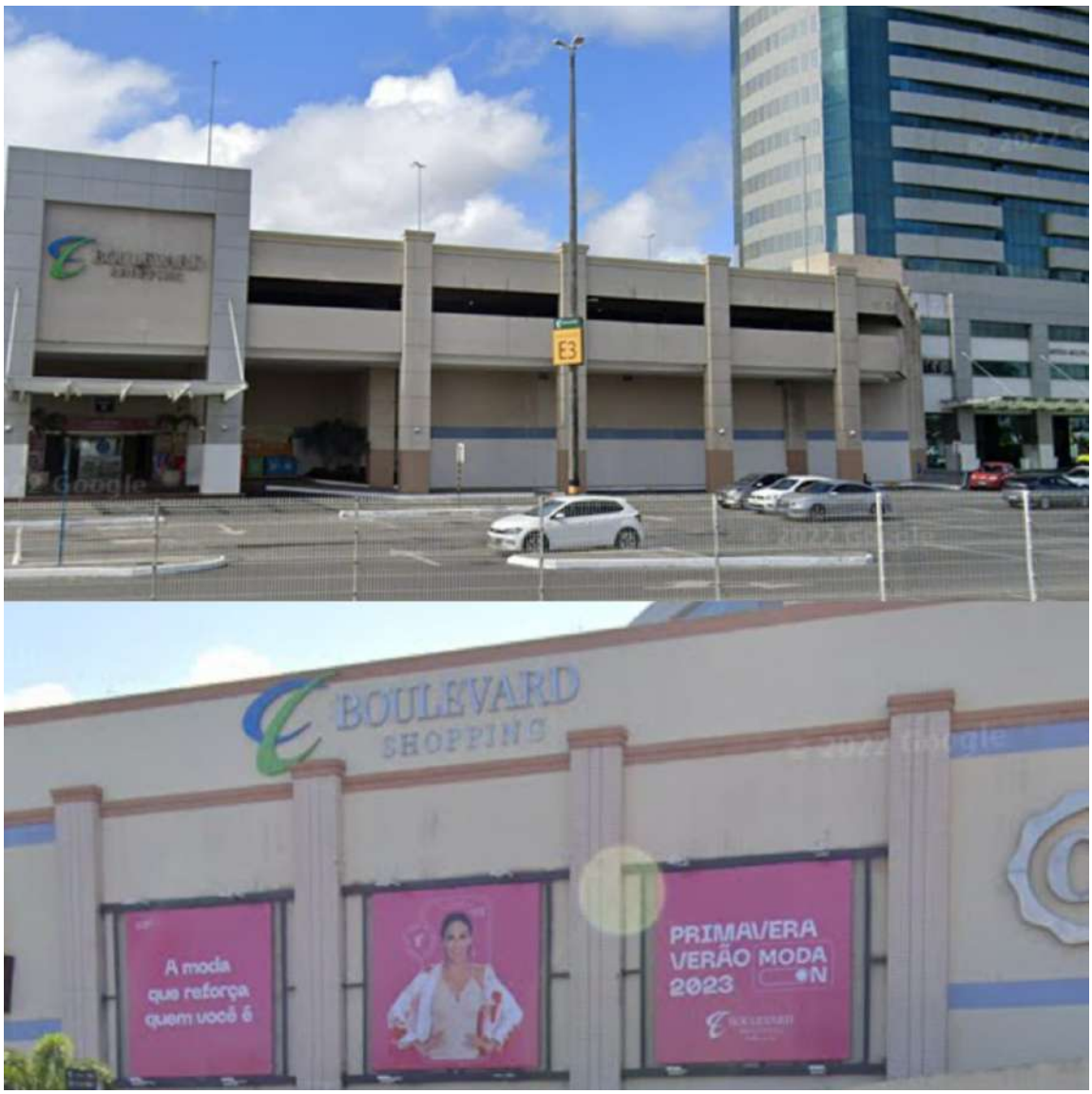
Entretanto, mesmo diante da diversidade e heterogeneidade dos jovens estudantes, percebidas entre os entrevistados, bem como entre os respondentes do Formulário *Google Forms* e os participantes dos grupos focais, existem pontos de convergência entres as juventudes feirenses. Poder-se-ia reduzir a duas perguntas e seria encontrado o ponto de convergência, independente de qual estilo ou cultura urbana o jovem estudante participa. O que falta nos espaços públicos de Feira de Santana? teve como resposta uníssona: segurança e infraestrutura adequada. Mesmo quando há um espaço com melhor estrutura, para que haja socialização ao ar livre, a segurança ainda é muito questionada. Um espaço que tem sido frequentado, não só por jovens, é a Lagoa Grande. Espaço para observação e recreação, sendo inapropriada e proibida para o banho, pois recebe água pluvial e esgoto não tratado (Fig.18).

Figura 18 - Imagens do entorno da Lagoa Grande

Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

O *shopping center* ganha dos outros lugares quando se trata de espaço de lazer juvenil. Este é um movimento encontrado em todas as cidades que oferecem tal tipo de empreendimento, sendo reconhecido como um espaço público pelas juventudes que o frequenta. O Shopping Boulevard, é o maior e mais frequentado de Feira de Santana, localiza-se as margens da Avenida João Durval Carneiro, uma das principais vias estruturantes da cidade (Fig. 19).

Figura 19 - Fachada do Shopping Boulevard-Feira de Santana



Fonte: Helieneidy Carvalho (2023)

Para Froés (2013) a diversidade e heterogeneidade presentes nos grupos que circulam livremente, sem barreiras, nos *shoppings* dão uma conotação de público a um espaço

comercial privado. E assim se constituem como espaços semipúblicos, conforme os nomeiam Sobarzo (2006) e Moser (2016). Entretanto, o uso e apropriação destes espaços são monitorados e controlados. Oferecem uma estrutura de conforto e segurança, que por vezes também gera rivalidade entre grupos juvenis e os aparatos de segurança quando estes frequentadores não se adequam ao padrão socioeconômico predominante no empreendimento. Logo, não sendo vistos como potenciais clientes, mas sim uma ameaça à harmonia local. Oliveira (2020) descreve uma cena que observou em um *shopping* em Minas Gerais, mas que resume perfeitamente o que ocorre no maior shopping center de Feira de Santana, principalmente nos dias de sábado, conforme Oliveira (2020)

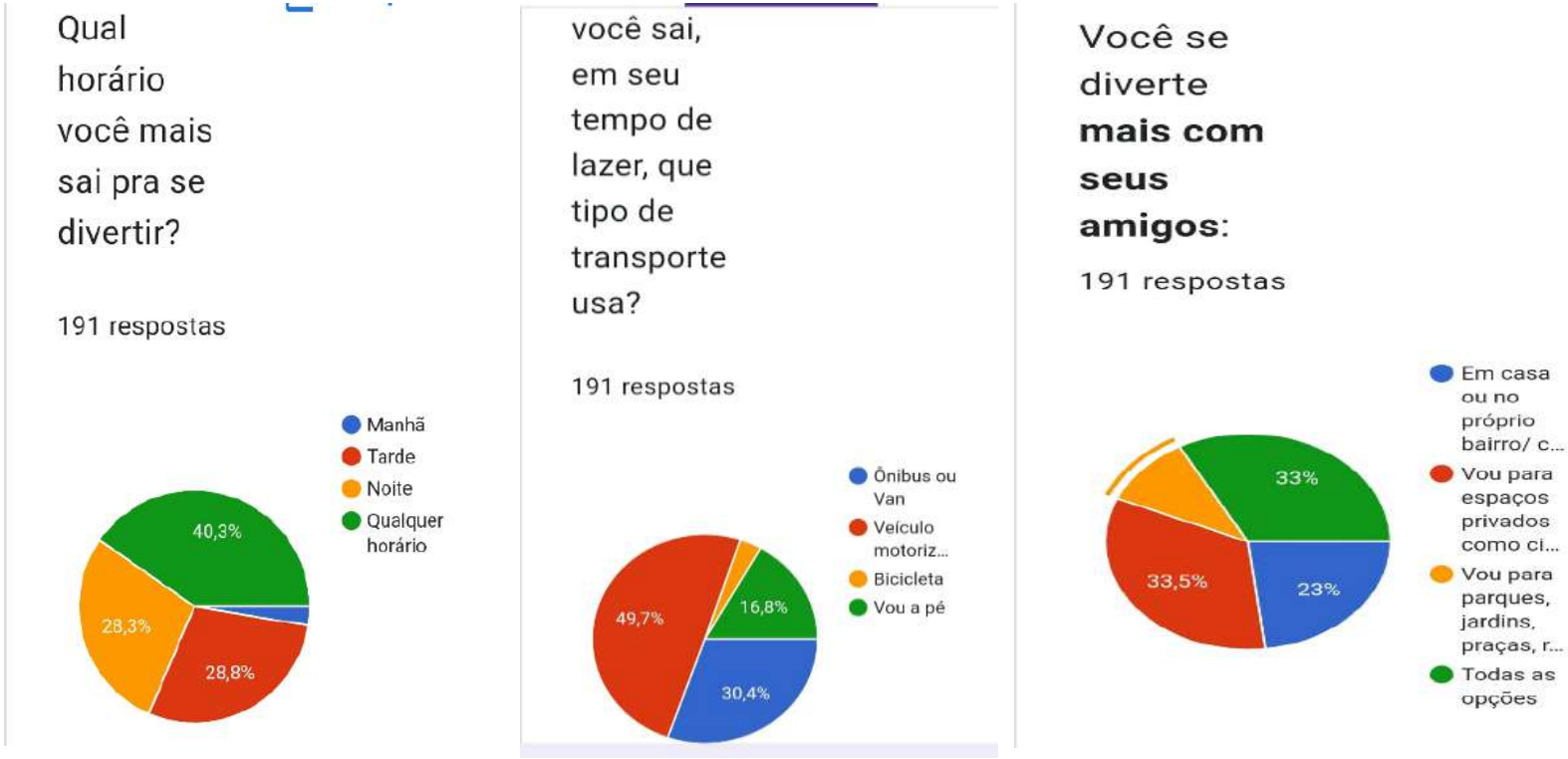
> A territorialidade juvenil expressa na cena registrada possui significantes muito profundos: ao se dispersarem pelo shopping, os jovens quebram a lógica de perseguição dos seguranças do estabelecimento, invertendo a postura comumente estabelecida, pois, ao invés de serem seguidos pelos agentes da segurança, dispersam-se e colocam os seguranças em uma escolha difícil: "Qual grupo seguir?"; ao não saber responder a questão, decidem deixar de seguir os jovens. O poder sobre o espaço, nesse momento, experimentou uma nova lógica, já que os "perseguidos" passam a ser os "perseguidores", não de quem os perseguia, mas, sim, daquilo que tanto buscavam, a liberdade (Oliveira. 2020. p.127).

Os olhares sobre os espaços públicos urbanos são influenciados por todo o contexto social, econômico e cultural que o jovem estudante carrega. Entretanto, o *shopping* é uma unanimidade entre este grupo etário. Uma das justificativas recorrentes para tal escolha é a falta de segurança nos outros espaços públicos. A escolha deste espaço semipúblico também perpassa pela aprovação das famílias. Em uma caminhada pelo empreendimento comercial, é possível encontrar pais levando filhos mais novos, buscando-os na saída de retorno para casa, bem como muitos jovens circulando com hora marcada para retornar para casa. O mesmo se verifica no Parque da Cidade, outro local preferencial de espaço de lazer; as grades que o cercam e a segurança visível conferem uma certa tranquilidade aos frequentadores e seus familiares/responsáveis.

Portanto, o horário das atividades de lazer, o tipo de transporte utilizado para os itinerários, impactam diretamente nos espaços escolhidos pelo recorte etário juvenil. Quanto ao período de lazer, foi demonstrada uma preferência pela tarde e à noite. Os locais indicados também estão ligados a uma proximidade da residência como espaços recreativos no próprio condomínio ou bairro em 23% das escolhas; enquanto os espaços privados como cinema, teatro, bares, *shopping* ou clube, igreja ou templo religioso contam com 33%, coadunando com a questão da segurança. A escolha por espaços públicos como parques, jardins, praças, ruas e quadras esportivas ficaram com apenas 10,5 percentuais.

O meio de transporte utilizado pelos jovens estudantes nos trajetos nos momentos de diversão, mostra uma diferença se comparado com os meios utilizados para o deslocamento para o colégio. Os trajetos são realizados com meios de transportes diferentes nos finais de semana ou período não letivo. Observa-se que mais de 64% dos estudantes pesquisados vão para o colégio de transporte público; 23% de veículo familiar. Contrariamente a essa proporção, quando saem para o lazer, 49,7% dos estudantes afirmaram utilizar veículo próprio familiar; 30% o transporte público. Os que não utilizam qualquer tipo de meio de transporte, "vão a pé", totalizam 7,9% para o itinerário casa-colégio e 32% nos roteiros para os espaços de lazer. (Gráfico 5).

Gráfico 5: Horário / Transporte / Espaço de lazer



Fonte: Helieneidy Carvalho (2023)

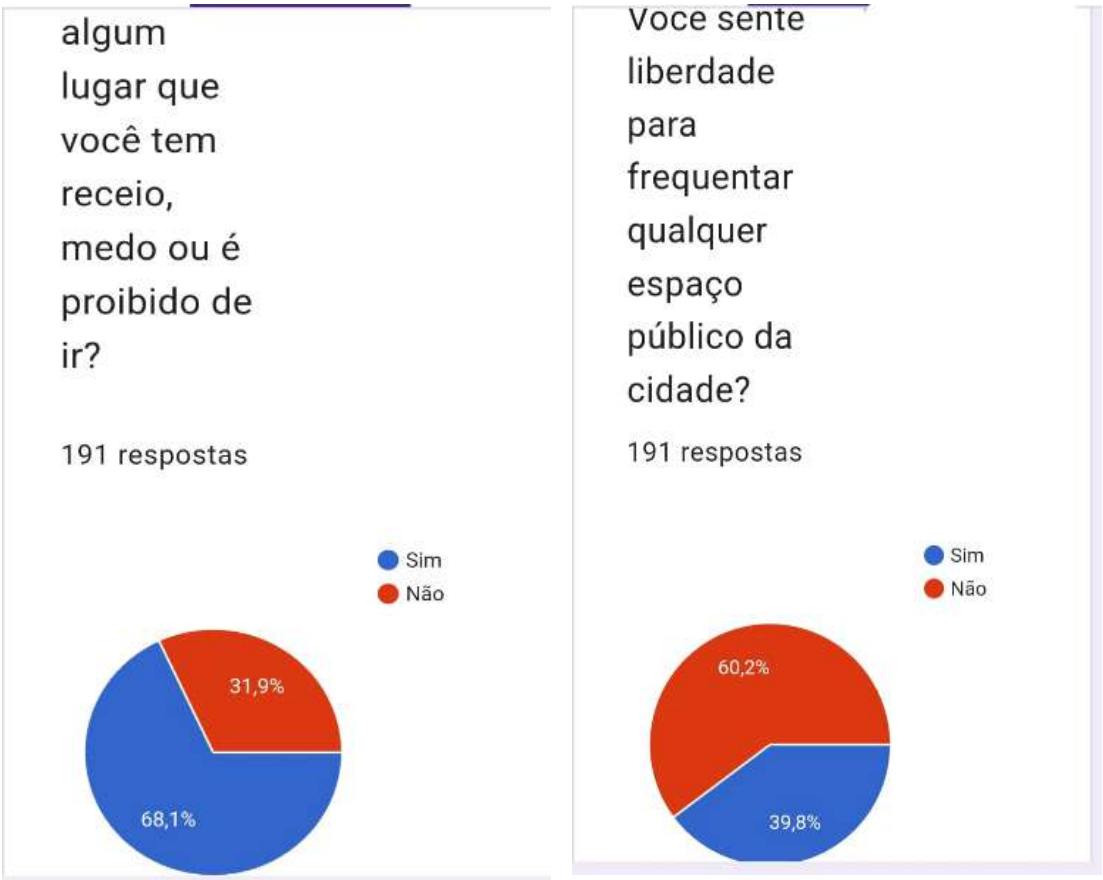
Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelou a alarmante cifra de 35 mil mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes no Brasil. O levantamento abrangeu o período de 2016 a 2020, compilando dados de ocorrências policiais em todos os estados do país. Essas preocupantes estatísticas foram apresentadas aos deputados durante o debate intitulado "Enfrentamento às violências na primeira infância", em 2020, uma iniciativa promovida pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância. As informações foram divulgadas pela Agência Câmara de Notícias,

> O estudo do Unicef, em 2020, identifica 35 mil mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes no País nesse período – portanto, uma média de 7 mil mortes por ano ao longo dos últimos cinco anos. Os casos se concentram sobretudo no Nordeste do País. A grande maioria das vítimas são adolescentes de 15 e 19 anos. [...] 56% das vítimas de mortes violentas são negras na faixa etária de 0 a 9 anos, número que sobe para 80% na faixa etária de 10 a 19 anos. A prevalência é de vítimas do sexo masculino. [...]Essa proporção vai aumentando com a idade, e entre 15 e 19 anos, os meninos representam 92% das vítimas. [...] no caso das mortes de 10 a 15 anos, o autor é conhecido da vítima em 65% dos casos; o crime ocorre em vias públicas e outros locais em 86% dos casos; 75% dos crimes ocorre com uso de arma de fogo; e 5% das mortes são decorrentes de intervenção policial. Esse número sobre para 10% no caso de adolescentes de 15 a 19 anos; e nesse faixa etária as mortes provocadas por arma de fogo representam 85% dos casos; 88% dos casos ocorre em vias públicas e em 56% dos casos tem autor desconhecido das vítimas (Haje, 2022, p.1).

O medo ou receio de ser vítima desta violência, característica de Feira de Santana em razão do elevado número de homicídios vitimando, na maioria dos casos, jovens negros e moradores dos bairros periféricos gera o que Tuan (1980) chama de topofobia. Para este autor, é como se esses locais despertassem emoções desconfortáveis, influenciadas por experiências passadas negativas; características ameaçadoras do ambiente, ou simplesmente pela falta de afinidade com a atmosfera específica desses espaços.

A topofobia vai além da mera preferência pessoal, revelando uma ligação emocional complexa que molda as relações com o ambiente ao redor, impactando diretamente no bem-estar e na interação com o espaço. Antagonicamente à topofobia, está a “topofilia [que] consiste no elo afetivo que a pessoa ou determinado grupo social tem em relação ao lugar ou ao ambiente físico” (Tuan,1980. p.105). Essa ligação pode ser alimentada por características geográficas, históricas, culturais ou afetivas, promovendo um sentimento de pertencimento e identidade.

Gráfico 6: Sentimento de topofobia

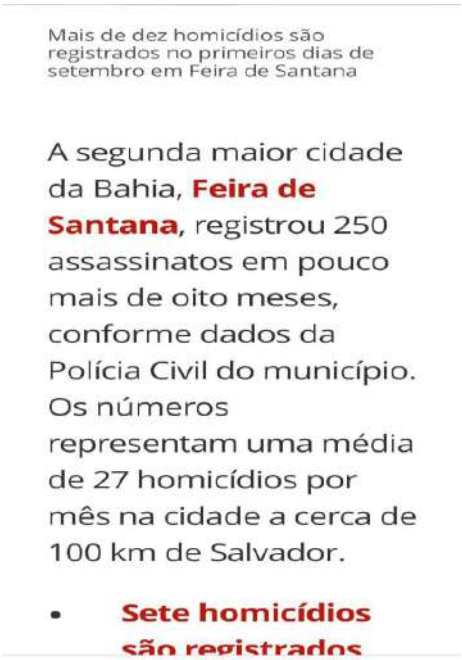


Fonte: Helieneidy Carvalho (2023).

Reconhecer os sentimentos e percepções sobre os espaços por onde circulam, pode favorecer os jovens estudantes na construção de suas territorialidades, visto que a topofilia tende a fortalecer laços sociais, além de promover a preservação e compreensão da complexidade dos espaços, incentivando o cuidado com o patrimônio públicos; as percepções das formas de usos; e a apropriação dos espaços públicos no processo de construção de suas identidades socioculturais. Quanto à topofobia pode levar à evitação de certas áreas, impactando na manutenção da organização de relações afetivas e sociais dentro do espaço urbano público. A topofobia dos jovens feirenses decorre da observação dos fatos noticiados enfaticamente pelos meios de comunicação sobre o panorama da violência na cidade, ressaltando o gênero, raça/etnia, faixa etária e bairros e lugares mais atingidos pela violência urbana. Neste sentido, Oliveira (2020), sobre a juventude em Porto Alegre - RS, faz uma conclusão que se aplica perfeitamente a outras cidades, ao afirmar que:

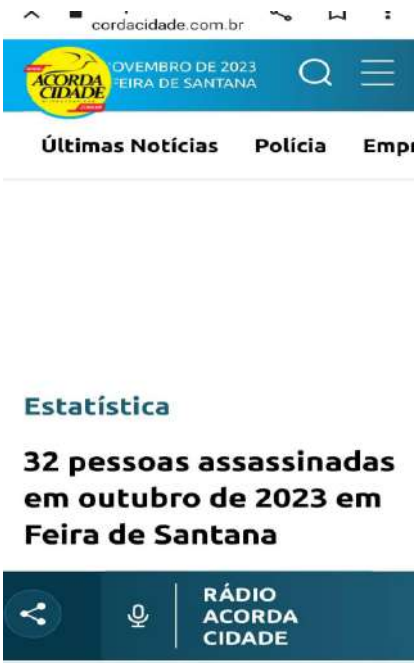
> A ampla percepção de violência pelos jovens também tem um componente que a reforça constantemente: as mídias. A quantidade de notícias de mortes e violência urbana que são veiculadas em programas de televisão sensacionalistas é estratosférica. Manchetes de reportagens sobre violência urbana que circulam nas redes sociais às quais os jovens têm acesso não são poucas. Acima de tudo, o mais impactante é que a imagem dos jovens está fortemente vinculada ao cenário da insegurança e da violência na cidade (Oliveira, 2020, p. 149).

Figura 20: Notícias sobre violência em Feira de Santana 2023



Fonte: Site G1 BA / TV Subaé 05/09/2023

Fonte: Site BN Municípios -02/10/2023



Fonte: Site Acorda Cidade- 09/11/2023.

Por ser uma cidade de porte médio consolidado, que lidera uma região metropolitana e constitui-se como entroncamento rodoviário de grande circularidade em diversas escalas, além de abrigar um comércio dinâmico e concentrar agências bancárias importantes, Feira de Santana se torna propensa a várias formas de violência e contravenções. A incidência da violência na cidade é influenciada por outros fatores diretamente ligados às políticas públicas das diversas instâncias e órgãos do poder público.

Essa característica da violência contribui para a "má reputação" da cidade tanto entre os residentes quanto entre os visitantes. Além dessa realidade, há a presença de notícias sensacionalistas que destacam e dão grande visibilidade midiática aos casos de violência, fraudes e contravenções, colaborando apenas para reforçar a construção de um imaginário no qual Feira de Santana é percebida como uma cidade perigosa, onde o crime impera sem lei e justiça.

Notícias com acesso fácil e rápido (Fig. 20) viralizam entre os jovens por meio das redes sociais e aplicativos de conversa com os colegas e amigos. As notícias oficiais chocam, porém, imagens divulgadas indevidamente, como "brincadeiras", sem ética ou respeito aos mortos ou vítimas constroem percepções baseadas no medo, na insegurança e, promovem o pânico. Segundo Oliveira (2020):

> A relação direta dos jovens com matérias que os associam a assassinatos, por exemplo, vincula esses sujeitos ao que de mais violento nossa sociedade é capaz de produzir: tirar a vida de outro. A sensação de insegurança, principalmente nas grandes cidades, por esses sujeitos, não é, portanto, invenção ou alarmismo, mas, sim, é a dura e triste realidade de quem, muitas vezes, está na mira dos alvos 149 das balas "perdidas", as quais muitas vezes são "encontradas" nos corpos dos jovens brasileiros (Oliveira, 2020, p. 150).

Se existem lugares "proibidos e perigosos" dos quais os jovens buscam se manter afastados, quando possível, existem também os topofílicos que geram desejo, afetividade e identidade. Estes lugares em Feira de Santana são os *shoppings centers* e o Parque da Lagoa, que figuram como preferidos dentre as escolhas, mas também seguidos de outros, como Avenida Fraga Maia, Rua São Domingos, pista de skate, praças, sorveterias, bares etc. Para Vasconcelos (2014):

> A cidade como conteúdo didático-pedagógico possibilita a construção de caminhos para uma educação emancipadora. Reconhece a criança e o jovem como cidadãos e, portanto, necessitam ser ouvidos, principalmente nos espaços criados para eles, como a escola, a praça, o teatro, o parque, o clube, etc. (Vasconcelos, 2014, p.35).

Vasconcelos (2014), enfatiza que a cidade assume o papel de interlocutora dos desejos juvenis ao apresentar elementos urbanos, como escolas e praças, espaços concebidos especialmente para crianças e jovens. No entanto, destaca-se a evidente capacidade do uso pedagógico da cidade, visto que ela não apenas fornece conteúdos curriculares nas estruturas educacionais, mas também se torna o cenário central das experiências cotidianas dos jovens urbanos. **N**este sentido segue esta pesquisa, que pretende perceber o que influencia ou determina as escolhas dos jovens estudantes nos espaços urbanos; no processo de construção de suas identidades; e no estabelecimento das territorialidades, uma vez que "[...] as especificidades culturais dos lugares se manifestam na forma de se fazerem as festas, nas danças, na forma de falar" (Castro, 2014, p. 105).

A diversidade dos olhares sobre a cidade se revela de forma marcante quando exploramos a perspectiva dos jovens estudantes do ensino médio. Esses adolescentes com idades entre 14 e 18 anos, em um estágio de transição e formação de identidade, proporcionam uma variedade de visões que refletem não apenas suas experiências individuais, mas também a multiplicidade de narrativas que compõem a trama urbana. Suas perspectivas são influenciadas por uma série de fatores, incluindo o bairro em que vivem, os espaços de convívio, as experiências culturais e as interações sociais na vivência da cidade e seus espaços públicos.

Cada estudante traz consigo uma história única que se entrelaça com a cidade, contribuindo para uma narrativa coletiva diversificada. Alguns jovens enxergam oportunidades de crescimento, empoderamento e aprendizado nos espaços urbanos, mesmo diante dos obstáculos: falta de acessibilidade, insegurança ou carência de infraestrutura urbana na sua mobilidade e interações com seus pares, buscando romper ou superar as complexidades sociais e econômicas que permeiam a cidade.

A diversidade nos olhares dos jovens estudante do ensino médio sobre a cidade, quanto ao uso e apropriação dos espaços públicos, faz com que para alguns as ruas, praças e parques tornem-se refúgios de lazer e de suas expressões criativas; enquanto para outros, esses mesmos locais podem representar desafios dentro de um contexto hostil e topofóbico. Portanto, é imprescindível reconhecer e valorizar essa diversidade de perspectivas, pois ela contribui para uma compreensão geral da cidade em suas dimensões territoriais. Esses jovens, como agentes ativos na sociedade, têm o poder de transformar o futuro urbano, o que torna essencial promover um diálogo inclusivo que leve em consideração a multiplicidade de experiências destes estudantes do ensino médio na construção das políticas urbanas de Feira

de Santana, refletida prioritariamente em sua Lei Orgânica e no seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

4. REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA, E AS FORMAS DE USOS PARA PRÁTICAS JUVENIS

O Brasil, atualmente, possui 5.570 municípios (IBGE 2023) e destes que 41 têm mais de 500 mil habitantes. O documento legal que serve à "constituição" de um município no País é a Lei Orgânica do Município. Essa norma é fundamental, pois estabelece a estrutura de governo, os poderes, as competências e os direitos dos cidadãos em cada município brasileiro, sendo elaborada por uma assembleia legislativa municipal ou pela câmara municipal, em conformidade com a Constituição Federal do Brasil e a Constituição Estadual. A Lei Orgânica do Município aborda questões específicas relacionadas à administração local, como a organização dos poderes executivo e legislativo municipais; a divisão de competências entre esses poderes; a criação e funcionamento de órgãos e entidades municipais; o processo legislativo local; e o orçamento municipal dentre outros assuntos relevantes para a governança municipal.

A Lei Orgânica (LO) também constitui os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos no âmbito do município e pode conter disposições específicas relacionadas à gestão urbana, ao meio ambiente, à educação, à saúde, ao transporte público, para citar algumas áreas de interesse local.

Outro documento importante é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) com papel fundamental no processo de planejamento e na administração municipal, sendo estabelecido conforme os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988. Neste sentido, a Carta Magna estabelece que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, deve objetivar, através das funções sociais da cidade, garantir o bem-estar de seus habitantes.

A Execução do Plano Diretor foi analisada, a partir de ações voltadas para garantias de acesso e uso de espaços públicos urbanos por jovens estudante do ensino médio em suas circularidades cotidianas pela cidade de Feira de Santana.

4.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: entre o discurso e a prática

O PDDU é regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001, art. 41). Essa lei ampliou a abrangência do PDDU ao determinar sua obrigatoriedade a outras categorias de cidades, incluindo às de áreas metropolitanas ou com *status* de áreas de especial interesse turístico, independentemente de sua dimensão populacional.

Embora seja considerado essencial e obrigatório para municípios com uma população superior a 20 mil habitantes, na realidade a implementação desse plano frequentemente se depara com desafios significativos. Isso se reflete especialmente na complexidade da articulação das diretrizes propostas com as demandas práticas e dinâmicas do desenvolvimento local. Villaça (2005), diz que o Plano Diretor é apresentado como um plano que:

> [...] abrangeria todos os problemas fundamentais da cidade inclusive e principalmente os de transportes, saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas etc. e até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Alguns acreditam mesmo que o Plano Diretor, apesar de ser aprovado por uma lei municipal, deveria abranger também problemas cujas soluções são das alçadas dos governos estaduais e federal (Villaça, 2005, p.9).

Villaça (2005) enfatiza que o planejamento urbano no Brasil, tal como representado pelo Plano Diretor, demanda uma revisão profunda, uma verdadeira reformulação desde suas raízes. Cada um de seus pressupostos precisa ser minuciosamente questionado, sem exceções. A partir desse processo de questionamento, torna-se imperativo redefinir, de baixo para cima, tanto o conteúdo quanto os métodos do Plano Diretor. É essencial que a maioria rejeite um plano orientado pela minoria, recusando-se a participar de um debate cujas diretrizes são ditadas por uma parcela reduzida. O diálogo deve emergir organicamente da base da sociedade e não ser um evento no qual a maioria comparece como convidada da minoria.

Os problemas urbanos e suas prioridades devem ser estabelecidos pela maioria, que deve resistir a qualquer tentativa de ser constrangida sob a alegação de "não entender de planejamento urbano". A verdadeira *expertise* reside naqueles que vivenciam diretamente os problemas em questão. Os especialistas e técnicos devem estar a serviço da maioria, contribuindo para a solução dos problemas destacados e priorizados, conforme defende Villaça (2005).

A estrutura normativa que fundamenta as políticas públicas municipais é ancorada em um consistente aparato legal, delineando as regras e diretrizes orientadoras das condutas administrativas, bem como dos direitos e deveres dos munícipes. Este arcabouço jurídico visa assegurar a proteção dos interesses individuais e coletivos no âmbito municipal, garantindo uma convivência harmoniosa e promovendo o desenvolvimento equilibrado da localidade. E,

nesse contexto normativo, destacam-se justamente essas duas peças legislativas fundamentais: a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

A LO representa, como dito, a constituição municipal, estabelecendo os princípios fundamentais que regem a organização político-administrativa, os poderes, as competências e os mecanismos de participação popular na gestão local. Já o PDDU surge como instrumento estratégico e orientador do desenvolvimento urbano, definindo diretrizes para o ordenamento territorial, uso do solo e ações em prol da melhoraria da qualidade de vida da população. Este plano deve ser resultante de amplo debate e participação da comunidade, pois projeta o crescimento da cidade de forma sustentável, contemplando aspectos como mobilidade, habitação, meio ambiente e infraestrutura.

A LO e o PDDU desempenham papéis complementares e interligados, fornecendo a base jurídica necessária à condução responsável da administração pública e do planejamento eficiente do espaço urbano. Assim, a Lei Orgânica estabelece os princípios e normas fundamentais, enquanto o Plano Diretor direciona a expansão e o desenvolvimento urbano, considerando as demandas presentes e futuras da comunidade. A interligação dessas legislações constitui alicerce essencial à governança municipal, assegurando que as políticas públicas sejam conduzidas de maneira transparente, participativa e alinhadas às demandas e anseios da população.

Ao considerar as políticas públicas municipais intrinsecamente ligadas às diretrizes estabelecidas pelo arcabouço legal que rege a administração pública local, é imprescindível assegurar, no mínimo, a conformidade entre tais diretrizes. No contexto específico de Feira de Santana, uma estratégia para compreender a abordagem do Poder Legislativo em relação ao grupo etário juvenil no âmbito legal requer a análise da LO e do PDDU em vigor.

Tal análise possibilita identificar lacunas entre as disposições legais e as práticas efetivas, permitindo a compreensão mais profunda do impacto das políticas públicas voltadas à juventude em Feira de Santana. Dessa forma, o exercício de ponderar não apenas o que está prescrito no arcabouço legal, mas também o que está sendo efetivamente colocado em prática, se mostra fundamental ao entendimento aprofundado da eficácia das políticas públicas juvenis no âmbito municipal.

Essa análise proporciona ainda percepções importantes sobre a inclusão de diretrizes específicas destinadas aos jovens no corpo legal municipal, revelando o comprometimento do Poder Legislativo em promover políticas voltadas a esse segmento da população.

Nesta perspectiva, é essencial desenvolver um entendimento criterioso acerca das duas legislações, sendo que o PDDU é, em Feira, representado pela Lei Complementar nº 117,

datada de 20 de dezembro de 2018. O objetivo da análise comparativa volta-se especialmente ao que diz respeito às diretrizes específicas dirigidas ao grupo etário juvenil, a partir da busca dos conceitos pertinentes a este grupo.

Identifica-se, assim, o contexto ou diretrizes nos quais as temáticas relacionadas aos termos jovem, juventude, adolescente, lazer, espaço público, entretenimento, cultura, segurança e estudante se remetem de fato. Isso proporciona percepções sobre os contextos nos quais são mencionados, expondo o comprometimento e o enfoque atribuído à temática juvenil nessas peças legislativas. Tal estratégia analítica não apenas permite uma compreensão das disposições legais destinadas à juventude, como lança luz sobre a efetividade da implementação dessas pelo aparato administrativo. A contabilização e análise contextualizada desses termos oferecem visão mais completa sobre a magnitude do comprometimento do poder público em atender às demandas e necessidades específicas dos munícipes jovens. Essa estratégia foi planificada no Quadro 3 que não pretende esgotar esta análise, mas clarificar a legislação atual, abrindo caminhos para futuras abordagens sobre a temática juvenil.

Quadro 3: Quantidade de vezes que as palavras são citadas na LO e no PDDU

Palavra	Lei Orgânica (196 artigos) nº de vezes	Artigos / Contexto	PDDU (352 artigos) nº de vezes	Artigos/ Contexto
JOVEM	1	Art. 135, VII – Alfabetização	0	
JUVENTUDE	0		1	Art.159 -Diretrizes lazer/recreação/juventude
ADOLESCENTE	5	Art. 135- Educação; e Arts. 156,157,158 - Proteção	5	Art.157 -Combate pobreza, segurança alimentar; Art.164 - conselhos municipais; e Art.171- Delegacias, menores infratores
LAZER	4	Art.153 - Incentivo à integração social; Art. 173- direito da população; Art.186 - para população rural	76	Art..11- Princípios, Arts.12,19,31,51,70,91,92,100 PDDU, Art.101- LOUOS, Art. 160- Políticas de lazer.
ESPAÇO PÚBLICO	2	Art. 9, XI, b- Qualidade e acessibilidade; Art. 148- Conservação	37	Arts. 7, 11,15,23.35, 49, 93, 108, 116, 159,171, 178,192, 195, 206, 220, 246, 260, 288, 290.
ENTRETENIMENTO	0		4	Art. 91-Lago Pedra do Cavalo; Art. 187-Plano de Requalificação do Centro
CULTURA	34	Arts. 9,147,148,150,151,	+ 250	Arts. 3, 11,12,51,90,91,114, 115 ao 118 (Política cultural); Arts.

		173,180,194 - Direito, áreas, manifestações culturais, PDDU		158,171,187,229,351.
SEGURANÇA	5	Art. 9 – trânsito; Art. 36 -nos serviços públicos; Arts. 127 e 186 - prestação de serviços	85	Arts. 15, 35, 51, 78,123,150,165,170/171(segurança pública); Arts. 262,281,286,292.
ESTUDANTE	1	Art. 189- direito a meia-passagem	3	Arts.150,153,345 (educação).

Fontes: LO (1990) e PDDU (2018) de Feira de Santana. Elaborado por Helieneidy Carvalho (2023).

Os jovens estudantes e sujeitos da pesquisa ao se expressaram sobre suas circularidades pela cidade de Feira de Santana, sempre apontaram necessidades estruturais existentes nos espaços públicos. As demandas destes jovens aparecem, quase na sua totalidade, como deveres da função social da cidade em um único artigo da Lei Municipal nº 37/90 ou Lei Orgânica (LO) de Feira de Santana: o artigo 173 que assegura:

> Art. 173. O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de sua população são os objetivos principais da política de desenvolvimento urbano a ser executada pelo Município.
> § 1º As funções sociais da cidade compreendem a concepção do espaço urbano como local destinado à persecução dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, propiciando a igualdade de oportunidades a todos.
> § 2º O Município é responsável pelo cumprimento da função social da cidade, sendo-lhe exigidas ações públicas que assegurem os direitos da população:
> I - à moradia digna;
> II - à assistência à saúde;
> **III - à educação;**
> **IV - à cultura;**
> **V - ao lazer;**
> **VI - ao transporte público;**
> **VII - ao saneamento básico, inclusive limpeza urbana;**
> VIII - à drenagem das vias de circulação;
> **IX - à iluminação pública;**
> **X - à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural;**
> XI - à disponibilidade de:
> a) energia elétrica;
> b) gás canalizado;
> **XII - arquitetura e engenharia pública;** (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 31/2007)
> **XIII - meio ambiente saudável.** (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 33/2007). Grifos Nossos.

Os grifos foram inseridos para destacar as demandas juvenis que resumem-se ao clamor pela segurança pública. Observe-se que este artigo não traz a palavra "segurança" ou a expressão "segurança pública". Entretanto, quando os jovens apontam o que lhes gera insegurança ou lhes provoca o sentimento de topofobia, sempre se referem à falta ou precariedade na oferta dos serviços públicos relativos à **educação, cultura, lazer, transporte**

público, saneamento básico, limpeza urbana, iluminação pública e à preservação, proteção e recuperação do patrimônio ambiental e cultural.

A Lei Orgânica feirense, ao se reportar a jovens, juventude ou adolescente, repete garantias já resguardadas pela Carta Magna ou por legislação infraconstitucional específica como as que tratam dos direitos à educação e proteção e as demandas decorrentes desses. No capítulo "Do desporto e do lazer", o artigo 153, diz: "O Município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção e integração social", restringindo-se a essa afirmação sem nenhuma outra especificação. Os espaços públicos foram citados duas vezes. A primeira, no artigo 9, como competência do município e uma de suas atribuições: "b) assegurar a boa qualidade e a acessibilidade dos espaços públicos para uso de todos". Num segundo momento, os espaços públicos aparecem como patrimônio cultural do município, artigo 148, § 2º: "Todas as **áreas públicas**, especialmente os parques, jardins e praças são abertas às manifestações culturais, observadas as condições necessárias **ao uso e conservação dos espaços públicos"**

O termo cultura/cultural aparece 34 vezes na LO, ligado às manifestações culturais; aos seus agentes; às datas comemorativas; aos bens e patrimônio municipais; e aos valores culturais locais. A cultura aparece no artigo 9 como uma das competências do município que tem o dever de: "XIX - **difundir** a seguridade social, a consciência ambiental, **a cultura,** o desporto, a ciência e a tecnologia". Já o artigo 147, atribui à administração pública o dever de que: "§ 1º - Todo cidadão é um agente cultural e a Administração Pública **incentivará** de forma democrática **os diferentes tipos de manifestação cultural** existentes no Município." No capítulo da Cultura, o artigo 150 assegura que:

> O **Município** elaborará e **implementará**, com a participação e cooperação da sociedade civil, plano de **instalação de bibliotecas públicas e centros culturais nos bairros e nas diversas regiões locais.** § 2º Serão instalados nos centros culturais, além de bibliotecas e oficinas, cursos de redação, artes plásticas, artesanato, música, dança e expressão corporal, fotografia, cinema, teatro, literatura, filosofia, e estudos sobre a cultura afro-brasileira e indígena. (Lei Orgânica, 2018).

Enquanto cultura é um termo aplicado a quase todas as seções da LO, entretenimento não é citado uma única vez. Denota-se daí uma possível compreensão de que o entretenimento está abarcado por facetas diversas da cultura. O quesito segurança, diferentemente de cultura, aparece apenas cinco vezes. Especificamente a segurança atrelada à política de trânsito; ao controle do manuseio de explosivos; fiscalização da segurança do trabalho; e na prestação dos serviços por terceiros via concessão, permissão e autorização. No artigo 186, inciso VIII - prevenção da segurança pública - é citada como serviço público

básico no meio rural e como obrigação do município, com recursos próprios ou em regime de coparticipação com a União e o Estado, silenciando-se quanto aos espaços urbanos.

A observação da atual Lei Orgânica do município de Salvador com seus 286 artigos, em comparação com a legislação feirense com apenas 196 artigos, não revelou discrepância acentuada na quantidade de vezes nas quais as palavras analisadas são citadas nos artigos. Mesmo com quase 100 artigos a mais, a LO soteropolitana se mostrou semelhante quanto à ênfase às temáticas abordadas e explicitadas pelas palavras listadas no quadro comparativo. A diferença mais significativa se refere ao termo segurança, citado 16 vezes na LO de Salvador e apenas 5 vezes na LO feirense. Vale ressaltar que Salvador é a quinta maior capital do Brasil, com 2.418.005 habitantes (IBGE 2022), estando em 12.º lugar no *ranking* das cidades mais violentas do Brasil, enquanto Feira de Santana com 616.272 habitantes ocupa o 9º lugar, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

A LO traça as diretrizes do município, estabelecendo as normas básicas gerais para ordenar o funcionamento da administração e dos poderes municipais. O PDDU zela por assegurar o bem-estar geral, preservando o meio ambiente para promover qualidade de vida à população e garantir o desenvolvimento urbano sustentável para a cidade.

A palavra jovem/jovens não é citada nenhuma vez no PDDU; adolescentes aparece cinco vezes, sempre ligada às ações de proteção social; e estudante três vezes no contexto do registro estudantil, oferta de estágio e quadro nutricional. Já o termo juventude tem uma única menção no PDDU, no título do art. 159, que, curiosamente, não usa mais esse termo ao logo do corpo do texto legal. Fica claro que a política para juventude está associada ao lazer, à recreação e ao esporte, como se percebe nas disposições do artigo 159:

> **Art. 159.** As diretrizes para o lazer, recreação, esportes e juventude são
> - extensão dos meios de **acesso ao lazer,** à **recreação** e ao esporte ao conjunto ampliado da população, particularmente das áreas municipais periféricas, incluindo os distritos e povoados;
> - aproveitamento do potencial dos **espaços públicos existentes para o lazer, recreação e esporte,** equipando-os com mobiliário urbano adequado às especificidades de cada área;
> - ampliação e diversificação da oferta, mediante a criação e adequação de **espaços públicos multifuncionais para o exercício de atividades de lazer, de recreação e de esportes, atendendo a diferentes faixas etárias;**
> - aperfeiçoamento da distribuição espacial da rede de equipamentos do setor;
> - integração do esporte à estratégia econômica de Feira de Santana, tanto na r**ealização de eventos e competições esportivas,** quanto na produção local de materiais e insumos esportivos;
> - estímulo e criação de condições para a prática de esportes náuticos, utilizando os atrativos naturais do Município;
> - inclusão de atividades desportivas para pessoas com deficiência na educação física, ministrada pelas instituições de ensino públicas e privadas;

> - incentivo à democratização do planejamento e gestão do setor, mediante a instalação e oferta de condições para o funcionamento do Conselho Municipal de Esportes e Lazer;
> - implementação de medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de lazer, recreação e esporte;
> - criação de oficinas de artes integradas nas praças e ruas, especialmente direcionadas às crianças e adolescentes que moram nas ruas e periferias, em parceria com a sociedade civil, artistas profissionais e amadores, com o objetivo de disciplinar, socializar e formar cidadãos;
> - Estímulo e valorização da produção socioesportiva local, proporcionando o desenvolvimento do esporte e afirmação da identidade. (PDDU, 2018)

Apreende-se neste artigo o planejamento de política voltada à diversidade etária, com enfoque para os mais jovens se observada a natureza das práticas de lazer; a oferta e estímulo aos esportes; e a utilização dos espaços públicos, bem como a afirmação da identidade revelando um discurso inclusivo.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Feira de Santana, a menção ao lazer ocorre 76 vezes, frequentemente associada aos termos recreação, entretenimento, espaço público ou cultura. O "espaço público" surge consistentemente no contexto da preservação ou do uso adequado e seguro. Destaca-se que, dentre os termos pesquisados, "cultura" é o mais proeminente aparecendo em mais de 250 ocasiões. O verbete "cultura" ou "cultural" permeia todas as diretrizes do Plano Diretor, destacando-se como um dos "Princípios Fundamentais e Orientadores", conforme disposto nos artigos 11 e seguintes.

> **Art. 11.** Os princípios que regem a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana são:
> § 1º A função social da cidade no Município de Feira de Santana corresponde, para as presentes e futuras gerações: [...]
> à cultura;
> ao lazer;
> **art. 19 § 1º** A urbanização compreende o atendimento de equipamentos urbanos, sistema de circulação, áreas para equipamentos comunitários e áreas verdes de lazer e recreação, em conformidade com as funções sociais da cidade.
> Subseção VI - Dos Parques de Bairros e de Distritos - **Art. 107.** Parque de Bairro e de Distritos são áreas públicas urbanizadas, dotadas ou não de atributos naturais, destinada ao convívio social, ao lazer, à recreação e também à prática de esportes.
> **Art. 109.** Praças e largos são espaços urbanos de gozo e uso públicos, livres de edificações, que propiciam convivência e/ou recreação para seus usuários.

Diferentemente da Lei Orgânica (LO), no Plano Diretor, dentre os termos analisados, "segurança" e "segurança pública" foram recorrentes, sendo o segundo o mais mencionado após "cultura". Com um total de 85 citações, o PDDU inclui um capítulo específico dedicado à Segurança Pública, composto pelos artigos 170 e 171. Estes artigos detalham o papel dos órgãos nas esferas administrativas e estabelecem as diretrizes do Plano Diretor para a

segurança pública municipal. Essa dedução pode ser feita por meio da leitura atenta dos artigos em tese:

> **Art. 170.** A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
> § 1º O Município tem como papel atuar em parceria com a sociedade, por meio de medidas de prevenção situacional e social.
> § 2º A prevenção situacional envolve medidas direcionadas à modificação do ambiente urbano, com objetivo de reduzir fatores de risco à segurança do cidadão.
> § 3º A prevenção social envolve medidas direcionadas à intervenção nas condições sociais, culturais, econômicas e educacionais, que possam estar relacionadas ao aumento de fenômenos ligados à sensação de insegurança e à criminalidade.
> **Art. 171.** As diretrizes prioritárias para a segurança pública em Feira de Santana, abrangendo a área urbana e a rural, são:
> - Estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado para promover a adequação do serviço de segurança pública às demandas e especificidades de cada comunidade, com ênfase na;
> Implementação de ações para melhoria das condições de segurança social;
> Implantação de núcleos de segurança comunitários, devidamente equipados, especialmente nas áreas de maior índice de violência;
> Implementação de melhorias na estrutura dos postos policiais existentes;
> Implantação de rondas nos Distritos e povoados da área rural;
> Implantação de postos móveis, com rondas frequentes de policiais nos bairros da área urbana e nos povoados e sedes distritais da área rural;
> Instalação das delegacias do idoso e da criança e adolescente, com seleção de equipes técnicas especializadas através de concurso público;
> Realização de concurso público para agentes femininas da delegacia da mulher, garantindo atendimento de plantão 24 horas, assim como a implantação de juizado especial da mulher, no distrito sede.
> Efetivação dos programas de ressocialização, com atividades de trabalho para a população carcerária, ex-presidiários, adolescentes infratores e/ou em situação de vulnerabilidade pessoal e social;
> Implantação de blitzs para fiscalizar e controlar os condutores de veículos que estejam sob efeito de bebida alcoólica, em toda a área urbana e rural;
> - implementação de melhorias na segurança dos equipamentos sociais, com ampliação e qualificação da equipe da guarda municipal;
> - implementação de ações preventivas e educativas integradas de segurança, para prevenir o agravamento da violência;
> - aumento de forma sistemática do efetivo da guarda municipal;
> - desenvolvimento de ações visando à alteração dos fatores físicos do ambiente urbano geradores de insegurança e violência, tais como a urbanização de áreas precárias, requalificação de espaços degradados, iluminação de logradouros e demais espaços públicos;
> - intervenção nas condições sociais, econômicas, culturais e educacionais das comunidades, com o objetivo de reduzir a ocorrência de elementos propulsores da violência e criminalidade, por meio de ações como a geração de trabalho e renda, educação para a paz, ampliação das oportunidades de recreação e lazer, mediante programas específicos orientados para as comunidades carentes;
> - prevenção e enfrentamento das situações de violência relacionadas a origem, raça, etnia, sexo, cor e idade;
> - implementação de ações destinadas ao envolvimento e participação das comunidades na discussão e solução dos problemas locais de segurança e criminalidade;
> - desenvolvimento e implementação de política de segurança no trânsito, com abordagem interdisciplinar e interinstitucional;

> - treinamento e orientação da Guarda Municipal e dos agentes de trânsito para o trato com pessoas idosas, bem como daquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O atual PDDU do município de Salvador é composto por 411 artigos, enquanto o de Feira de Santana tem 352. Apesar dessa diferença quantitativa, ambos compartilham notável semelhança na frequência de ocorrência das palavras pesquisadas. A estrutura formal de ambas as leis segue um padrão consistente, sendo que, assim como na Lei Orgânica (LO), a distinção principal reside no tema da segurança. A nomenclatura relacionada à segurança é mencionada 69 vezes no PDDU de Salvador e 85 vezes no PDDU de Feira de Santana. Essa discrepância pode indicar uma demanda expressiva por ações adicionais na área de segurança, conforme delineado na legislação. Contudo, observa-se que essas disposições legais podem não estar alcançando plenamente os objetivos propostos. Tal proposição destaca a necessidade de uma avaliação mais aprofundada e, possivelmente, de iniciativas complementares para abordar as questões de segurança de maneira eficaz.

A análise preliminar da legislação, embora não exaustiva, evidencia claramente que o Plano Diretor foi concebido com base nas necessidades da população de Feira de Santana e mantido atualizado. Entretanto, a implementação do que foi delineado para o período de 2018 a 2028 tem se revelado aquém do planejado, especialmente quando considerados os cidadãos pertencentes ao grupo etário juvenil. Essa constatação sugere que, embora o planejamento urbano tenha sido cuidadosamente elaborado para atender às demandas da comunidade, a efetiva execução das medidas propostas no Plano Diretor para a última década tem enfrentado desafios, particularmente no que diz respeito aos jovens residentes na cidade.

A disparidade entre a concepção do plano e sua implementação prática indica a necessidade de revisões ou ajustes nas estratégias adotadas para garantir que as metas e diretrizes destinadas ao grupo juvenil sejam efetivamente alcançadas. Neste sentido, sobre o poder público e os interesses coletivos, Sobarzo (2006) assevera que:

> A ideia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente. Em geral, a ação do, poder municipal mostra uma mistura de interesses públicos e privados – que pode ir dos interesses próprios do prefeito até os interesses de grupos locais dominantes (Sobarzo, 2006, p. 106).

Na proposta formal do PDDU é comum encontrar referências à importância dos espaços públicos como locais de convívio, lazer e expressão cultural para a juventude. No entanto, a tradução prática dessas intenções nem sempre reflete a visão idealizada. Questões como a falta de investimento em infraestrutura adequada, segurança nos espaços públicos e a

disponibilidade de atividades direcionadas aos jovens frequentemente se distanciam das promessas contidas no plano urbano. Cabe, então, considerar não apenas o que está formalizado na legislação, mas também a prática efetiva dessas diretrizes. Assim, é possível obter uma compreensão mais abrangente do impacto das políticas públicas destinadas à juventude no contexto municipal.

4.2. Espaço Público urbano: Restrições e limitações ao uso e à apropriação pelos jovens

O ordenamento dos espaços públicos é um aspecto decisivo a ser analisado na comparação das leis. Regulamentações sobre construções, delimitação e zoneamento urbano impactam diretamente a estética e a funcionalidade dos espaços públicos. O zoneamento urbano consiste num complexo processo de divisão da cidade em diferentes áreas distintas, cada uma dessas sujeitas a regulamentações específicas relacionadas ao uso e ocupação do solo. Essas áreas são cuidadosamente delimitadas e categorizadas com o intuito de estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento urbano, podendo ser promovidas tanto pelo poder público quanto pelo setor privado.

As regulamentações associadas ao zoneamento urbano abrangem uma variedade de aspectos, incluindo os tipos de edificações permitidas, a densidade populacional desejada, os padrões arquitetônicos, as restrições ambientais e os usos específicos de determinadas áreas. Cada zona é designada de forma estratégica para atender a objetivos específicos, como promover o desenvolvimento comercial em determinadas regiões, preservar áreas verdes ou fomentar a criação de zonas residenciais. Portanto, a abordagem de cada lei em relação a essas questões revela o valor atribuído à organização e ao planejamento urbano.

Realizar uma análise das disposições específicas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) relacionadas à administração dos espaços públicos é essencial para compreensão de aspectos como a atribuição de responsabilidades pela manutenção, supervisão e gestão desses locais. Detalhes essenciais a serem identificados. Perceber de que maneira a temática juvenil é incorporada à legislação municipal torna-se uma estratégia fundamental para discernir as diretrizes que orientam as políticas públicas no município de Feira de Santana, particularmente no que concerne ao grupo etário juvenil.

Nesse contexto, é imprescindível obter uma visão abrangente do desenvolvimento e expansão urbanos pelos quais a cidade de Feira de Santana passou, resultando na criação de demandas específicas e promovendo novas formas de utilização e apropriação dos espaços públicos. Isso também influencia a construção das territorialidades pelos jovens estudantes,

revelando a interação complexa entre o ambiente urbano em evolução e as vivências desses membros da comunidade. Essa análise indica quais são as dinâmicas urbanas e como são formuladas as políticas mais alinhadas com as necessidades e aspirações da juventude local.

A expansão urbana, aliada às dinâmicas sociais próprias da juventude, tem impactado significativamente a forma como os jovens se apropriam e utilizam os espaços de lazer da cidade. Para compreender a complexidade dessas territorialidades, é necessário retomar um pouco do contexto de crescimento da cidade, considerando os aspectos sociais e as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo que reduziram significativamente os espaços de socialização. Caso dos campinhos de futebol e dos espaços abertos para empinar pipas, por exemplo, improvisados nos muitos terrenos vazios espalhados por todos os bairros da cidade.

Entre o fim da década de 1960 e início da década de 1980 houve uma expansão da mancha urbana. Pode-se citar como fatores deste crescimento décadas de 1960 e 1970, quando houve aumento significativo da migração das áreas rurais para as urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. O desenvolvimento econômico, com a diversificação de setores como comércio, serviços, indústria e educação, atraiu pessoas de outras regiões em busca de empregos e melhores condições de vida.

A implementação do Centro Industrial do Subaé (CIS), inaugurado em 1973 como parte de uma estratégia de desenvolvimento industrial na região, promoveu o crescimento econômico e atraiu indústrias para a cidade, gerando novos postos de empregos. Além disso, a diversificação econômica foi se formando para atender as novas demandas das indústrias e do crescimento populacional.

Outro fator importante para expansão urbana de Feira de Santana foi a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 1976, inicialmente oferecendo os cursos de Licenciatura em Letras de 1º e 2º graus; Inglês/Francês; Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática e Biologia e em Ciências 1º grau; Licenciatura Plena em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais no 1º grau; além dos cursos de Enfermagem, Engenharia de Operações (na modalidades Construção Civil), Administração, Economia e Ciências Contábeis. A presença desta instituição de ensino superior não só aumentou a qualificação e a oferta da mão de obra local, como também proporcionou o interesse e uma crescente ampliação nas áreas de pesquisas científicas e inovação, atraindo estudantes e profissionais qualificados para a região.

O CIS e a UEFS contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e educacional de Feira de Santana, tornando-a um centro regional importante. A presença de

indústrias no CIS fortaleceu a economia local, enquanto a UEFS trouxe conhecimento, pesquisa e oportunidades educacionais para a população. Esses fatores combinados ajudaram a transformar Feira de Santana em um polo regional, atraindo investimentos, impulsionando o desenvolvimento urbano e elevando o *status* da cidade no cenário estadual.

Outro equipamento público, assim como a UEFS, responsável por consolidar Feira de Santana no cenário regional foi o Hospital Regional Clériston Andrade (HGCA), criado em 1981, tornando-se referência na prestação de serviços médicos também para a população das regiões circunvizinhas. O HGCA contribui para formação de profissionais da área de saúde em parceria com cursos oferecidos pela UEFS, promovendo a integração entre educação/profissionalização/geração de empregos.

As oportunidades geradas com os novos empreendimentos atraíram para o núcleo urbano feirense novas demandas de infraestrutura. Necessidades de estradas, saneamento, transporte público, hospitais, escolas e outros serviços que possibilitam a convivência salutar nas áreas urbanas fizeram-se urgentes, exigindo políticas de urbanização. Em 1968 foi instituído o primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), criado dentro de uma ideologia na qual ao Estado cabia assegurar o bem-estar social, sendo este um dos primeiros do Brasil.

No PDLI de 1968, quando o município de Feira de Santana possuía 141.757 habitantes, já se pensava na regulamentação de uso e ocupação do solo com a seguinte proposta de zoneamento, conforme Santo (2011):

> Quanto ao zoneamento proposto, baseou-se no que já estava ocorrendo na cidade e procurou preservar áreas de mananciais hídricos (principalmente as lagoas), sugerindo utilizá-las como áreas de lazer. Sugeriu ainda que a ferrovia fosse deslocada para área adjacente ao Anel Viário, contornando-o, para não atravessar o centro urbano, como acontecia até então, interligando-o ao Terminal Rodoviário, próximo ao Centro Industrial (Santo et al, 2011, p. 8).

Após 32 anos de sua instituição, Feira de Santana contava com uma população de aproximadamente 450.000 habitantes e apresentava novas demandas estruturais não mais contempladas pelo Plano em vigor. Diante disso, foi redigido, 2000, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU), visto que o crescimento [populacional foi] neste período de aproximadamente 217%. “A cidade passou a exercer forte atração em cerca de 40 municípios, localizados num raio de 100 km de distância” (Santo et al, 2011, p. 9).

Segundo Santo et al (2011) no que diz respeito ao tema Habitação, os dois Planos abordam a questão de maneiras distintas. Ambos reconhecem a existência do *déficit*

habitacional, mas o PDLI vai além, destacando também a precariedade do saneamento básico oferecido nessas áreas.

Por outro lado, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) trata desses dois aspectos como assuntos separados, embora complementares. Em relação ao lazer e ao aprimoramento paisagístico da cidade, ambos os planos concordam que as lagoas devem ser aproveitadas como espaços de recreação, ao mesmo tempo em que enfatizam a importância de preservá-las. Percebe-se, assim, um interesse pela instalação de áreas de lazer em espaços públicos desde o PDLI de 1968 como uma vocação natural da cidade, que já contou com 120 lagoas, restando agora apenas 60, a maioria em condições precárias.

A expansão da mancha urbana ao longo de diferentes períodos da história de Feira de Santana, evidencia não apenas a crescente ocupação do solo pela população, mas também sinaliza o desenvolvimento de territórios, caracterizados pela construção de novas formas de uso, apropriação e vivências dos espaços públicos e privados.

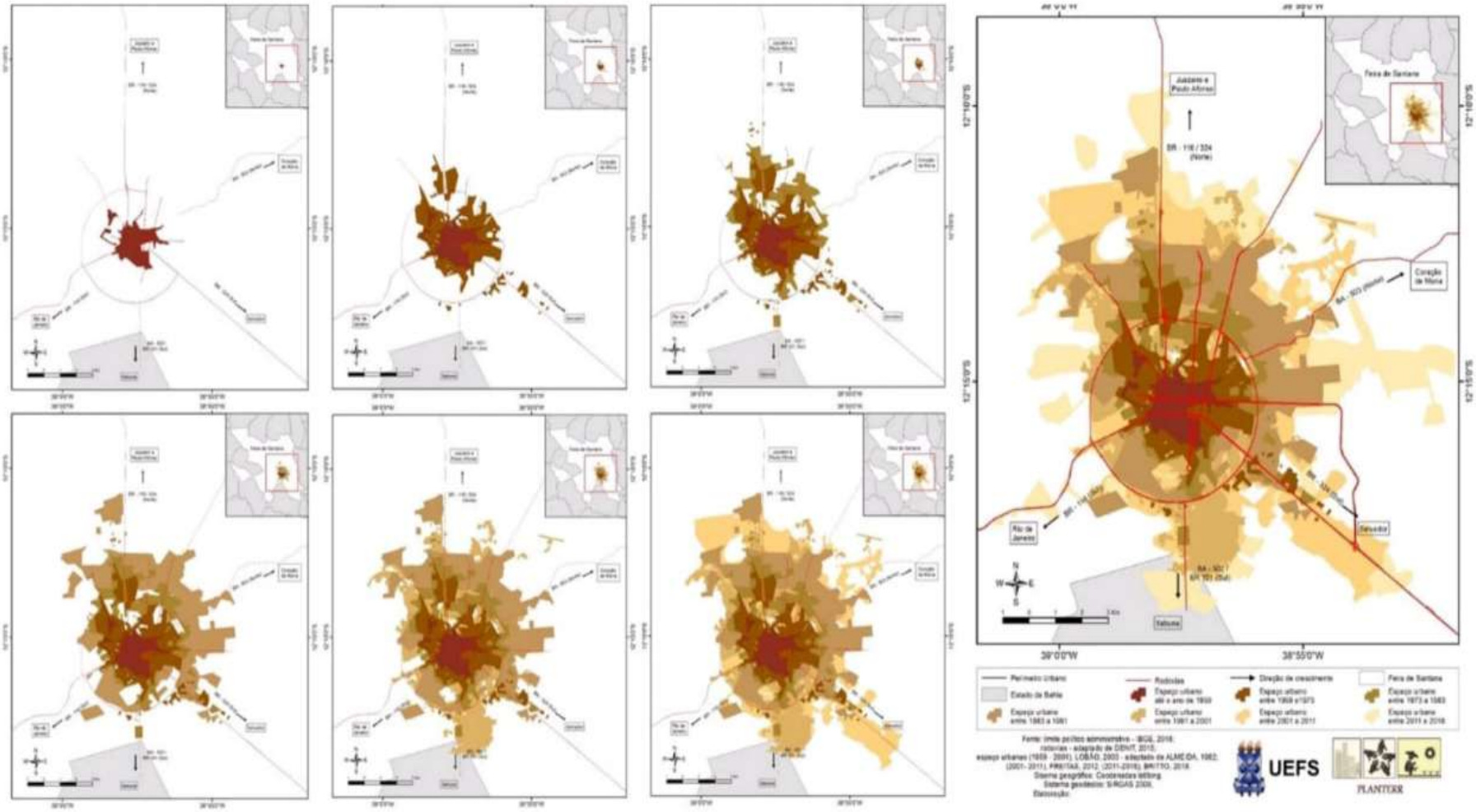
Ao observarmos a ampliação da área urbana em momentos distintos, percebemos não apenas a expansão demográfica, mas ainda transformações significativas na configuração do ambiente construído. Essas mudanças refletem não apenas o aumento da densidade populacional, como impactam a adaptação e a reconfiguração dos espaços urbanos para atender às necessidades e dinâmicas emergentes da sociedade. O padrão arquitetônico utilizado ao longo do tempo nas construções das moradias, suas disposições ao longo das vias, e o interesse por áreas de convivência coletiva e lazer, são ilustrativos desse cenário.

A formação de novos territórios, onde surgem novas áreas residenciais, comerciais e de lazer, está além da ocupação física do espaço, implicando em uma redefinição do significado e da função dos lugares com as aspirações culturais e sociais da comunidade, além das demandas práticas. Portanto, a dinâmica de expansão urbana está igualmente associada à construção de novas formas de uso dos espaços, que envolvem a concepção de áreas verdes; instalação de infraestrutura adequada; criação de espaços de convívio; e oferta de serviços públicos.

Segundo Brito, Santos e Freitas (202), os planos de mobilidade urbana em Feira de Santana têm como um dos orientadores a malha viária. Através dessa é possível direcionar a expansão urbana com base nas vias, definindo as prioritárias e o tipo de circulação de modo a atender toda a extensão do município. Pode-se afirmar que os principais vetores de crescimento da área urbana de Feira de Santana seguem as direções das rodovias. O eixo de crescimento Sul está associado à BA 502/BR 101; o Sudeste à BR 324; o Nordeste à BA 503; e Norte à BR 116/324 como se observa nos mapas de mancha urbana ao longo da história da

cidade. Já o eixo de crescimento Leste se volta para a Avenida Nóide Cerqueira, situada entre os bairros do SIM e a Lagoa Salgada, enquanto o **N**oroeste segue os limites do Pediplano Sertanejo, onde praticamente toda a área urbana de Feira de Santana está situada. (Fig. 21).

Figura 21- Feira de Santana: expansão urbana, entre 1959 e 2018


Feira de Santana
Juazeiro e Petrolina
Cruz das Almas
Cachoeira
Santo Amaro
Conceição do Coité
Rio de Janeiro
Salvador
Tanquinho
Humildes
Ipecaetá
Maria Quitéria
Antônio Cardoso
Irará
Serrinha
Coração de Maria
Tanquinho
Tanquinho
Tanquinho

A expansão da mancha urbana, portanto, implica em uma reelaboração do tecido urbano, buscando promover ambientes mais sustentáveis, inclusivos e adaptados às necessidades dos moradores. Os espaços públicos e privados se modificam nesse contexto de expansão urbana. Novos bairros e empreendimentos trazem consigo diferentes formas de interação social, padrões de mobilidade e modos de experimentar a cidade.

A diversificação das experiências nos espaços públicos, como praças, parques e calçadões contribui para a construção de uma identidade urbana. O crescimento da mancha urbana não é apenas um fenômeno demográfico, mas um processo dinâmico que reflete a evolução e adaptação constantes das cidades. Envolve a apropriação física do solo e o desenvolvimento de novos territórios, marcados pela construção de formas inovadoras de uso, apropriação e vivência dos espaços públicos e privados. Essa transformação contínua é fundamental para o crescimento e a resiliência das cidades diante das demandas em constante mudança da sociedade.

Diante do contexto de expansão urbana das últimas duas décadas, que reformou o modo de morar e conviver nos bairros habitacionais, as circularidades e práticas de lazer juvenis também mudaram. Alunos do grupo focal 2.7 expressaram o que desejavam para os espaços públicos em Feira de Santana:

> Gostaríamos que os espaços públicos em Feira de Santana, principalmente os destinados ao lazer, fossem mais acessíveis e inclusivos para todos. Seria ideal que houvesse uma maior variedade de espaços verdes, como parque e praças, onde os jovens pudessem praticar atividades físicas, encontrar amigos e relaxar. Além disso, espaços culturais, como teatros, cinemas, são importantes para oferecer opções de entretenimento e educação (Grupo focal 2.7).

Uma peculiaridade de considerável importância no contexto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) é a notável ênfase dada ao grupo etário idoso, explicitamente mencionado como alvo de políticas públicas de proteção e inclusão. Essa abordagem reflete uma tendência observada em âmbito nacional, na qual a questão do envelhecimento da população, marcado pelo crescimento significativo do grupo etário a partir dos 60 anos, demanda do poder público uma antecipação estratégica. É necessário implementar políticas de inclusão específicas para esse contingente, considerando tanto medidas de curto quanto de médio prazos. O inciso IV do artigo 15 do PDDU de Feira de Santana aduz:

> Art. 15, IV- garantia do acesso às pessoas idosas, com conforto, autonomia e segurança aos espaços públicos, tendo em vista o crescimento da faixa etária, a partir de sessenta anos, da população de Feira de Santana até o ano de 2028. (PDDU, 2018)

A atenção dedicada aos idosos no PDDU feirense destaca a necessidade de adaptações urbanas e sociais para lidar com os desafios e oportunidades associados ao envelhecimento populacional. Essa abordagem reconhece a importância de garantir espaços públicos acessíveis, serviços adequados e uma infraestrutura que atenda às necessidades específicas desse grupo demográfico. A adequação do planejamento urbano e das políticas públicas torna-se imperativa diante do cenário em que a proporção de idosos continua a aumentar.

Nas falas dos alunos, participantes da pesquisa, foi manifesto, em momentos diversos, que para eles existem restrições e limitações ao uso dos espaços públicos urbanos, como reflexo de questões estruturais e sociais que permeiam esse ambiente. Os próprios estudantes ao afirmar “Gostaria que eles [espaços públicos] fossem seguros, que tivessem diversidade para todos os públicos, que fossem limpos e harmonizados e principalmente que houvesse mais verde pra um melhor ambiente” (Grupo focal 2.12) sinalizam problemas estruturais básicos como limitação ao uso dos espaços públicos.

O grupo juvenil, objeto de estudo, demonstrou diversos elementos que restringem a usos dos espaços públicos urbanos. Essas limitações podem variar, sendo influenciadas por fatores relacionados à implementação de políticas públicas ou à ausência destas.

O primeiro fator, e o mais citado, é a inadequação da infraestrutura. Os espaços públicos ainda não são projetados considerando as necessidades específicas dos jovens estudantes. A falta de áreas de lazer, espaços culturais acessíveis e ambientes seguros pode restringir suas opções de convivência e desenvolvimento. Outro fator é a restrição de horário e acesso, visto que determinadas áreas públicas podem impor isso, limitando a presença dos jovens estudantes em determinados locais durante certas horas do dia, restringindo assim suas atividades recreativas e sociais.

O preconceito gera percepções desfavoráveis em relação a certos grupos juvenis. As concepções sociais e ideias predominantes sobre os jovens frequentemente influenciam as restrições impostas a eles nos espaços públicos. Estereótipos que os retratam como desordeiros, barulhentos e sem limites, resultam em uma vigilância excessiva em alguns locais, baseada em estigmas e preconceitos socioeconômicos e étnico-raciais. Isso é evidente, por exemplo, nos *shopping centers* durante a aglomeração de grupos juvenis para os chamados "rolezinhos" de final de semana, muitas vezes vistos com apreensão e temor infundado. Em 2014, uma onda de protesto contra a vigilância preconceituosa e acirrada contra os jovens de periferia nos *shoppings* tomou conta do Brasil, sendo divulgada em todas as mídias.

> [...] a onda de rolezinhos começou em São Paulo, quando jovens da periferia marcaram através das redes sociais encontros de curtição nos shoppings da grande cidade. A atitude aparentemente ingênua da juventude paulistana revelou, mais uma vez, a face racista da nossa elite, que não tolerando dividir o seu espaço de lazer predileto com os moços e moças das classes populares, disparou toda forma de criminalização dos rolezinhos, desde a mídia até o judiciário. Este último chegou ao ponto de prover pedido de liminar contra a circulação dos jovens nos tais shoppings (Jornal Grande Bahia, 5 fev 2014).

A juventude feirense, também aderiu ao movimento, que à época teve grande repercussão midiática e dividiu opiniões dos frequentadores, consumidores e empresários do empreendimento comercial.

> Durante a última semana, os feirenses, nas redes sociais, não falavam de outra coisa que não fosse o #RolezinhoFSA, marcado para o dia 1º de Fevereiro de 2014. As opiniões eram controversas, mas entre apoiadores, simpáticos e conservadores exaltados, a febre do rolezinho pareceu arrebanhar bastantes jovens que compartilharam e mobilizaram através do banner da página do Levante Popular da Juventude. [...] Grupos de jovens que se amontoavam na entrada da praça de alimentação eram ligeiramente dispersos, a segurança local parecia se preocupar menos com provimento da segurança dos consumidores, e mais com a explosão de uma rebelião. É quando, no mais pacífico dos atos, abre-se uma faixa com a frase que muitos gostariam de ignorar: "O NOME DO SEU MEDO É RACISMO!".(Jornal Grande Bahia, 5 fev 2014).

A decisão dos jovens ao eleger *shoppings centers* como principais locais de encontro é frequentemente atribuída por eles à carência de opções de espaços públicos inclusivos que levem em consideração suas necessidades e interesses específicos. Essa escolha exerce uma influência direta sobre as possibilidades de interação social, vivências culturais e atividades de lazer disponíveis para esses jovens estudantes. Consequentemente, essa preferência contribui para moldar as territorialidades desses sujeitos sociais, uma vez que os espaços escolhidos para encontros passam a desempenhar papel de relevo na definição de suas experiências cotidianas e na construção de conexões sociais significativas no processo de uso e apropriação dos espaços.

Vale ressaltar que a escolha de empreendimento comercial privado, como desejo de espaço de encontro com sua 'galera' ou 'tribo' para lazer juvenil, revela também a necessidade de espaços públicos qualificados para o lazer, bem como equipamentos culturais, esportivos e de lazer que ofereçam possibilidades de usos diferenciados e multifuncionais como preconiza o Plano Diretor da cidade de Feira de Santana.

A principal restrição nos itinerários dos jovens estudantes de Feira de Santana pela cidade e seus espaços públicos está diretamente relacionada aos alarmantes índices de violência e insegurança. Diante das frequentes atividades criminosas, perpetradas por grupos que disputam a imposição ou manutenção de um poder paralelo, essencialmente nos bairros

mais periféricos, os quais parecem ser negligenciados pelas autoridades públicas, os jovens enfrentam o desafio constante de evitar conflitos de interesses com outras comunidades ou grupos envolvidos em atividades ilegais. Nesse cenário, a simples ida à escola torna-se um desafio que coloca em risco a educação e a própria sobrevivência dos jovens, evidenciando a complexidade e a urgência na abordagem dessa problemática. As professoras Mirela Iriart e Denise Laranjeira (2017), sobre cartografia de circuitos culturais juvenis em Feira de Santana, fizeram uma descrição aplicável à maioria dos bairros e jovens de periferia da cidade:

> Os bairros periféricos visitados pela equipe de pesquisa (Bairro da Fraternidade e Feira VII), onde residem alguns dos jovens colaboradores, são semelhantes a tantos outros bairros, característicos de uma urbanização excludente, tão comum à América Latina. A quase ausência de equipamentos de cultura e lazer, as ruas em sua maioria sem asfalto, o transporte precário (colaborando para o confinamento e segregação), o estigma da violência (reforçado pela mídia), diante da insegurança, do crime organizado e das drogas, que concorrem para a morte prematura de jovens. Por outro lado, rompendo os estigmas, as ações juvenis, espontâneas ou organizadas, suas múltiplas linguagens vão preenchendo de novos sentidos os espaços físicos e simbólicos (Iriart; Laranjeira, 2017, p.1).

Feira de Santana conta com políticas públicas favoráveis aos grupos juvenis, como se pode ver no PDDU e em leis complementares que visam promover segurança, bem-estar, lazer e cultura a todos os recortes etários. Não há de se falar de negligência legal no quesito combate à violência em Feira de Santana. Existe um aparato legal que subsidia o combate à violência, a exemplo da Lei Complementar N. 125, de 25 de novembro de 2019, que preconiza um aparato específico para o desenvolvimento de políticas municipais contra a violência:

> Art. 1º A Secretaria Municipal de Prevenção à Violência e Promoção dos Direitos Humanos, integrante do Poder Executivo Municipal, criada pela Lei nº 3.005, de 05 de outubro de 2009, com a alteração promovida pela Lei nº 3.312, de 09 de maio de 2012, passa a denominar-se SECRETARIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA.
> Art. 2º O caput do artigo 2º e os incisos II, IX e XII, da Lei Municipal nº 3.005/2009, passam a viger com a seguinte redação:
> Art. 2º A Secretaria Municipal de Prevenção à Violência tem por finalidade coordenar, orientar, supervisionar, controlar, e executar as ações da Administração Municipal na área de segurança, bem como a atuação dos órgãos públicos municipais de forma articulada, priorizando nas políticas públicas urbanas a prevenção à violência e minimização das consequências às vítimas, e preservação da segurança e integridade do patrimônio e serviços públicos municipais, de acordo com as atribuições ora estabelecidas, competindo-lhe:
> II - executar as políticas públicas concernentes ao combate à violência e preservação da integridade do patrimônio e dos serviços públicos municipais, integrando-as com as demais políticas sociais do Município que estejam de qualquer forma relacionadas à matéria de prevenção à violência e consequente manutenção da segurança na cidade;
> IX - elaborar o Plano Municipal de Prevenção à Violência;

> XII - realizar ou compartilhar com outros entes federativos, bienalmente, a Conferência Municipal de Segurança Pública;"

Os esforços do poder legislativo na criação de leis e da administração pública municipal, liderada pelo poder executivo, têm revelado insuficiências diante da complexa realidade que impacta as relações dos jovens com os espaços públicos de Feira de Santana. Compreende-se que ultrapassar as restrições que trazem limitações às vivências dos jovens estudantes requer uma abordagem abrangente. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas; o planejamento urbano sensível às necessidades da juventude; a promoção de espaços seguros; e a desconstrução de estigmas sociais associados aos jovens.

É fundamental reconhecer a importância da representação juvenil na formulação dessas soluções, assegurando que suas perspectivas e necessidades sejam devidamente contempladas. Isso destaca a necessidade de uma colaboração efetiva entre os jovens e as instâncias responsáveis pela elaboração e implementação de políticas, visando criar ambientes urbanos mais inclusivos, seguros e propícios ao estabelecimento salutar de circuitos juvenis e estabelecimentos das territorialidades das juventudes em Feira de Santana.

Os poucos espaços públicos de lazer e entretenimento da cidade hoje são obras de governos que desejaram construir marcos para seu legado político. Para Sobarzo (2006), as distintas administrações municipais buscam imprimir suas "marcas" no espaço público, utilizando-o como uma espécie de "moeda de troca" em estratégias eleitorais. Nesse contexto, as inaugurações e reinaugurações de calçadas, parques, praças e outros elementos do ambiente urbano, raramente são realizadas como ações inerentes e responsáveis da gestão municipal. Pelo contrário, essas obras são apresentadas como materialização da atenção especial e capacidade exclusiva da autoridade governamental. Dessa forma, a obra é personalizada e o voto se torna comprometido, perpetuando as relações históricas de patrimonialismo e clientelismo que têm permeado a sociedade brasileira desde os tempos coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES

No decorrer das análises, torna-se evidente que a juventude é uma categoria multifacetada, em constante busca por estabelecer suas próprias formas de sociabilidades a partir das vivências e experiências cotidianas. A relação dos jovens estudantes com os espaços públicos nas grandes cidades, como Feira de Santana, revela-se um fenômeno complexo e multifacetado, refletindo tanto as dinâmicas urbanas quanto as experiências individuais desses jovens. Nesses ambientes urbanos, os espaços públicos desempenham um papel decisivo como ambientes propícios para a construção de identidade, socialização e expressão cultural nos circuitos juvenis.

Durante seus percursos diários, os jovens, seja em grupos ou individualmente, vivenciam a cidade por meio dos circuitos frequentados durante suas movimentações, especialmente nos espaços urbanos. No entanto, esses itinerários urbanos são moldados por uma série de fatores, tanto de ordem pública quanto privada, que influenciam e delineiam o estabelecimento das territorialidades juvenis na cidade.

Compreendemos que as demandas e anseios dos jovens estudantes do ensino médio podem ser orientados por ações provenientes de políticas públicas de inclusão e incentivo ao desenvolvimento sociocultural, planejadas especificamente para essa faixa etária. Nesse sentido, é essencial reconhecer o papel das políticas públicas na promoção de ambientes urbanos mais inclusivos, que atendam às necessidades e aspirações dos jovens, contribuindo para a construção de uma cidade adaptada às suas vivências e expectativas, uma vez que para os jovens, os parques, praças, centros culturais e outros locais públicos se transformam em palcos para encontros sociais, atividades recreativas e manifestações culturais.

Os espaços públicos oferecem oportunidades para a criação de memórias compartilhadas, fomentando um senso de pertencimento e conexão com a cidade. Todavia, a relação dos jovens com os espaços públicos também é influenciada por desafios específicos das grandes cidades, como a densidade populacional, a competição pelo uso desses espaços e as questões de segurança. Problemas como a superlotação ou a falta de infraestrutura adequada pode limitar a qualidade da experiência desses estudantes nos espaços urbanos. Do

mesmo modo, a precariedade da mobilidade urbana por transporte público, principalmente, interfere significativamente na relação dos jovens com os espaços públicos.

O acesso fácil e eficiente a diferentes partes da cidade pode ampliar as oportunidades de exploração e participação em diversas atividades. A crescente digitalização também molda a relação dos jovens estudantes com os espaços públicos nas grandes cidades. O uso de tecnologia móvel e redes sociais podem influenciar a forma como eles percebem e interagem com esses espaços, muitas vezes integrando o virtual e o físico de maneiras inovadoras, a exemplo da formação de rede de encontros, prática de esportes, usando tal recurso para facilitar a mobilidade a partir de aplicativos de transporte. Ao reconhecer a importância dos espaços públicos na formação das experiências juvenis, é possível criar cidades que atendam às necessidades e aspirações dessa significativa parcela da população.

Diante desse cenário, são apresentadas proposições para abordagens mais inclusivas e participativas no planejamento urbano, enfatizando a importância da promoção de espaços de diálogo e participação dos jovens nesse processo. Sugere-se a revisão e atualização das diretrizes relacionadas aos espaços públicos e às práticas juvenis, bem como a integração de projetos e programas que incentivem e valorizem a participação ativa dos jovens nos espaços públicos da cidade.

Para que as pessoas usufruam e se apropriem dos espaços públicos, considerando a função social das cidades, é imperativo que esses locais ofereçam o máximo de conforto, bem-estar e segurança. Nessa perspectiva, os espaços desempenham papel fundamental como palco para o desenvolvimento de relações interpessoais entre grupos de diferentes idades e identidades.

A partir das demandas apresentadas pelos estudantes do ensino médio, colaboradores da pesquisa, destacam-se pontos essenciais a serem considerados na construção de espaços públicos que promovam as sociabilidades e o bem-estar. Idealmente, as políticas públicas voltadas para a vida nas cidades devem incorporar, na prática, ações como educação para o trânsito, visando instruir pedestres e motoristas sobre precaução e cordialidade. Nesse contexto, o poder público municipal, através da autarquia de trânsito, busca disciplinar o tráfego por meio de fiscalização eletrônica e aplicação de multas.

O quesito mais apontado foi a segurança nos espaços públicos como essencial para que as pessoas se sintam protegidas ao realizar atividades diurnas e noturnas, sendo necessário reforçar a iluminação e o patrulhamento policial, especialmente em bairros mais periféricos. Estes espaços precisam, também, como medida de segurança, de proteção contra condições climáticas adversas, como calor, chuva e vento, durante atividades ao ar livre que

podem ser alcançadas por meio da criação e manutenção de áreas verdes, contribuindo para amenizar o calor característico da região, assim como a poluição.

A construção e manutenção de espaços adequados para caminhadas, com superfícies e acessos adaptados, permitem que pessoas com deficiência física também desfrutem desses locais. A criação de espaços de permanência, onde os transeuntes possam apreciar fachadas e paisagens urbanas por grandes intervalos de tempo, também é essencial.

Os contornos e assentos suficientes não apenas organizam a circulação das pessoas, mas também estabelecem funções específicas para os lugares, como descanso, lazer e leitura. Propiciar locais de lazer e encontro, com oportunidade para conversar, requer mobiliário urbano que convide e promova a interação entre as pessoas com baixos níveis de ruído que permitam conversas sem interrupções.

Locais para se exercitar visam incentivar um estilo de vida menos sedentário e mais saudável, atendendo ao critério que estabelece que os espaços públicos devem garantir acesso a equipamentos esportivos para todos os cidadãos. A busca por uma boa experiência sensorial nos espaços públicos, com bons acessos e pontos de encontro com a natureza, através da presença de animais, cursos de água, árvores e outras plantas, contribui para enriquecer a vivência urbana.

É importante destacar, primeiramente, que esta pesquisa não esgotou o tema, pelo contrário, abriu um leque de possibilidades para novas abordagens sobre a temática. Delimitando seu escopo ao grupo etário juvenil, composto por estudantes do ensino médio no ano de 2023, a pesquisa foi orientada pelas narrativas desses jovens e suas percepções sobre a cidade durante seus trajetos diários. O que pode ser relevante para um indivíduo adulto ou de outra faixa etária pode não ser aplicável ao contexto das vivências dos jovens e adolescentes do ensino médio.

Após ouvir as reflexões dos jovens estudantes sobre suas interações com os espaços públicos urbanos, observar os locais frequentados por grupos juvenis em seus deslocamentos pela cidade, e analisar os documentos legais sobre o ordenamento urbano de Feira de Santana, como a Lei Orgânica e o PDDU, algumas ponderações surgiram.

Os pontos sinalizados pelos jovens estudantes feirenses como causadores de restrições às suas circularidades e ao uso dos espaços urbanos conforme desejado são percebidos e destacados a cada quatro anos, quando as questões municipais ganham destaque devido às eleições municipais. Há uma coincidência entre os problemas apresentados pelos participantes desta pesquisa e as promessas feitas por todos os envolvidos no processo eleitoral.

Em segundo lugar, os anseios dos jovens sobre o espaço público urbano são mais abrangentes, aplicáveis a qualquer cidadão, do que específicos da faixa etária jovem. A principal deficiência indicada na cidade de Feira de Santana foi a segurança pública, especialmente nos bairros periféricos, a iluminação precária em áreas consideradas de baixa renda e distantes do centro urbano, a falta de equipamentos públicos adequados para uso noturno, e a descentralização desses equipamentos de lazer e cultura, distribuindo-os por diversos bairros da cidade. Atender às demandas expressas pelos grupos juvenis certamente teria impacto na qualidade de vida de todos os cidadãos, independentemente de sua faixa etária.

Assim, propõe-se uma atenção mais cuidadosa à implementação das políticas públicas voltadas para viabilizar o uso dos espaços públicos urbanos pelos cidadãos, fomentando as sociabilidades dos diferentes grupos sociais. O que pode parecer apenas um desejo por espaços de lazer deve, para se concretizar, atender às garantias preconizadas na legislação sobre o dever social das cidades, presentes na Lei Orgânica municipal, no Plano Diretor da cidade, no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) e, principalmente, na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, as políticas públicas já existem em Feira de Santana; resta agora resolver ou remover os obstáculos que impedem sua efetivação com eficiência e eficácia

Esta dissertação é o resultado da busca por explicações mais aprofundadas sobre a relação de aspectos particulares do comportamento juvenil e o contexto de suas relações e circularidades. Neste sentido coaduna-se com Sposito (2009) ao afirmar que os estudos sobre juventude têm como propósito subsidiar a formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que atendam de maneira eficaz esse público no contexto da escola pública. Simultaneamente, o estudo visa promover a interação entre a comunidade acadêmica e outros agentes envolvidos nos processos educacionais e na produção de conhecimento relacionado aos estudantes do Ensino Médio. Isso se justifica pelo entendimento de que a produção de conhecimento e informações acerca da juventude não se restringe ao ambiente universitário. Nos últimos anos, institutos de pesquisa privados, organizações não governamentais e entidades públicas têm desempenhado um papel significativo nesse campo. Embora a relevância e a qualidade desses estudos ainda necessitem de avaliação, é inegável que, de alguma forma, não apenas oferecem diagnósticos ou retratos da juventude, como ativamente contribuem para a construção de uma imagem dos jovens no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-relacoes-Etnico-Raciais.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/03**: Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BARROS, José D'Assunção. "Cidade" e "Cultura" – considerações sobre uma relação complexa. **Revista de História Regional** 16(1): 100-118, Verão, 2011 Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ojs,+Artigo-4-16(1)JoseD_'Assunc%CC%A7aoBarros%20(3).pdf Acesso em: 06 ago.2023

BRITTO, Ákila Soares de; SANTOS, Janio; FREITAS, Nacelice Barbosa. Mobilidade e forma urbana: Feira de Santana-Ba e a estrutura viária. Ciência Geográfica. **Bauru** - XXV - Vol. XXV- (1): Janeiro/Dezembro - 2021 Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_1/agb_xxv_1_web/agb_xxv_1-19.pdf Acesso em: 09 nov. 2023

CALDEIRA, Bárbara. Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade. In: FREITAS. Viviane Gonçalves(Org.) **Intelectuais negras**: vozes que ressoam. Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, cidade e território: esboços de uma geografia das juventudes. **I Seminário Juventudes e Cidades. Universidade de Juiz de Fora,** Juiz de Fora. 2011. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-

content/uploads/sites/338/2019/09/JUVENTUDE-CIDADE-E-TERRIT%C3%93RIO-ESBO%C3%87OS-DE-UMA-GEOGRAFIA-DAS-JUVENTUDES.pdf Acesso em: 20 dez. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades.** v. 1, n. 1, 2004, pp. 11-30. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12527-Texto%20do%20artigo-47270-1-10-20210817.pdf Acesso em: 06 ago. 2023.

CASTRO, Janio Roque Barros de. As potencialidades culturais de pequenas cidades e a busca da centralidade regional no recôncavo baiano. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro - RJ Maio de 2011 Disponível em: https://anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT6-1211-888-20110106215543.pdf Acesso em: 10 jun. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza**. A Geografia escolar e a cidade**. Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3ª ed. Editora Papirus. Campinas, SP. 2012.

____. A cidadania, o direito a cidade e a geografia escolar - Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 41-55, 1999. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123346. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123346. Acesso em: 10 jun. 2023.

CAVALCANTE, Márcia Koboldt. Currículo, culturas juvenis e formação de professores. In: _____; SOUZA, Rui Antônio de. **Culturas Juvenis dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de História**, Juiz de Fora,v. 17, n.02p. 145-159, 20. Juiz de Fora 2011. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352/10774 Acesso em: 09 maio 2023.

_____. Condição juvenil em tempo de incerteza: experiência em grande empreendimento habitacional. **GeoTextos**, vol. 14 n. 2, dezembro 2018. C. Cassab. 13-34. Juiz de Fora. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/27687-Texto%20do%20Artigo-102318-1-10-20181218.pdf Acesso em: 09 maio 2023.

_____. **Juventudes e Territórios**: impasses da política habitacional, Editora UFJF. Rio de Janeiro, 2021.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. EDUFBA, Salvador, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16713. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. As questões identitárias e as especificidades culturais da Bahia expressas na literatura e na musicalidade: um olhar geográfico. **GeoTextos**, vol. 10, n. 1, jul. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9332/8413. Acesso: 30 Nov. 2023.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos Epistemológicos da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural:** um século (3), Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

COELHO NETO, Agripino Souza. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: AMORIM, Ivonete Barreto de; SILVA, Ana Margarete Gomes da; CASTRO, Selma Barros Daltro de. (Orgs.). **Educação, Territorialidade e Formação Docente**: contextualizando pesquisas. EDITORA CRV Curitiba - Brasil 2016.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. *In:* _____ (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Disponível em: https://docsbarraespartana.files.wordpress.com/2012/03/dayrell-juarez-multiplos-olhares-sobre-educacao-e-cultura.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educ. Soc**., Campinas, v. 28, n.100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020

DIAS, Laerte Freitas. **Da expansão urbana às transfigurações socioambientais: risco e vulnerabilidade em Feira de Santana, Bahia**. 2023. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/17556. Acesso em: 09 nov. 2023.

FEIRA DE SANTANA. **Lei N. 37/90** - Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, e Proposta de Emenda nº 54/2003. 1990. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/lei-organica-feira-de-santana-ba Acesso em: 21 jul. 2023

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar Nº 117**, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU 2018 e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-feira-de-santana-ba Acesso em: 21 jul. 2023

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar Nº 125, de 25 de novembro de 2019**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2019/13/125/lei-complementar-n-125-2019-altera-a-denominacao-e-a-estrutura-da-secretaria-municipal-de-prevencao-a-violencia-e-promocao-dos-direitos-humanos-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias Acesso em: 21 jul. 2023

FROIS, Rafael. **Fala Juventude: a relação dos jovens de bairros populares com os eventos e equipamentos de esporte, lazer e cultura no espaço urbano da cidade de Belo Horizonte**. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7EH3G Acesso em: 25 nov. 2023

GATTI, B. A. **Grupo focal nas pesquisas em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 out. 2022

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt. Acessado em: 16 out. 2021.

HAJE, Lara. Estudo do UNICEF identificou 35 mil mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes no Brasil. **Agência Câmara de Notícias**. Câmara dos Deputados –BR. 10/05/2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/873536-estudo-do-unicef-identificou-35-mil-mortes-violentas-intencionais-de-criancas-e-adolescentes-no-brasil/#:~:text=A%20grande%20maioria%20das%20v%C3%ADtimas%20s%C3%A3o%20adolescentes%20de%2015%20e%2019%20anos. Acesso em: 30 nov. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. Disponível em: http://www.eduff.uff.br/ebooks/Des-territorializacao-e-identidade.pdf. Acessado em: 16 out. 2021

_____. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. **Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997. Disponível em: http://www.eduff.uff.br/ebooks/Des-territorializacao-e-identidade.pdf. Acesso em: 16 out. 2021

_____. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em: 16 out. 2021

_____. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. *In:* SERPA, A. (Org). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/bk/pdf/serpa-9788523211899.pdf.Acesso em: 16 out. 2021

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. 2001. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf Acesso em: 10 jun. 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html Acesso em: 02 jul. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relatório de Pesquisa. Governança Metropolitana no Brasil - 2015.** Brasília: Ipea; IBGE, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/relatorio_1.1_revisao_final_salvador.pdf Acesso em: 20 nov. 23

IRIART, Mirela Figueiredo. e LARANJEIRA, Denise Helena Pereira. Pesquisando nas fronteiras: cartografia de circuitos culturais juvenis em Feira de Santana-BA/Brasil. **Densidades,** vol.14. Rio de Janeiro, mar., 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822017000100004 Acesso em: 08 de nov. 2023.

JORNAL GRANDE BAHIA. **Rolezinho mobiliza jovens no Shopping Boulevard Feira de Santana**. 5 de Fevereiro de 2014 Bahia, Brasil. Disponível em:

https://jornalgrandebahia.com.br/2014/02/rolezinho-mobiliza-jovens-no-shopping-boulevard-feira-de-santana/ Acesso em: 21 jul 2023.

.

LEFEBVRE, H. A **Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: a productionde l'espace. 4 ed. Paris: Editions Anthropos, 2006.

____. **O Direito à Cidade.** 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MAURER, Michele Silva; ALVES, Rafael de Oliveir; VILARINO, Maria Terezinha Bretas (orientadora). A contribuição de Juarez Dayrell para o estudo interdisciplinar sobre a juventude. **V Congresso Nacional de Educação**. Universidade Vale do Rio Doce –Univale, Recife- Pernambuco, 2018. Disponível em: ttps://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45615 Acesso em: 10 jun. 2023.

MELO, Mônica Aparecida Soares Silva de. **Juventude e espaço urbano [manuscrito]:** cursos da vida dos jovens da periferia de baixa renda na cidade de Montes Claros-MG. Montes Claros, 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2015.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F . **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf Acesso em: 30 jun. 2022

MOSER, G. (2018). Psicologia ambiental: as relações do ser humano com o seu ambiente. (trad. L. Cacais & I. Günther). (original 2009). **Capítulo 5: Territórios partilhados e espaços,** v. 04, 2016 Disponível em: https://psiambiental.files.wordpress.com/2016/05/moser-cap-05.pdf Acesso em: 23 nov. 2023.

OLIVEIRA, Vitor Hugo Nadel. OLIVEIRA, Leonardo Brião. As Juventudes Escolarizadas e a Cidade: Um Estudo de Caso. **Rev. FSA,** Teresina, v. 19, n.8, art. 13, p. 267-288, ago. 2022. Disponível em: As Juventudes Escolarizadas e a Cidade - Um Estudo de Caso.pdf Acesso em: 19 out 2023.

_____. **Jovens olhares sobre a cidade: lugares e territórios urbanos de estudantes porto-alegrenses** Tese de Doutorado em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/16611/1/000498041-Texto%2bcompleto-0.pdf Acesso em: 25 Nov. 2023.

____. (Org.) **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256855/001166649.pdf?sequence=1 Acesso em: 20 jun. 2023

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf Acesso em: 20 jun. 2023.

SALVADOR. **Lei n° 6.742/2005**. Lei Orgânica do município de Salvador. 2005. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2005/675/6742/lei-ordinaria-n-

6742-2005-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-do-salvador-e-da-outras-providencias Acesso em : 21 jul. 2023

SALVADOR. **Lei nº 9069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba Acesso em: 21 jul. 2023.

SANTO, Sandra Medeiros; SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima;. SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; FERNANDES. Rosali Braga. Planejamento urbano de Feira de Santana (Ba): comparação entre os planos diretores de 1968 e 2000. **Revista Geográfica de América Central,** número especial. EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17 Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820434.pdf Acesso em: 09 nov 2023.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana**, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940-2010), 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Sandra%20MEDEIROS%20SANTO%20(3).pdf Acesso em: 30 nov. 2022

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo. Hucitec, Edusp, 1978. SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979..

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

SAQUET. Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS: Concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs. Acesso em: 06 ago. 2023

SERPA, Ângelo. Espaço Público e acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEQUSP Espaço e Tempo,** n° 15 São Paulo, 2004. Disponível: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/123865-Texto%20do%20artigo-233411-1-10-20161208.pdf Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, agosto. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/125427. Acesso em: 02 nov. 2021.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992 Acesso em: 30 nov. 2022

____. Espaço público. In: SPOSITO, Eliseu. **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Unesp, 2017.

SPOSITO, M. P. (Coord.). O estado da arte sobre juventude na pósgraduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v.1-2. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8.+Alexandre+Santos+-+Resenha+final.pdf Acesso em: 21 jul. 2023.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo. Difel. 1980.

____. **Espaço e Lugar**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo, Difel, 1983.

____. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade,** v.01, n.01. Inverno. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-EspacoTempoLugarUmArcaboucoHumanista-4020648.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis. Territórios e redes de sociabilidade**. Tese de doutorado. Presidente Prudente. 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105044 Acesso em: 05 fev. 2022.

_____. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. Paco Editorial, Jundiaí, 2012.

VASCONCELOS, Paulo Sérgio Souza. **Espaços comunitários para a infância e a juventude na contemporaneidade da "terra brasilis":** o potencial na construção de cidades educadoras. Dissertação de Mestrado em Teologia (Educação Comunitária com Infância e Juventude). Escola Superior de Teologia. São Leopoldo – Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: 2014https://escoladeconselhos.ufrpe.org/wp-content/uploads/2017/05/ESPA%C3%87OS-COMUNIT%C3%81RIOS-PARA-A-INF%C3%82NCIA-E-A-JUVENTUDE-NA-CONTEMPORANEIDADE-DA-TERRA-BRASILIS-O-POTENCIAL-NA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-CIDADE-EDUCADORAS-1.pdf.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SUJEITO LOCAL

Jovens feirenses: um perfil de suas circularidades no espaço urbano

Olá!

Estou estudando sobre a juventude,
concluindo um mestrado pelo PRORT- UNEB, a pesquisa em curso sob o título "As territorialidades juvenis na cidade de Feira de Santana: leituras dos estudantes do ensino médio", pesquiso diferentes circularidades e apropriação dos espaços públicos pela juventude na referida cidade. .

Gostaria de traçar um perfil dos
jovens e das suas circularidades nos espaços públicos urbanos de Feira de Santana. Considerando o exposto, gostaria de contar com a gentileza de cooperação.

Você não é obrigado a responder,
mas, eu gostaria muito que contribuísse com nossa pesquisa, isso pode ajudar a melhorar as políticas públicas para a juventude feirense.

Você não precisa se identificar!!

Obrigada!

Pró Helieneidy Carvalho

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 14 anos ou 15 anos
- ◯ 16 ou 17 anos
- ◯ 18 a 21 anos

2. Você se identifica como: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Masculino
- ◯ Feminino
- ◯ Não quero responder
- ◯ Não me identifico com estas opções

3. Quanto sua etnia/ raça, você se identifica como: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Branco(a)
- ◯ Pardo(a) (moreno em todos os tons)
- ◯ Negro(a)
- ◯ Amarelo(a) (asiático)

Isso é tudo por agora

4. Sua família mora em casa: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Própria
- ◯ Alugada
- ◯ De parente

5. Você mora com quantas pessoas na mesma casa? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1 a 3
- ◯ 4 a 6
- ◯ 7 ou mais
- ◯ Moro sozinho

6. 1. A renda de sua família em casa é: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Até R$ 3.000,00
- ◯ Acima de R$ 3.000,00
- ◯ Acima de R$ 5.000,00
- ◯ Não sei responder

7. *

Você segue alguma pratica religiosa , ou convive com algum grupo religioso?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim. Religiões de matriz africana
- ◯ Sim. Religiões Cristãs
- ◯ Sim. Religiões orientais
- ◯ Não pratico, nem convivo com nenhum grupo religioso
- ◯ Sim. Outras práticas religiosas

8. Você pratica alguma atividade física? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

9. Você mora no município de Feira de Santana? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

Isso é tudo por agora

10. Qual bairro ou Distrito você mora? *

_____

11. Que tipo de transporte você utiliza para ir à escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Ônibus ou Van
- ◯ Veículo motorizado próprio
- ◯ Bicicleta
- ◯ Vou a pé

12. Quanto tempo dura o percurso de sua casa para a escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de 15 min
- ◯ De 15 a 30 min
- ◯ Mais de 40 min

13. *

Onde você estudou o Ensino Fundamental 2?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Escola da rede municipal
- ◯ Escola da rede estadual
- ◯ Escola da rede privada

14. Você exerce ocupação remunerada com bolsa ou salário? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

15. Em qual série você estuda atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1ª série do Ensino Médio
- ◯ 2ª série do Ensino Médio
- ◯ 3ª série do Ensino Médio

16. Com quem você **mais** sai para se divertir? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sozinho
- ◯ Com amigos
- ◯ Com a família
- ◯ Não saio

Isso é tudo por agora

17. Qual horário você mais sai pra se divertir? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Manhã
- ◯ Tarde
- ◯ Noite
- ◯ Qualquer horário

18. Quando você sai, em seu tempo de lazer, que tipo de transporte usa? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Ônibus ou Van
- ◯ Veículo motorizado próprio
- ◯ Bicicleta
- ◯ Vou a pé

19. Você se diverte **mais com seus amigos**: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Em casa ou no próprio bairro/ condomínio
- ◯ Vou para espaços privados como cinema, teatro, bares, shopping ou club, igreja ou templo religioso
- ◯ Vou para parques, jardins, praças, ruas, quadras esportivas (espaços público)
- ◯ Todas as opções

20. Existe algum lugar que você tem receio, medo ou é proibido de ir? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

21. Você sente liberdade para frequentar qualquer espaço público da cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

22. Qual o espaço público de Feira de Santana que você frequenta ou gostaria de frequentar? *

_____

_____

_____

_____

_____

Isso é tudo por agora

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET/*Campus* I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais

JUVENTUDES E ESPAÇOS PÚBLICOS: reflexões teóricas para debate

MESTRANDA: Helieneidy Ribeiro Carvalho
ORIENTADOR: Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro
PARECER CEP Nº: 6.429.522

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. PERFIL DO ENTREVISTADO

QUAL SUA IDADE? _____
EM QUAL BAIRRO VOCÊ MORA? _____
VOCÊ ESTUDA NA _____SÉRIE _____ NO TURNO_____
QUAIS TRANSPORTES VOCÊ USA PARA SE LOCOMOVER PELA CIDADE?
_____
_____
_____
VOCÊ TRABALHA? _____ QUAL HORÁRIO? _____

VOCÊ TEM ALGUMA RELIGIÃO OU CRENÇA? _____ QUAL? _____

VOCÊ MORA COM QUANTAS PESSOAS NA MESMA CASA? _____

VOCÊ SE CONSIDERA: BRANCO ( ) PARDO ( ) PRETO ( ) INDÍGENA ( ) ASIÁTICO ( )

II. CIRCULARIDADES E DINÂMICAS ESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO

"Vamos pensar na cidade de Feira de Santana, lembre-se de como você circula nos espaços públicos urbanos..."

DURANTE A SEMANA:

1. QUAIS OS LUGARES QUE VOCÊ FREQUENTA? (ONDE FICA MAIS TEMPO?)
2. PORQUE VOCÊ FREQUANTA ESSES LUGARES?
3. EXISTE ALGUM LUGAR NA CIDADE QUE TE ATRAI? QUAL LUGAR E PORQUE?
4. COMO VOCÊ CIRCULA PELA CIDADE? (SOZINHO, COM AMIGOS, COM A FAMÍLIA)
5. AS PESSOAS OU GRUPOS COM QUEM VOCÊ ANDA DURANTE A SEMANA SÃO SEMPRE AS MESMAS?
6. VOCÊ TEM UMA 'TRIBO' TURMA, GALERA OU GRUPINHO DE AMIGOS?

7. ONDE É O PONTO DE ENCONTRO MAIS FREQUENTE? (ONDE SE ENCONTRAM PRA SAIREM JUNTOS?)
8. VOCES INTERAGEM COM OUTROS GRUPOS DE FAIXA ETÁRIA DIFERENTES? _____COMO?
9. VOCÊ CIRCULA NA CIDADE DA MESMA FORMA DURANTE O DIA E A NOITE, AO LONGO DA SEMANA?
10. QUAIS OS LUGARES PODEM SE CONSIDERADOS "PERIGOSOS OU PROIBIDOS" NA CIDADE?

FINAL DE SEMANA

11. COMO VOCE CIRCULA, NA CIDADE, NOS FINAIS DE SEMANA OU FERIADOS? (PARA ONDE VAI? COM QUEM? COMO?)
12. SE VOCÊ TIVESSE O PODER DE FAZER UMA INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE FEIRRA DE SANTANA, O QUE VOCÊ MUDARIA NOS LUGARES QUE FREQUENTA?

APÊNDICE C: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PAIS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Direcionado aos pais/responsáveis)

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade no: _____

Sexo/Gênero: F ( ) M ( ) Outro ( ) _____ Idade: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Telefone: (__) _____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: "AS TERRITORIALIDADES JUVENIS NO ESPAÇO URBANO DE FEIRA DE SANTANA"

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Helieneidy Ribeiro Carvalho
Cargo/Função: professor

3. PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: Número do Parecer: 6.429.522

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O seu filho ou o menor sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **"AS TERRITORIALIDADES JUVENIS NO ESPAÇO URBANO DE FEIRA DE SANTANA**", desenvolvida pela pesquisadora Helieneidy Ribeiro Carvalho – sob orientação do professor Dr. Jânio Roque Barros de Castro.

Esta pesquisa irá investigar os alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana buscando compreender como eles constroem suas territorialidades no espaço urbano da cidade.

Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos saber como os jovens, estudantes Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, desenvolvem suas relações com os espaços públicos, quais são suas experiências na circulação pela cidade de Feira de Santana. Também queremos saber o grupo de jovens, analisado, frequentam no decorrer de suas atividades cotidianas de estudo, trabalho e lazer, bem como os lugares que lhes são "proibidos", buscando compreender como eles se apropriam e também modificam os espaços. Outro objetivo é perceber como o poder público desenvolve suas políticas em relação as demandas da juventude da cidade, considerando questões como uso e apropriação de espaço público, por grupos de jovens estudantes do Ensino Médio.

O convite para a participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade se deve à condição de estudante do diurno do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, compondo o grupo de colaboradores da pesquisa, com faixa etária entre 14 e 18 anos matriculado no citado colégio.

Neste estudo de caso, serão utilizados instrumentos como entrevistas e observações dos jovens estudantes no estabelecimento de suas relações identitárias, nas áreas comuns, e de convivência do colégio, com o objetivo de traçar um perfil, sociocultural, desses estudantes, bem como mapear suas circularidades. Caso você permita que o seu filho ou o menor sob sua responsabilidade colabore com esta pesquisa, ele será convidado a participar de uma entrevista pessoalmente com a pesquisadora, a responder a um questionário(sem identificação pessoal) no *Google Forms* (questionário recebido por e-mail ou *Whatsapp*) sobre questões do seu próprio cotidiano, sem questões de cunho ideológico, não oferecendo riscos de divulgação dos dados coletados, uma vez que a identificação (registro do nome completo) dos mesmos não é requisito para uso dos dados coletados. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. O tempo previsto para a participação dele é de aproximadamente 20 minutos.

Os riscos relacionados com a participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade são mínimos, podendo haver desconforto diante de alguma pergunta que remeta a algum momento do cotidiano que faça emergir lembranças ruins, entretanto, para precaver e minimizar a ocorrência destes riscos, o entrevistado terá ciência que pode não responder a qualquer pergunta durante a entrevista, sem necessidade de explicar o motivo. Ao final dessa pesquisa, tenho como intenção

poder traçar o perfil do jovem estudante do ensino médio, aluno do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, em suas relações identitárias, suas demandas nas relações de usos e apropriação dos espaços públicos, e circularidades urbanas. Queremos pesquisar os documentos institucionais, a exemplo do Plano Diretor Urbano de Feira de Santana, que abordam a questão das políticas públicas para juventude na cidade de Feira de Santana, considerando questões como uso e apropriação de espaço público. Assim, a participação de seu filho ou menor sob sua responsabilidade, contribuirá com a compreensão das necessidades dos jovens em relação a circulação e apropriação dos espaços públicos da cidade, e como estas demandas podem ser inseridas nas políticas públicas dos pelos entes governamentais, trazendo melhorias e benefícios para a juventude local.

Todos os dados e informações que você e/ou ele nos fornecerem serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos dados e das informações. Todas as informações que você e/ou ele nos fornecerem ou que sejam conseguidas por esta pesquisa, serão utilizadas somente para esta finalidade. A entrevista somente será gravada se houver autorização do/a entrevistado(a), a gravação da voz, será necessária para que haja a transcrição do que foi respondido pelo entrevistado, mantendo a fidelidade na sua fala. Todo o material de entrevista (dados e áudio) será mantido em local seguro e confidencial, sendo destruído após cinco anos do término da pesquisa. Não haverá necessidade de publicação da voz dos entrevistados. Caso haja obtenção de imagens, as mesmas serão desfocadas, ou com uma tarja preta na imagem dos seus olhos para o não reconhecimento e identificação do menor com o cuidado de anonimizá-lo. Qualquer dado que possa identificar ou constranger o seu filho ou o menor sob sua responsabilidade, será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você e/ou ele poderão desistir e retirar o consentimento / assentimento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Se você decidir retirar esse consentimento, você e seu filho ou o menor sob sua responsabilidade não terão nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET, Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Em caso de recusa, vocês não serão penalizados.

A participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade nesta pesquisa bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração/pagamento. Não haverá gasto algum resultante da participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade na pesquisa e dela decorrentes.

Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade, incluindo o direito de buscar indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes da participação neste estudo.

Os resultados que nós obtivermos com esta pesquisa serão transformados em informações científicas. Portanto, há a possibilidade de eles serem apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da participação do seu filho ou do menor sob sua responsabilidade serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando a identificação dele.

Também é um direito seu e dele receberem o retorno sobre a participação. Então, se vocês tiverem interesse, preencha o seu telefone e/ou e-mail no campo "**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**". Assim, quando este estudo terminar, vocês receberão informações sobre os resultados obtidos.

A qualquer momento, você e seu filho ou o menor sob sua responsabilidade poderão entrar em contato com o pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, seu filho ou o menor sob sua responsabilidade receberá um termo de assentimento, no qual ele dirá se concorda em participar da pesquisa bem como será informado de todo o procedimento de sua participação.

Vocês também podem entrar em contato com **Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** responsável por avaliar este estudo. Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que atuam para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a função de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética.

Se vocês acharem que a pesquisa não está sendo realizada da forma como vocês imaginaram ou que o seu filho ou o menor sob sua responsabilidade está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com **CEP/UNEB**

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Helieneidy Ribeiro Carvalho

Endereço: rua Santo Agostinho 275, Santa Monica, Feira de Santana/BA. Wattzap (75)99868-2904, **E-mail:** hrcarv@hotmail.com

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, se você aceitar que o seu filho ou o menor sob sua responsabilidade participe desta pesquisa, você deve preencher e assinar este documento que está elaborado em duas vias; uma via deste Termo de Consentimento ficará com você e a outra ficará com o pesquisador. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu_____,
abaixo assinado, concordo com a participação do meu filho (ou do menor sob minha responsabilidade) _____, no presente estudo como participante voluntário e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à participação.

(___) _____

_____

Telefone e e-mail de contato

_____

Assinatura dos pais / responsáveis

_____

Nome e assinatura da testemunha imparcial

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: "AS TERRITORIALIDADES JUVENIS NO ESPAÇO URBANO DE FEIRA DE SANTANA"

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Helieneidy Ribeiro Carvalho

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP: Número do Parecer: 6.429.522

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

O termo de assentimento não elimina a necessidade de fazer o termo de consentimento livre e esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa "AS TERRITORIALIDADES JUVENIS NO ESPAÇO URBANO DE FEIRA DE SANTANA: uma leitura a partir dos alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães", de responsabilidade da pesquisadora Helieneidy Ribeiro Carvalho, discente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Esta pesquisa tem como objetivo principal é compreender como os alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana constroem suas territorialidades no espaço urbano da cidade. Seus pais permitiram que você participe.

Os jovens que irão participar dessa pesquisa têm de 14 a 18 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita no/a Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) e locais públicos urbanos de circulação de jovens estudantes do Ensino Médio. O objeto da pesquisa é a construção das territorialidades dos jovens estudantes do Ensino Médio do CMLEM no espaço urbano da cidade. Neste estudo de caso, serão utilizados instrumentos como entrevistas e observações dos jovens estudantes no estabelecimento de suas relações identitárias, in loco, nas áreas comuns, e de

convivência do colégio, com o objetivo de traçar um perfil, sociocultural, desses estudantes, bem como mapear suas circularidades.

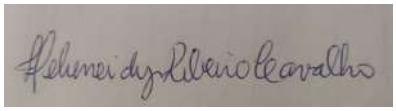
Os instrumentos de pesquisa, entrevista, observação não participante e questionário *Google Forms* não oferecem riscos algum para os participantes, uma vez que a identificação (registro do nome completo) dos mesmos não é requisito para uso dos dados coletados. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os jovens estudantes que participaram da pesquisa. Ao final dessa pesquisa, tenho como intenção poder traçar o perfil do jovem estudante do ensino médio, aluno do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana, em suas relações identitárias, suas demandas nas relações de usos e apropriação dos espaços públicos, e circularidades urbanas. Queremos pesquisar os documentos institucionais, a exemplo do Plano Diretor Urbano de Feira de Santana, que abordam a questão das políticas públicas para juventude na cidade de Feira de Santana, considerando questões como uso e apropriação de espaço público, com ênfase no recorte etário jovem, ou seja como o planejamento da cidade é pensado, para atender as demandas da juventude, pelos entes municipais.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar no **E-mail:** hrcarv@hotmail.com
ou Whatsapp (75)99868-2904

Eu _____ aceito participar da pesquisa “AS TERRITORIALIDADES JUVENIS NO ESPAÇO URBANO DE FEIRA DE SANTANA: uma leitura a partir dos alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães”, que tem os seguintes objetivos: 1) Analisar as territorialidades juvenis no espaço urbano de Feira de Santana, a partir das circularidades cotidianas, das diferentes formas de experiências urbanas dos estudantes

Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana. 2) Avaliar as diferentes formas de apropriação do espaço público urbano de Feira de Santana, por grupos de jovens alunos do Ensino Médio do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. 3) Analisar como os documentos institucionais, a exemplo do Plano Diretor Urbano de Feira de Santana, abordam a questão das políticas públicas para juventude na cidade de Feira de Santana, considerando questões como uso e apropriação de espaço público, com ênfase no recorte etário jovem. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir sem consequência alguma. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Feira de Santana, ____de _____de _____.



_____ _____

Assinatura do menor Assinatura do(a) pesquisador(a)